

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUCSP
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL

REDES E POLÍTICAS PÚBLICAS: TECENDO UMA
PERSPECTIVA ANALÍTICO-INSTITUCIONAL

Tese de Doutorado

Rosemarie Gärtner Tschiedel

Doutoranda

Prof^a Dr^a Silvia Tatiana Maurer Lane

Orientadora

São Paulo, Março de 2006

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUCSP
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL

REDES E POLÍTICAS PÚBLICAS: TECENDO UMA
PERSPECTIVA ANALÍTICO-INSTITUCIONAL

**Tese apresentada à Banca Examinadora
da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título
de Doutora em Psicologia Social**

Rosemarie Gärtner Tschiedel

Doutoranda

Profª Drª Silvia Tatiana Maurer Lane

Orientadora

São Paulo, Março de 2006

*Cada linha,
com carinho,
para as minhas filhas Maína e Mirela*

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecimento é o retorno do olhar, que esteve imerso em seu foco, deixando pessoas e outros afazeres, muitas vezes para depois... das linhas finais.

É preciso, neste momento, descontraír-se, pois toda concentração é também tensão.

Quando as crianças viajam, perguntam: “– Falta muito para chegarmos? Mãe, falta muito para terminar a tese?”. A resposta é sempre complexa. Queremos conhecer lugares e pessoas ou reencontrá-los, realizar algo considerado importante, nos aventurarmos, nos deleitarmos... Sim, chegamos!

Dos quatro anos que se passaram, trago encontros e produções com crianças e adolescentes que participaram do Projeto de Extensão. O meu obrigada para cada uma e cada um; aos queridos amigos/colegas Helenara Silveira Fagundes, Ednaldo Pereira da Silva Filho e Anselmo Accurso; e às alunas e aos alunos estagiários que contribuíram e vivenciaram de várias formas o dia-a-dia da pesquisa intervenção.

Na bagagem, há encontros, pessoas, milhagens, decolagens e aterrissagens. Ou ainda, distância em milhas e proximidade de pessoas, paisagens, amanhecer, pôr-do-sol, apreensões e alegrias.

Agradeço à Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – que, através do Programa de Capacitação Docente, viabilizou a realização deste Doutorado.

Agradeço à minha orientadora Silvia Tatiana Maurer Lane a acolhida e abertura para o diálogo imprescindível no cotidiano acadêmico.

Uma rede que deu contribuições preciosas para o texto e para o *norte*, Cleci Maraschin, Rosane Neves da Silva, Maria do Carmo Guedes, Ana Cláudia Meira e Liége Costa.

Um obrigada aos amigos/colegas do Curso de Psicologia da Unisinos, pelo companheirismo e amizade. Aos amigos/colegas do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP. Valeu, Jefferson Bernardes!

Com amigas, amigos e familiares, nos sentimos vivos em uma rede de conversações! Adriana, Alejandra, Alexandre, Cláudia, Clemens, David, Diana, Domingos, Edson, Iagê, Jaqueline, Jeferson, Leila, Luciana, Luiz Eduardo, Margareth, Martha, Nelson, Pierre, Sandra, Tanice, Valeria, Vera. À Neide, pelo apoio.

À minha querida família, para Maína e Mirela, OBRIGADA, Florzinhas!

À minha mãe, pelo carinho; à minha avó (*in memorian*) e ao meu pai (*in memorian*), à D. Irma, Sr. Sixto, Jairo, Ana, Guilherme e Júlia.

Ao Alvaro, que partilhou do cotidiano, retorno o meu olhar.

RESUMO

Esta tese aborda o tema *redes*, situando-o na Psicologia como uma concepção que tem sido amplamente utilizada na formulação de políticas públicas voltadas para a saúde mental e para a infância e adolescência. O ser humano subjetiva-se tendo por referência àquilo e àqueles com que estabelece vinculação, e estes, por sua vez, tornam-se lugar de ligação e referência com inumeráveis articulações e deslocamentos. Entretanto, ao mesmo tempo, há crescente ruptura dos laços sociais e precarização das condições de vida que garantiriam dignidade ao ser humano, assim como o Estado, cada vez mais, é destituído de sua função de promover políticas sociais que recoloquem a cidadania como prioridade. Com isto, tornou-se objetivo investigar e analisar como nasce e se fortalece o conceito de *redes*, ao percebê-lo, por um lado, como ontologia e potência e, por outro, mais claramente, como um termo banalizado e capturado por uma lógica de individualismo e fragmentação forjada no neoliberalismo. Focalizou-se como as redes tornam-se operadores conceituais e empíricos, cartografando as imagens que crianças e adolescentes têm de sua pertença na comunidade. Utilizou-se procedimentos metodológicos como grupo focal, elaboração de painéis coletivos e redes de relações. Com os aportes da Psicologia Social e da Análise Institucional, com trajetórias de posicionamentos críticos, éticos e políticos, dialogando com a Biologia do Conhecer, constituiu-se três imagens de redes para a compreensão das “interfaces” do material. A primeira imagem é a de *redes topológicas*, no plural identificando seus entrelaçamentos. A topologia é a descrição de um local ou de uma porção, que pode ser geográfica virtual e corpo humano. A segunda imagem é de *redes de sociabilidade*. Representam os laços que irrompem da vida em sociedade; referem-se à civilidade e ao que se passa *entre* as pessoas. Têm propriedades afetivas e prescindem dos instrumentos, da linguagem, do ser humano em sua corporalidade, de sua história, conferindo-lhes uma dimensão de *sociabilidade híbrida*. A terceira imagem tem dimensão analítico-institucional visando que na própria rede se produza análise. Tornam-se efetivamente redes quando produzem conexões, atribuindo diferentes e novos sentidos a esta vivência. O estudo apontou que, em parte, as redes estão implementadas em suas dimensões topológicas com locais e serviços, e as redes de sociabilidade emergem dos encontros nas redes de conversações, institucionalizando-se este movimento como anti-produção, isto é, a rede como potência instituinte é cooptada pela lógica de manutenção, reprodução e, predominantemente, de controle. Torna-se, assim, um paradigma conciliado ao tempo em que emerge, em que não há investimentos nos processos de apropriação dos coletivos. Todavia, pode-se trabalhar a partir desta concepção justamente visualizando-a e intervindo em seus processos. Caberá assumir a necessidade de analisar constantemente – instalando a dimensão analítico-institucional – quais os princípios mais atuantes que regem as *propostas em rede*, como os princípios de Estado, através das políticas públicas; e de mercado, através da globalização.

ABSTRACT

This thesis addresses the theme of *networks*, situating it in the field of Psychology as a conception that has been largely used in the formulation of public policies on mental health and on childhood and adolescence. The human being subjectivizes himself/herself having as a reference all those things and people with which they establish an association. In their turn, these become place of ties and reference where innumerable articulations and displacements occur. At the same time, however, there is a growing rupture of social ties. Also, life conditions that would guarantee dignity to the human being are becoming more and more precarious. In the same way, the State is more and more destitute of its function as a promoter of social policies that might reconduct citizenship to a status of priority. As it is, it became a goal to inquire into and analyze how the concept of networks is born and grows strong as it is perceived, on the one hand, as ontology and power and, on the other hand, and more clearly, as a term that is banalized and captured by a logic of individualism and fragmentation fabricated in neoliberalism. The focus was on how the networks become empirical and conceptual operators cartographing the images children and adolescents that children and adolescents create about their feelings of belonging to a community. Methodological procedures like focal group, elaboration of collective panels and relationship webs were used. With the contribution of Social Psychology and Institutional Analysis, which have a trajectory of political, ethical and critical positioning dialoguing with the Biology of Knowing, three images of networks were constituted to understand the “interfaces” of the material. The first image is that of *topological webs*, in the plural, identifying their interweaving. Topology is the description of a place or a portion, that may be virtual geographical and human body. The second image is of *sociability webs*. They represent the ties that irrupt within society; they refer to civility and to what happens *among* people. They have affective properties and prescind from the instruments, the language, the human being in his/her corporality, his/her history, conferring them a dimension of hybrid sociability. The third image has an analytical-institutional dimension aiming at that the analysis be produced in the web itself. They become effectively webs as they produce connections, attributing different and new meanings to this experience. This study showed that the webs are partly implemented in their topological dimensions with places and services and that the sociability webs emerge from encounters in the conversation webs, institutionalizing this movement as anti-production, that is to say, the web as a constituting power is co-opted by the logic of maintenance, reproduction and, predominantly, control. Thus, it becomes a paradigm conciliated with the time in which it emerges, where there are no investments in the processes of appropriation of collectives. However, one can work from this conception visualizing it and intervening in its processes. It is up to us to assume the need to constantly analyze – introducing the analytical-institutional dimension – which of the most active principles direct the propositions on the network like the principles of State, through the public policies and those of market, through globalization.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	6
ABSTRACT	7
APRESENTAÇÃO	10
1 REDES: A GÊNESE DO CONCEITO E O VIGOR DA CONCEPÇÃO	18
2 REDES: UM LEQUE DE CONCEPÇÕES.....	30
2.1 As Redes Sociotécnicas	31
2.2 A Inteligência Artificial e Os Híbridos.....	36
2.3 As Redes: Da Economia Mundial à Economia Global.....	40
2.4 Redes de Colaboração Solidária	44
2.5 As Redes Definidas Pela Teoria Sistêmica.....	47
3 A CONCEPÇÃO DE REDE NA PSICOLOGIA SOCIAL.....	52
3.1 Precedentes da Concepção de Rede na Psicologia Social – Vigotski e os Processos em Movimento	53
3.2 O Conceito de Comunidade.....	61
3.3 A Configuração da Família e o Social.....	66
3.4 Um Lugar Possível para Potencializar Forças: Um Grupo	69
3.5 Os Grupos e a Análise Institucional: O Grupal se Tece na Rede.....	74
3.6 O Imbricado Entrelaçamento do Emocionar e da Afetividade na Concepção de Redes.....	77
4 POLÍTICAS PÚBLICAS EM REDE: IMPACTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA NO PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO	83
4.1 O Percorso das Políticas Públicas para a Infância e Adolescência	85
4.2 A Descentralização e os Sistemas Locais	89
4.3 Histórico das Políticas Públicas Voltadas à Infância e Adolescência.....	92
4.3.1 A Transição para a Doutrina de Proteção Integral e o ECA.....	96
4.3.2 Gestão em Rede para a Política da Infância e Adolescência.....	99
4.4 Subjetividade, Campo Social e suas Tessituras a Partir do Institucionalismo	108
5 ESTRATÉGIAS PARA TECER UM CONHECIMENTO SOBRE REDES.....	113
5.1 A Rede em Foco: A Construção do Problema e a Análise Institucional.....	115
5.2 Um Recorte do Contexto e da História dos Participantes Crianças e Adolescentes	120

5.3	Os Procedimentos Metodológicos.....	125
6	TRABALHANDO COM A PRODUÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	128
6.1	A Análise Através das Imagens Topológicas, de Sociabilidade e Analítico-Institucionais.....	131
6.2	A Construção de Redes de Relações e a Posição de Observador.....	139
6.2.1	Painéis: Uma Confeção em Rede	149
6.2.2	Um Passeio pelo Cotidiano	155
6.2.3	O Momento de Reencontro com o seu Filme.....	164
	TECENDO AS LINHAS FINAIS	167
	REFERÊNCIAS	175

APRESENTAÇÃO

Uma tese deixa-se entrever por sucessivas inquietações que um determinado tema ou acontecimento gera, ao mesmo tempo em que provoca a necessidade de transformar esta espécie de ímpeto em um amadurecimento de idéias e posicionamentos, a fim de produzir conhecimento. Considerando este trabalho como o desenrolar de um processo que alcança um tempo e uma extensão, antecipo que não há, nem poderia haver sob o enfoque a ser desenvolvido, a pretensão de operar tanto por generalização, como por universalização. Portanto, apresento o tema que se refere às *redes*, ciente de sua vastidão, situando-o na Psicologia e, mais detidamente, na Psicologia Social, por entender que esta tem se apropriado mais intensamente de tal noção, através da discussão e sua inserção nas políticas em saúde mental e da infância e adolescência.

O ser humano subjetiva-se tendo por referência aquilo e aqueles com que estabelece vinculação, e estes, por sua vez, estabelecem um lugar de ligação e referência que propicia uma relação. Tal enlace constitui a força que se exerce mutuamente, ou interação entre duas ou mais pessoas, e nesta, a noção de rede se faz novamente presente, pois se aproxima mais de uma configuração vivaz, que se movimenta provocando novos e inumeráveis deslocamentos.

No entanto, presenciamos a passos largos a ruptura dos laços sociais e a precarização das condições de vida que garantiriam dignidade ao ser humano. O Estado, cada vez mais, é destituído de sua função de garantir direitos e de promover políticas

sociais que recoloquem a cidadania como prioridade. As ações em rede pretendem favorecer a aproximação e o acesso aos direitos. Com isto, tornou-se meu objetivo investigar e perscrutar como nasce, como se metamorfoseia e como se fortalece o conceito de *redes*, por percebê-lo como ontologia e potência por um lado e, mais claramente, como um termo banalizado e capturado por uma lógica capitalista de individualismo e competitividade forjada pelo neoliberalismo, por outro lado.

Calvino (1994) nos presenteia com Palomar, um personagem que está disposto a contemplar as grandes questões de nossa existência com os olhos voltados para as pequenas cenas do cotidiano, acompanhando-as atentamente. Ele contempla, pesquisa, analisa e se admira! Registra o prazer de descobrir as conexões e as outras possíveis leituras, ou “verdades” sobre o que tínhamos como já estabelecido ou decifrado. Falando sobre sua observação de um gramado, ele refere que *ver o gramado* é o efeito de nossos sentidos aproximativos e grosseiros e, sobre seus distintos elementos, “não se trata de contá-los, o número não importa, o que importa é fixar com um único golpe de vista as plantinhas individuais uma por uma, em suas particularidades e diferenças. E não apenas vê-las: Pensá-las” (p. 32).

Apresentarei aqui alguns momentos e algumas vivências que trouxeram inquietações – a “boa inquietação” que nos arremessa a pesquisar. Iniciando pela atividade docente, ao lecionar disciplinas universitárias que trabalham com as concepções de desinstitucionalização, processos grupais e com a construção de novas possibilidades de intervenção no campo psicológico, deparo-me a cada semestre com o debate referente ao conceito de rede. Em sala de aula, são propostos para os alunos trabalhos acadêmicos de levantamento diagnóstico e análise institucional, através de acompanhamentos de atividades, saídas a campo, visitas e entrevistas para conhecer políticas públicas, características da região e serviços da rede de atenção e assistência em

saúde mental, incluindo a atenção à infância e adolescência. Em diferentes locais e instâncias, percebe-se a lenta – ou até mesmo precária – consolidação de redes, conforme estão formuladas na legislação para orientar as políticas sociais.

Em relação à rede de serviços voltada à criança e ao adolescente, no Projeto de Extensão Serviço de Atenção, Pesquisa e Estudos com Crianças e Adolescentes (SAPECCA) do qual fiz parte como supervisora de estágio e assessora, realizou-se uma pesquisa¹ junto a entidades de atendimento à infância e adolescência no Município de São Leopoldo-RS, e observou-se que a rede de atendimento apresenta baixa resolutividade em termos de proteção social prevista a partir do novo caráter das políticas sociais. O estudo revelou que nem os profissionais envolvidos, tampouco os gestores, tanto do setor público como do privado, percebem efetividade na perspectiva *em rede*, apesar de concordarem “teoricamente” com a mesma. Esta vivência como supervisora de estágio na extensão universitária que prioriza o trabalho com crianças, adolescentes, jovens e famílias reitera a constatação da morosidade para que ocorram os percursos nos serviços previstos como funcionando em rede.

Em minha dissertação, “O grupo como espaço de construção: Da heterogeneidade à heterogênese”², ao acompanhar o processo de um grupo, encontrei novas proposições que se referem à necessidade de exceder lógicas binárias, isto é, percebi o pensamento dual ainda presente em grande parte das leituras sobre grupos, encaminhando à problematização da concepção de diferença, chegando ao conceito de heterogênese³ para

¹ Pesquisa desenvolvida no Projeto SAPECCA entre 2001 e 2003, intitulada “Análise das Entidades de Atendimento Infanto-Juvenil no Município de São Leopoldo/RS”, com objetivo de identificar as entidades que trabalham com crianças e adolescentes, e suas implicações na implementação da rede municipal de atendimento à criança e ao adolescente.

² Dissertação de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia da PUCRS.

³ Heterogênese, na dissertação de Mestrado, foi trabalhado a partir da Análise Institucional, como conceito que denota produção de diferenças.

analisar um processo grupal. Este remete, portanto, a considerar as redes como metáforas do acontecer grupal, já que se constitui em movimentos imprevisíveis que seguem por fluxos, havendo pontos de contato e de irradiação. Estes aspectos foram se tornando fundamentais para dar forma ao problema analisado nesta tese.

Logo, esta problematização nasce das diferentes vivências de trabalho e revisão na literatura, que provocaram interrogações sobre a constituição das redes como um operador conceitual, sobre que efeitos produz esta noção nas práticas *psi* em uma organização social e o que a torna potencializadora ou despotencializada.

A rede, além de constituir a vida em seus diferentes espaços, emerge em nosso tempo como referência, visualizando-se o nascedouro de um paradigma. Neste sentido, este estudo investigará como as redes tornam-se operadores conceituais e empíricos, e qual a sua efetividade quando amplamente empregadas na formulação de políticas públicas sociais no Brasil da nova Carta Constitucional, ao mesmo tempo em que vivemos sob a égide da proposta neoliberal.

Evidencia-se a abrangência e até mesmo a insistência na utilização do conceito de redes. Além disso, verifica-se que, mais do que pontos que (não) se comunicam – como, por exemplo, entre os Serviços e entre as Entidades, entre serviços de maior e de menor complexidade – a própria concepção de rede parece estar reduzida à possibilidade de executar encaminhamentos.

Podemos mencionar diferentes espaços propostos no formato interdisciplinar e transdisciplinar e, por isso, quando a Psicologia está presente, em geral estão respaldados pela Psicologia Social, tornando as redes uma concepção de base como, por exemplo, na Reforma Psiquiátrica e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Desde seus primeiros passos, a Psicologia Social já apresenta as noções que remetem à rede, nomeando-a com outra terminologia como as *relações*, a *mediação*, a *interação*, a *rede transferencial*, os *grupos*. Nesta área ou domínio de conhecimento – a psicologia – a concepção de redes vem se instituindo especialmente desde a década de 90 e, em várias abordagens, está presente como um conceito importante. Estas constatações suscitam a reflexão sobre o conceito de rede na Psicologia e suas apropriações nesta área, bem como exigem um aprofundamento por ser um conceito-chave que vem assegurando mudanças no curso da produção de conhecimentos.

Como esteio para a pesquisa desta tese, utilizarei aportes da Psicologia Social, representada por suas diferentes trajetórias que incluíram e incluem uma postura crítica e posicionamentos éticos e políticos, dialogando com a Análise Institucional, constituindo assim um campo de coerência⁴.

Conduzo o olhar, a partir disto, para as políticas públicas voltadas à infância, adolescência e juventude que foram redirecionadas com a entrada em vigor do ECA, em 1990, que estabelece direitos e deveres – norteados pela doutrina de proteção integral propostos estruturalmente e fundamentalmente em rede – interrogando, deste modo, o lugar/papel da Psicologia quando apenas reproduz o discurso da eficácia das propostas em rede sem analisar seus pressupostos e suas tensões.

Os procedimentos metodológicos pelos quais optei foram o grupo focal voltado para temas propostos, a elaboração de painéis coletivos e redes de relações, questionário aberto que propiciou conversa com crianças e adolescentes, e elaboração de desenhos. Para cumprir com os objetivos desta tese, pesquisei quais as imagens que estas crianças e

⁴ Lourau (1993) denomina campo de coerência o espaço em que se busca coerência epistemológica e multi-referencialidade para interrogar as contradições na posição do pesquisador frente à sua produção. Significa um conjunto de novas explicações que se diferencia das explicações até então vigentes e aceitas, ou inexistentes. Tem um sentido instituinte, inovador, exemplificado pelo advento do campo de coerência sociológico com Durkheim e o campo de coerência psicanalítico com Freud.

adolescentes têm de suas pertencas na constituição de vínculos em uma comunidade e como se forjaram estas concepções, sustentadas por políticas sociais e atravessadas pela lógica neoliberal.

As temáticas, neste estudo, estão delineadas com base em políticas públicas voltadas à infância e adolescência nos campos da educação, saúde e apoio sócio-familiar. A pesquisa foi realizada com um grupo de 20 crianças e adolescentes na faixa etária de dez a 18 anos, analisando as produções em torno do tema sugerido. Estes jovens são participantes de um projeto de extensão universitária que objetiva trabalhar a cidadania através de recursos teórico-metodológicos fundamentados na participação coletiva, no lúdico e educativo, e tem inserção na comunidade há dez anos.

Para ingressarmos no itinerário de pesquisa, fez-se necessário criar uma formulação procurando dar inteligibilidade para o propósito de examinar as “interfaces” da concepção de redes. A Psicologia Social, a Análise Institucional e a Biologia do Conhecer se articulam e, neste diálogo constituí três imagens de redes para a compreensão das “interfaces” do material pesquisado.

Tendo em vista a idéia de faces, faço um convite para criarmos “imagens” sobre a rede, com a consigna de que estas imagens sejam permeáveis entre si e que possam conter fluxos. Imagem é um termo que se apresenta para indicar desde uma reprodução estática ou dinâmica de algo – como uma estampa – até a forma como uma cena ou situação pode ser percebida, por semelhança e analogia real ou simbólica – como a opinião que se tem de algo ou alguém – permitindo sistematizar o material produzido pelas crianças e adolescentes.

Uma primeira imagem de rede é a de *redes topológicas*, no plural para que se lhes atribuam entrelaçamentos. A topologia é a descrição de uma localidade ou de uma

porção, que pode ser tanto do corpo humano, quanto geográfica. Costuma ser detalhada, é visível, com edificações, acidentes e objetos, ou seja, como uma maquete, e oferece materialidade. Atribuo a esta imagem/conceito uma dimensão topológica. Nela, o observador sempre construirá uma assertiva, identificando a existência ou não de determinadas redes, e terá a possibilidade de explicitar seu ponto de vista a respeito. Poderá montar uma rede tanto visível, como serviços, locais, quanto invisível, como linhas aéreas e a internet. Consegue nomeá-las, por exemplo, se frequenta, utiliza, recomenda e se tem, ou não, acesso a elas.

A segunda imagem será nomeada como *redes de sociabilidade*, que representam os laços que irrompem da vida em sociedade; diz respeito à civilidade e ao que se passa *entre* as pessoas. Suas referências são mais abrangentes em relação às redes topológicas, por funcionarem como irradiações em fluxos, aqui, praticamente invisíveis; não estão em oposição à primeira imagem. Suas propriedades são afetivas e prescindem do ser humano em sua corporalidade e dos instrumentos, da linguagem e das condições que este construiu na história, o que lhes confere uma dimensão de *sociabilidade híbrida*. Podem ser fomentadas, são experimentadas através do fluir de sentimentos, sendo que os espaços de encontro facilitam este fluir, que corresponde ao emocionar. Podem ser mencionadas como registros, mas referem-se especialmente a vivências cotidianas de interações, como por exemplo, o que se produz neste sentido, na sala de aula, nas atividades como participantes de oficinas, ou no atendimento na unidade básica de saúde. Nesta imagem, a posição de observador exprime como se sente, o que e quem compõe seus vínculos e suas referências mais próximas.

Uma terceira imagem se forma ao colocar em cena um sentido analítico para que a própria rede produza análise. Nesta dimensão *analítico-institucional*, a composição em redes faz-se como processo que, por não ser linear, nunca é totalidade; em tal

perspectiva, não há redes puras e definitivamente estabelecidas. Elas se tornam efetivamente redes quando produzem conexões, isto é, quando, nestes encontros, diferentes e novos sentidos podem ser conferidos àquela vivência.

Ao trabalhar com esta imagem para a compreensão do material, pretenderei dar um mergulho buscando os entrelaçamentos que operam em determinada situação – os *nós* da rede. Levarei comigo conceitos, vivências e reflexões que auxiliarão no processo de construção da análise nesta tese. Esta terceira imagem analítico-institucional surgirá a partir de uma intenção: querer conhecer. O que se quer conhecer são as diversas vicissitudes que convergem até configurarem encontros de fluxos.

Para isto, definirei para as crianças e os adolescentes participantes da pesquisa também a posição de um observador. Este observador, que acontece no observar, evoca o olhar desde um lugar que ocupa, e de onde se vê, buscando distinguir através da linguagem a sua participação em diferentes conversações de seu dia-a-dia. Como observadores, encontram-se na linguagem e nela realizam distinções, atribuindo, ao mesmo tempo, posições de reconhecimento tanto do outro como de si. Ainda como observadores, as posições assumidas e atribuídas trazem repercussões nas diversas redes nas quais está inserido.

O tema será desenvolvido a seguir, contando com a gênese do conceito ao mostrar historicamente seus diferentes significados, as diferentes definições e a abrangência da concepção, a proveniência histórica da noção de rede na Psicologia Social e sua aproximação das políticas públicas no Brasil.

1 REDES: A GÊNESE DO CONCEITO E O VIGOR DA CONCEPÇÃO

Pretendo focalizar este estudo nas redes sociais em nosso contexto, iniciando com um histórico das origens do conceito de redes.

Na língua portuguesa, o vocábulo *rede* provém do latim *réte*, teia (de aranha), rede, laço, sedução. Traz consigo acepções que, conforme o dicionário Houaiss (2001), abarcam diferentes sentidos como malha, tela de arame, malha fina para envolver os cabelos, artefato para transportar pessoas vivas ou mortas, conjunto de tubos, estradas, conjunto de pessoas sob um único comando, peneira, postos de vigilância e resistência que se comunicam, armadilha, entrelaçamento de vasos sangüíneos, fibras, nervos, computadores interligados que se comunicam, armação de paus para colocar os animais em inanição, cadeia de emissoras, gado manso que faz contenção ao gado fugidio, rede que divide dois campos no esporte.

Em outros idiomas, encontramos para *rede*, os termos no alemão *netz* do germânico arcaico; no italiano, *rette*; no espanhol, *red*; no inglês, *net*, *web* e *network*. Encontra-se no dicionário Aurélio (2004), ainda, a conotação de rede como conjunto de pessoas, estabelecimentos ou indivíduos, que prestam determinado tipo de serviço exemplificando-a com a rede bancária e a rede de espionagem.

O termo *rede* tem diferentes significados nas diversas regiões do país, como por exemplo, no nordeste, para a rede artefato, a tecedura de fios que aloja pedras a serem

lançadas. Em geral, as redes de telefonia, rodoviárias, de comunicação são assim nomeadas por analogia em relação à estrutura e distribuição das redes artefato. Cabe sublinhar que há na aceção do vocábulo, em português, um acento no significado material e topológico, bem como no de captura, armadilha, cilada que aparecem também nos outros idiomas.

A noção de rede como ontologia do humano traz consigo um vasto panorama de significados, pois, na medida em que se alteram as configurações das redes é a ontologia do sujeito que se altera. Como vimos anteriormente, o humano se forja na relação que constrói uma cultura, nas aproximações e nos distanciamentos vividos em redes.

Saidón (1995) destaca que todo conceito tem componentes, e que se define através destes e de sua inter-relação constituindo-se, dessa forma, em uma multiplicidade. Refere que o conceito de rede comporta esta característica e, “por esa razón es que se desarrolla em um campo por momentos teórico y em otros, práctico; por momentos es estratégico y em otros, predominantemente organizativo; a veces remite a uma postura epistemológica y otras es um concepto puramente instrumental”⁵ (p. 207). Para o autor, as redes se fortaleceram na confluência de teorias sobre as catástrofes e o caos, bem como no pensamento diagramático e esquizoanalítico por se desprenderem das bases estruturalistas, permitindo-lhes a inventividade. Ele declara a necessidade de discutir a potência do conceito de rede que se evidenciará não somente pela compreensão do funcionamento do social, “sino también la promoción de acontecimientos que

⁵ Tradução livre: “Por essa razão é que se desenvolve, em um campo, por momentos teórico e, em outros, ,prático; por momentos é estratégico e, em outros, predominantemente organizativo, às vezes remete a uma postura epistemológica e, outras, é um conceito puramente instrumental”.

posibilitem procesos novedosos y consistentes de participación y de ejercicio de la solidaridad”⁶ (p. 207).

Para Musso (2004), filósofo e cientista político francês, rede tornou-se um receptor epistêmico ou um catalisador, assumindo o lugar de noções até então preponderantes, inclusive na Psicologia, como sistema ou estrutura. Ele assinala que “não se pode definir um fenômeno senão por sua gênese” (p. 23). Para isto, ele registra no artigo “A filosofia da rede” o nascimento do termo rede na língua francesa (*réseau*), no século XII.

Antes do século XVII, a rede era designada pelos cesteiros e artesãos para identificar o conjunto tramado de fibras têxteis, e representava a renda e as malhas tecidas, bem como redes de caça e de pesca. É proveniente do latim (*retiolus*) como diminutivo de *retis*, e do francês antigo *resel* para nomear fios entremeados e malhas que cobrem o corpo, cestas e redes, como menciona. Chegando ao século XVI, em francês antigo *reseuil*, significa as rendas e os véus que cobrem a cabeça das mulheres e, no século seguinte, era uma espécie de pano ou sutiã colocado sobre suas camisas. O autor assinala que, desde a mitologia, os labirintos e as teias estão presentes; também na Antigüidade, Hipócrates refere-se ao intricado conjunto de veias e vênulas que se comunicam e irrigam o organismo.

A partir deste período, tem-se uma das primeiras referências do termo rede associado à ciência pelo médico e naturalista Marcelo Malpighi (1628-1694), designando o aparelho sangüíneo, as fibras que compõem o corpo, no qual o cérebro ou a circulação sangüínea são paradigmas da rede. Ocorre, segundo o autor, um processo de desmaterialização e formalização da rede que se estabelece a partir do século XVII com

⁶ Tradução livre: “Senão também a promoção de acontecimentos que possibilitem processos novos e consistentes de participação e de exercício da solidariedade”.

Descartes (1596-1650) e Leibniz (1646-1749) através da Monadologia – as mônadas significam energia não material, forças que se interligam continuamente, utilizando-se da matemática.

Descartes, ao relatar a superfície do cérebro, faz alusão à renda como algo que encobre externamente o corpo. Em 1769, na obra de Diderot, “O Sonho de d’Alembert”, o corpo humano é comparado a uma teia de aranha, assim como é visto recoberto de fios imperceptíveis que chegam a toda superfície do corpo. Este texto de Diderot é considerado como fundador ao comparar a rede controlada pelo centro e a rede subjugada a sua periferia. Partindo-se para o sentido de pele-rede que coloca em contato o interior e o exterior, por vezes esta rede é visível e, outras vezes, praticamente invisível.

Assim, a partir do século XVII, corpo e rede se embarçam, e o termo mantém seu significado da tecelagem juntamente com a referência médica até o final do século XVIII.

Também a cristalografia – estudo dos cristais – propõe elaborar uma ciência das redes no final do século XVIII, comparada à estrutura dos cristais formados por poliedros que se unem por suas faces. Ao constatar que a rede pode ser encontrada fora do corpo, ou melhor, pode ser construída, tem-se a grande ruptura do conceito, que ocorreu na passagem do século XVIII para o século XIX, tornando-se um modelo de racionalidade. Antes natural e dada, agora é também artificial e construída, exteriorizando-se para sair de sua relação com o corpo físico. A rede devia, primeiramente, ser pensada como conceito para tornar-se operacional como artefato. Musso (2004) refere esta genealogia como um percurso de desmaterialização em que a rede primeiramente era vista como forma na natureza especialmente a partir do corpo humano e transforma-se em artefato por apresentar-se como uma possibilidade de organização.

Inclusive o enlaçamento do globo terrestre pôde ser almejado a partir desta nova concepção desde os tempos da ferrovia e do telégrafo que, com suas malhas, alteraram a relação com o espaço e com o tempo. Ao localizarmos o surgimento do conceito moderno de rede como estrutura artificial que organiza tempo e espaço, encontramos na obra de Claude Henri Saint-Simon⁷ uma lógica organística, em que pretendia a construção de uma religião enquanto metaligação social (*re-ligare*) representada pela rede, e que se tornaria uma espécie de ‘religião racional’.

Tais afirmações provêm da observação de que Saint-Simon identificava dois tipos de corpos: Os corpos brutos e os corpos organizados. Os primeiros funcionam como redes (de pesca) que deixam escorrer os líquidos retendo os sólidos, e os segundos garantem a circulação dos fluidos, como redes de irrigação. Deste modo, ele cogitava que assim se fizesse a passagem do atual sistema político para um futuro, imaginando um corpo social como se fosse o corpo humano, além de atribuir imensa plasticidade à imagem da rede.

Nota-se que para ele, a concepção de redes de alguma forma idealizada, significava a ponte para uma grande transformação sócio-econômica. Pensamento que persiste até os dias de hoje, pois tem sido apresentada como a alternativa ideal nos mais variados âmbitos.

Sobre este tema, Santos (2002) complementa que a ciência já havia se tornado a moral suprema e que, segundo Saint-Simon, havia uma grave crise moral na Europa desde a Reforma, separando os poderes secular e religioso, que só se resolveria através de uma nova religião representada pela ciência. Na concepção saintsimoniana, o aparelho estatal designado como instituição continha tanto um espaço de exercício do poder e da

⁷ Claude Henri de Rouvroy, o Conde de Saint-Simon (1760-1825), foi um teórico francês do socialismo utópico, que participou da Revolução Francesa, mas passou a criticar o Iluminismo por considerar que este não aprofundava a questão histórica e social das sociedades.

força – como no sistema feudal – quanto um espaço de circulação financeira e de gestão administrativa – como no sistema industrial. Avista-se, nesta simultaneidade, como uma rede que serve tanto para enclausurar e vigiar, como para fazer comunicar e circular. Isto é, conforme Musso (2004), “tal como a rede que funciona nessa ambivalência, o aparelho estatal é biface, na medida em que ele é um lugar de passagem obrigatória no circuito econômico, ou seja, um ponto decisivo da circulação ou do desvio do dinheiro. Melhor, em sua vertente política, a rede e o Estado referem o controle e sobre sua vertente econômica, a circulação” (p. 26), impondo uma idéia de que quanto maior a organização em rede através da circulação, mais organizada será a sociedade.

Diferentemente, Castells (2000) vê que a diminuição geográfica das distâncias físicas e a intercambialidade dos lugares, através das vias de comunicação, tenderiam a reduzir as distâncias sociais, significando a consolidação da democracia. Delimita-se, nesta proposta, a noção de rede como *conceito e tecnologia do espírito, matriz técnica e conjunto de metáforas*.

Serres (1996) aponta para um diagrama em rede, que pode representar qualquer estado de uma situação móvel, que surge em um dado momento, “de uma pluralidade de pontos (extremos) ligados entre si por uma pluralidade de ramificações (caminhos)” (p. 7). O autor considera que exista uma profunda reciprocidade entre as intersecções e os caminhos, e que nenhum dos pontos tem privilégios sobre os demais, mas um poder próprio que pode sofrer variações. Ele exemplifica esta situação com um tabuleiro de xadrez onde a mudança de lugar de uma peça altera-se, formando uma nova rede.

Os pontos entre si transformam-se, bem como a variedade de caminhos possíveis. A respeito disto, abordando epistemologicamente o conceito de rede, ele pondera que a complexidade traz “o melhor dos adjuvantes do saber e da experiência” (p. 15) em contrapartida dos argumentos lineares de conceitos tradicionais.

Como definição de rede, Musso (2004) propõe: “É uma estrutura de interconexão instável, composta de elementos em interação, e cuja variabilidade obedece a alguma regra de funcionamento” (p. 31), sugerindo três níveis desta definição. Primeiro, a rede é uma estrutura composta de elementos em interação; são os picos ou nós da rede, ligados entre si. É um conjunto instável e definido em um espaço de três dimensões.

Segundo, a rede é uma estrutura de interconexão instável no tempo; a gênese de uma rede, ou de um elemento da rede, e sua transição de uma rede simples a outra mais complexa são consubstanciais a sua definição. A estrutura de rede inclui sua dinâmica, considerando-se o desenvolvimento de um elemento em um todo-rede ou de uma rede em uma rede de redes. Trata-se sempre de pensar uma complexificação auto-engendrada pela estrutura da rede.

Por último, o terceiro elemento da definição de rede, a modificação de sua estrutura obedece a alguma regra de funcionamento. Supomos que a variabilidade da estrutura em rede respeita uma norma, que explica o funcionamento do sistema estruturado em rede. Passa-se da dinâmica da rede ao funcionamento do sistema, como se o primeiro fosse o invisível, e o segundo, seu fator explicativo. Como assinala Musso (2004),

a imagem da rede é a de uma figura intermediária: Uma trama mais aberta e mais complexa que a árvore, porém estruturada demais para dar conta do aleatório e da desordem. Enquanto no início do século XIX, a figura da rede se opunha à da árvore, a modernidade coloca a rede entre a árvore e a nuvem. A rede permite opor uma forma geral à pirâmide ou à árvore, lineares e hierarquizadas, mas impede de cair no caos e na desordem (p. 34).

Visualizando o campo da produção de conhecimentos da Psicologia Social, considero eloqüente a sua problematização para que as possíveis potencialidades das redes possam ser ativadas. Entendo que as definições de rede contêm uma pretensa afirmação de que tudo o que se passa flui por elas, como se nada escapasse. Supostamente, na rede de atenção a crianças e adolescentes, todos os caminhos estariam traçados e claros para que fossem percorridos em caso de necessidade de acompanhamento das mesmas. No entanto, há, a meu ver, um certo caos, um sem-resposta que se encontra nestes caminhos expresso na baixa resolatividade.

Concluindo as idéias de Musso (2004), a análise dos sistemas auto-organizados não é completamente apreensível pela representação em redes, pois “elas mostram apenas uma parte do conhecimento da hipercomplexidade e do vivente. A rede é mais que a máquina, porém menos que o vivente; mais que o linear, porém menos que o hipercomplexo; mais que a árvore, porém menos que a fumaça” (p. 30). Concordando com sua reflexão, de alguma forma, a rede é uma concepção insuficiente para as vicissitudes do nosso tempo. Nesta tese, busco registros, a partir das pessoas – crianças e adolescentes –, que contribuam para ampliar a formulação e compreensão da concepção de rede.

As transformações econômicas e tecnológicas, como constata Castells (2000), estão se passando de forma tão enérgica que vêm ocorrendo importantes alterações nas relações entre pessoas, como ele exemplifica, em relação ao enfraquecimento do patriarcalismo em muitas sociedades, transformando-se em um campo de disputas com a necessidade de forjar novos modos de relacionamento.

Segundo o mesmo, nossas sociedades se encaminham cada vez mais para formas urbanas organizadas em torno do conhecimento em redes parcialmente em fluxos, a cidade informacional. Como afirma ser um processo e não uma forma (de sociedade),

como se viu com Saint-Simon, ele ressalta que é necessário atentar para a diversidade das novas formas urbanas que emergem neste período histórico “para contrapor uma visão tecnológica primitiva que vê o mundo através das lentes simplificadas de auto-estradas intermináveis e de redes de fibras óticas” (p. 423). Esta sociedade informacional, como presenciamos, é ao mesmo tempo a sociedade dos fundamentalismos que convive com sistemas políticos frágeis e altamente dependentes do mercado e da mídia.

Uma contribuição para elucidar o que pode ocorrer no trajeto dos fluxos entre materialidades ou formas, é a noção de rizoma. Para esclarecer ainda mais, Santos (2003) explicita que “os avanços recentes da física e da biologia põem em causa a distinção entre o orgânico e o inorgânico, entre seres vivos e matéria inerte e mesmo entre o humano e o não humano” (p. 61), colocando em tensão principalmente a fragmentação entre o natural e o social. Apresenta-se desta maneira o conceito de rizoma e, para argumentar sobre este lhe imprimindo multiplicidade, Deleuze e Guattari (1977) apresentam as características expondo os princípios do rizoma.

Os dois primeiros são princípios de conexão e heterogeneidade, em que qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a algum outro, sem haver uma hierarquia, por contato ou aliança, crescendo por todos os lados e em todas as direções – diferente da raiz ou da árvore que determinariam uma ordem. Por exemplo, um traçado não é necessariamente lingüístico; podem ocorrer diferentes combinações de “traçados” políticos, biológicos, econômicos. Estes diversos traços aludem à idéia de híbrido, antes mencionada⁸.

O terceiro princípio é o de multiplicidade em que o rizoma não é considerado uma totalidade unificada, nem é composto de totalidades ou formas puras – sujeito,

⁸ Na página 17

objeto, natureza. Outrossim, contém velocidades que estabelecem entre si conexões, agenciamentos, relações recíprocas, formando as linhas do rizoma.

O quarto princípio de ruptura a-significante quer questionar “os cortes demasiado significantes” que separam as estruturas, tendo em conta que, mesmo praticando um corte (uma determinada leitura, interpretação), o rizoma ali não se restringe, ele segue as suas linhas e fusões.

O quinto e sexto princípios se referem à cartografia e à decalcomania respectivamente. A cartografia é um princípio metodológico proposto por Deleuze e Guattari (1977), e visa a ser coerente com a natureza inventiva do rizoma, por acompanhar seus movimentos e ser aberto; já a decalcomania é, para os autores, a descrição de uma estrutura, de seus bloqueios e empecilhos, que reproduz estes eixos de significação. Ela necessitaria ser colocada sobre os *mapas*, que pertencem à cartografia, para ganhar plasticidade, já que o rizoma se modifica constantemente. Nestes termos, os autores referem que as formas hierárquicas arborescentes levam a explicações topológicas. O princípio da cartografia será o ponto de partida para a construção metodológica que norteia esta tese.

Latour (1994) expõe que, na Modernidade, opera-se assegurando a separação entre conjuntos. Para o primeiro conjunto, designa as misturas entre gêneros de seres novos e híbridos⁹ de cultura e de natureza; e um segundo conjunto é estabelecido por purificação de duas zonas ontológicas completamente distintas, a dos humanos de um lado e, do outro, a dos não-humanos. Aquele denomina de *redes*; o segundo de *crítica*.

⁹ A respeito dos híbridos, Latour (1994) pondera que há misturas que se formam como conhecimento, justiça, poder e interesse junto ao céu, à terra, ao global e local, ao humano e inumano, tecendo o nosso mundo, mesmo que não os misturemos; a AIDS e a situação da camada de ozônio são exemplos de atravessamentos que perpassam os conhecimentos exatos e o exercício de poder, isto é ‘a natureza e a cultura’.

Ele discute, desta forma, que sustentamos dois tipos ou conjuntos de práticas muito diferentes e que permanecem eficazes enquanto as mantivermos em separado: “Sem o primeiro conjunto, as práticas de purificação seriam vazias ou supérfluas. Sem o segundo, o trabalho de tradução seria freado, limitado, ou mesmo interdito” (p. 16). Destaco que, para o autor, as redes não são somente objetivas, sociais ou efeitos de discurso; elas são concomitantemente reais, coletivas e discursivas. Nesta direção Deleuze e Guattari (1977) procedem a uma crítica tanto da lingüística quanto da psicanálise, entendendo que elas teriam criado unidades como a linguagem e o inconsciente. Ou seja, unidades compreendidas como totalidades fechadas.

A rede traz maior flexibilidade que a noção de sistema – que veremos posteriormente –, é mais histórica que a noção de estrutura e é mais empírica que a noção de complexidade. O grande problema, para Latour (1994), é que os trabalhos de “tradução” são elaborados em três categorias que se referem à da natureza, à da política, ou à do discurso, que estabeleceram cortes que separam os conhecimentos exatos e o exercício de poder, a natureza e a cultura. Por isso, ele inicia afirmando: “O navio está sem rumo: À esquerda o conhecimento das coisas, à direita o interesse, o poder e a política dos homens” (p. 8).

A concepção deste autor coaduna-se às questões desta tese, em que se parte das redes topológicas, das redes de sociabilidade, chegando à concepção de que a própria rede produza a análise do que se passa *entre* suas conexões ou agenciamentos. Para o mesmo, os híbridos emergem da rede, bem como a ciência que os recusa.

Sobretudo na prática “misturamos sem o menor pudor nossos desejos com as coisas, o sentido com o social, o coletivo com as narrativas. A partir do momento em que seguimos de perto qualquer quase-objeto, este nos parece algumas vezes como coisa,

outras como narrativa, outras ainda como laço social, sem nunca reduzir-se a um simples ente” (Latour, 1994, p. 87).

Seguir de perto será o exercício de análise empreendido para sustentar a dimensão analítico-institucional, ou a terceira imagem já citada. Temos por um lado políticas públicas formuladas para serem constituídas em rede e, por outro, uma tradução, ou análise a realizar, que se ocupe do que opera entre as mesmas, isto é, de seus processos.

Em seguida, proponho um percurso localizando várias maneiras de conceituar a rede.

2 REDES: UM LEQUE DE CONCEPÇÕES

Vivemos o entremeio de milênios. Entramos no século XXI com o acúmulo de muito conhecimento produzido nestas últimas décadas e com a clareza de que restam pouquíssimas certezas (do que é *certo*). Santos (2003) afirma que é um movimento convergente com vocação transdisciplinar, delineando-se por um paradigma de auto-organização que repercute em várias teorias e suscita a reflexão epistemológica sobre o conhecimento científico projetado desde o século XIX.

Há dois aspectos por ele citados que se conjugam a esta tese: A reflexão que surge dos próprios cientistas aptos a examinarem a sua prática; e a assunção de questões antes relegadas às ciências sociais como as condições sociais, os modelos de investigação científica e os contextos sociais em que as mesmas ocorrem. Para Santos (2003), “chegamos a finais do século XX possuídos pelo desejo quase desesperado de complementarmos o conhecimento das coisas com o conhecimento do conhecimento das coisas, isto é, com o conhecimento de nós próprios” (p. 50).

As propostas em rede, para sua efetivação, implicariam profundas transformações da subjetivação. Visualizando este campo da produção de conhecimentos, considero que a concepção de rede necessita ser problematizada, para que sua possível potencialidade seja re/ativada.

O termo rede vem se apresentando vigorosamente, de forma incisiva, em praticamente todas as áreas de conhecimento, ou domínios cognitivos: nas redes sociotécnicas, tecno-econômicas, na matemática, na inteligência artificial, na informática, na física, nas organizações empresariais, nas telecomunicações, na biologia, na economia, na formulação de políticas públicas, na Psicologia Social (Maturana, 2001) – como o movimento de um leque que, partindo do primeiro movimento, se desdobra.

Tornou-se um conceito que poderíamos denominar como hegemônico. Por esta razão, a noção de rede suscita dúvidas, já que é demasiadamente transformada em usos metafóricos, podendo a extensão de seu emprego levar a um esvaziamento de seus significados. Neste capítulo, abordarei alguns dos conceitos comumente relacionados às redes, por oferecerem diferentes bases epistemológicas que sustentam suas concepções, mostrando que as redes têm servido a diferentes senhores¹⁰, e questionando a que forças de instituído-instituintes servem.

2.1 As Redes Sociotécnicas

Enfoques pertencentes a outros domínios de conhecimento são considerados importantes para o estudo das redes. Eles colocam em relação diferentes atividades a partir de complexas relações estabelecidas entre agentes humanos e não humanos, como a biotecnologia que envolve especificidades tecnológicas, técnicas, socioeconômicas,

¹⁰ Com esta expressão, refiro que tanto proposições mais conservadoras, como mais críticas, utilizam o termo Rede.

marcadas por disputas de mercados, necessariamente colocando em jogo uma rede complexa de dimensões que não são puramente humanas ou materiais¹¹.

Para melhor compreensão desta perspectiva, Callon (2001) utiliza-se da Sociologia para explicar como os atores se definem a partir das relações que estabelecem, e da Economia para definir a interação através da circulação do que chama de intermediários, dispostos em quatro categorias: Primeiro, todo tipo de texto, desde os literários até os científicos, e os suportes necessários para a sua permanência como papel, disquetes, *compact disk's*, fitas; segundo, os artefatos técnicos, como robôs, máquinas e produtos de consumo; terceiro, os seres humanos e suas capacidades; por fim, o dinheiro e suas diversas formas de representação.

Cada intermediário citado comportaria uma rede que, de algum modo, ela ordena ou sustenta. As redes sociotécnicas são definidas como as relações produzidas entre indivíduos, grupos sociais, elétrons, bactérias, empresas, destinadas a determinados objetivos, interações e ligações diversas. Como exemplos, as redes de produção de máquinas como automóveis, que envolvem, na elaboração e na utilização, habilidades humanas, componentes técnicos, químicos, mecânicos, ao mesmo tempo em que constituem meio de transporte que interfere na vida das cidades. A organização universitária quando produz pesquisa e conhecimentos e os repassa através da extensão e da formação de profissionais, assim como é perpassada, ocasiona interesses econômicos e políticos, encontrando-se na conjunção destas diferentes redes. As redes de narcotráfico empregam mão-de-obra para plantações, utilizam laboratórios, acionam consumidores, políticos e movimentam uma economia ilegal.

¹¹ A descrição de diferentes perspectivas de redes, voltadas para a inteligência artificial, biotecnologia, redes de bibliotecas virtuais, distribuição de conhecimento e política, encontra-se em Baumgarten & Freitas (2005).

Compartilho da proposta do autor que reside em não privilegiar um organismo, artefato ou estabelecimento e sim enfatizar nas redes a crescente complexidade que envolve humanos e não-humanos: Atores, ambientes e processos os mais diversos, outorgando-lhe o hibridismo. Sobre a utilização do termo *ator*, podemos inferir que se refere às várias possibilidades de conceber um investimento – individual, coletivo, de pessoas, organismos e não humanos, como já foi explicitado – e não à idéia de representar um papel ou de um faz-de-conta.

Seguindo a concepção de redes sociotécnicas, Trigueiros (2005), em texto voltado para a prática biotecnológica, descreve termos atribuindo uma dinâmica e estrutura ao funcionamento das redes – que veremos a seguir – contribuindo para situar como estes vêm sendo empregados em nosso cotidiano, dando consistência a várias definições sobre redes.

Nas redes, há um pressuposto de comunicação que implica trocas e intercâmbios permanentes que prescindem de variadas condições e contam com equipamentos, resistências, bloqueios e distúrbios em seu fluxo. Estas trocas são processadas por meios físicos e entre pessoas, estabelecendo-se ligações. Aspectos como afeto, cumplicidade e confiança, são veiculados por gestos, linguagens e sinais que requerem um exercício de simbolização e são vividos por atores, compreendidos tanto como indivíduos, grupos, organizações e países, quanto como animais, bactérias ou elétrons.

A aglutinação forma os nós representados por conjuntos de atores reunidos por interesses e objetivos, em geral por proximidade, mas, principalmente pela intensidade de trocas entre si. As malhas compreendem uma reunião de nós e ligações de uma rede sociotécnica, formando subconjuntos que atuam em função de um campo específico de interesses. Como breve exemplo, temos na indústria uma malha de produção de insumos, uma malha de comercialização destes produtos, e assim por diante, visualizando-se as

trocas entre determinados atores, formando nós pela aglutinação de interesses enquanto estabelecem relações de ligação em uma hierarquia interna e uma hierarquia externa.

Além disto, são descritas cinco características estruturais das redes: A *complexidade*, que é maior ou menor dependendo da variabilidade dos atores, nós e relações; a *centralização*, que indica o grau de informação, trocas em geral e de concentração de poder nas redes; a *coesão*, que remete a laços de solidariedade, podendo ligar-se a valores religiosos, ideológicos ou morais que impõem maior ou menor resistência às ameaças à malha; a *normatização*, que regula o funcionamento das redes com normas tanto formais como informais; e por último, os *recursos* e a *infra-estrutura*, que englobam pessoas, equipamentos, bases financeiras e agências de fomento.

Um outro termo que Trigueiros (2005) emprega é plug ou conectivo, por significar aquilo que coloca os atores em contato com as informações e, com isto, permite as trocas. O *plug* não é constitutivo da rede; é transitório e móvel, pode ser material ou simbólico, ou seja, o meio que torna possível a conexão nas redes, como os telefones, uma ação ou um modem para conexão na informática.

O efeito de sinergia e o efeito de encadeamento são mencionados como fundamentos que colocam em marcha a busca pela realização de objetivos. A sinergia, termo largamente utilizado no meio empresarial hoje, significa a ampliação de capacidades obtido pela concentração de esforços, o que, em geral é fruto de um comando. O efeito de encadeamento trata das repercussões e dos desdobramentos em diversos campos como o político, econômico, simbólico, religioso, científico, nem sempre conhecidos pelos próprios atores. Este tem sido mais relevante por demandar cuidados com a divulgação, aplicação e a compreensão das possíveis consequências sobre a vida de pessoas e países, como se pode acompanhar em relação às pesquisas com células-tronco e com organismos geneticamente modificados (transgênicos).

Na saúde mental, tem-se o exemplo da Reforma Psiquiátrica que repercute nas políticas de saúde, nas pesquisas científicas, no posicionamento de pacientes e de suas famílias, na imprensa, na indústria de psicofármacos, e na ideologia conservadora e excludente que estabelece linhas de força contrárias à Reforma Psiquiátrica.

A descrição de Trigueiros (2005) dirige-se para referenciais mais estruturalistas, inclusive denominando *a* estrutura das redes. Ela demonstra quanto o conhecimento destas está amparado nas construções explicativas ou recursos teóricos classificatórios que obtivemos até aqui. Tendo em vista isto, a proposta não é descartar termos ou modos de compreender as redes, e sim abrir, *com e a* partir destes, novas possibilidades que possivelmente exigirão a radicalização para um pensamento mais construtivista.

Neste sentido, já estamos vivendo, em parte, os desdobramentos vindos do século XX, de extenso e rápido avanço tecnológico e científico que vem acompanhado da concepção de redes, impulsionado pelas novas condições que a informática oferece para propagá-los.

Conciliado com esta efervescência, Lévy (1998) propõe a *inteligência coletiva*, publicando um livro com este título em 1994, em que ressalta a possibilidade de difusão democrática da informação. De modo enfático, o autor divulgou a idéia de compartilhar os conhecimentos para indicá-los uns para os outros, isto visto como peça fundamental para enfrentar os desafios que vivemos com a aceleração das modificações.

De tal modo sugeria que, ao ter uma linguagem articulada, contando com a infraestrutura do apoio digital, as soluções poderiam ser construídas conjuntamente em uma cibercultura. Para ele, a cibercultura é a abertura de um espaço novo de comunicação que pode ser usufruído de maneira positiva, ou seja, ela surge como solução parcial para os problemas avistados anteriormente, sendo que as relações com o saber, o trabalho, a

economia, democracia e o Estado necessitam ser recriadas, pois já vêm sendo radicalmente afetadas. Em parte, penso que se confirma este desdobramento em direção a uma agilização da comunicação, do controle e da informatização com a sofisticação de recursos tecnológicos que incidem positivamente sobre alguns setores da sociedade. Isto, porém, não reverteu o curso também veloz de uma lógica de exclusão social e conseqüente empobrecimento da população, que impede a democratização e o maior acesso aos benefícios que as ferramentas tecnológicas podem dispor.

2.2 A Inteligência Artificial e Os Híbridos

As redes encontram-se hoje tão atreladas às idéias de objetos, como malhas ou telas, como de virtualidade. Por isso, situo historicamente as primeiras pesquisas e aproximações no campo da informática em que passaram especialmente a ser nomeadas.

No ano de 1934, o matemático Alan Turing provou que, se fosse corretamente programado, o computador faria tudo aquilo que o ser humano desejasse. Segundo Freitas (2005), os estudos de Turing surgiram de demandas da Segunda Guerra Mundial, tendo participado da construção do primeiro computador e mostrado os benefícios que este pode trazer ao ser humano.

O teste que leva seu sobrenome é considerado o marco da Inteligência Artificial e consiste em uma competição de quem cria o computador mais inteligente, em que pessoas conversam com um computador até não distinguirem mais se falam com pessoas, ou com a máquina.

A palavra inteligência atribuída a máquinas vem sendo hoje bastante banalizada, a ponto de chamar de inteligentes as mais variadas máquinas que realizam determinadas tarefas para as quais já estão programadas.

A Inteligência Artificial nasce da confluência da Computação e das Ciências Cognitivas. Participam também dos estudos a Filosofia, a Linguística e a Neurologia. Para esta autora, é preciso diferenciar o autômato e o ator não-humano: Os autômatos podem realizar tarefas como fazem os seres humanos, participam de interações sociais na medida em que promovem ou facilitam as trocas de informações e são considerados por alguns autores como *net citizens*, ou cidadãos da rede, no espaço virtual.

O sistema nervoso, no entanto, conta com sensibilidade para efetuar escolhas e cria formas complexas em seu processo de cognição, incluindo a corporalidade, as emoções, a memória, ou seja, é uma permanente rede em atividade pronta para a resolução de problemas inéditos que lhe são apresentados a cada momento no cotidiano. Já o ator não-humano participa involuntariamente de experimentos, dependendo de condições ambientais e outros fatores que o fazem reagir.

A autora discute a comparação de autômatos com um ser social, pois “uma ação, quando social, baseia-se em ações referenciadas em expectativas relacionadas ao outro com quem o indivíduo interage. No caso do autômato, suas ações são o resultado de variações e combinações binárias possíveis” (Freitas, 2005, p. 47).

Cabe lembrar que autômatos não se emocionam, a não ser que estejam programados para reagir como se fossem emotivos; não se cansam ou se lastimam igualmente se não estiverem preparados por um ser humano, com o qual guardam total dependência, mesmo aqueles que se desenvolvem à medida que acumulam experiência. A trajetória futura deste artefato tecnológico ainda é incerta em nossas vidas. No entanto,

já convive em nossa sociedade, quando, na *web*, toma decisões, envia e recebe mensagens respondendo-as sem que um humano o tenha intermediado, como no caso dos congressos científicos, do *Home Banking*, e em tantos outros contatos virtuais, em que recebemos respostas automáticas para inscrições, reservas e pagamentos.

Constituem-se, todavia, o que autores como Latour (1994) e Serres (1996) designam como *híbridos* – fenômenos que são humanos, como o aquecimento global, por contarem com a interferência histórica do humano; e são naturais por não serem obra nossa.

Este conceito se origina do latim *ibrida*, *hibrida* ou *hybrida*, que significa filho de pais, países ou condições diferentes; tem ainda seu significado relacionado com o grego *hýbris*, que é igual a destempero e excesso. Enfatizo este conceito que carrega consigo diversas conotações, dentre elas, a mistura, o novo, mas também possível desqualificação devido ao seu caráter não puro. As redes vistas como híbridos evocam, assim, também sentidos contraditórios, como redes de proteção e redes de controle de pessoas.

As redes ampliaram-se através da utilização dos meios não-humanos, o que, para Latour (1994), se reforça na Modernidade. Ele denomina estes meios como máquinas e fatos que alteraram a topografia dos coletivos, especialmente no dimensionamento das relações entre o local e o global, ocorrendo uma tendência a transformar as redes ampliadas dos ocidentais em totalidades globais.

Quando ele se refere aos ocidentais, explicita que “se os ocidentais tivessem apenas feito comércio ou conquistado, pilhado e escravizado, não seriam muito diferentes dos outros comerciantes e conquistadores. Mas não, inventaram a ciência, esta atividade em tudo distinta da conquista e do comércio, da política e da moral” (Latour, 1994, p. 97). Descobriram os determinismos físicos como se isto fosse o grande divisor

de águas que coloca os *outros* que consideram a natureza, e os ocidentais que visam ao conhecimento científico.

Ao questionar sobre a suposta universalização das redes na Modernidade, o autor refere que “exageraram na universalização de suas ciências – ao arrancar a fina rede de práticas, instrumentos e instituições que cobria o caminho que levava das contingências às necessidades”, retirando-lhes as particularidades locais, e “acreditaram que havia contextos e outras situações que gozavam da misteriosa propriedade de serem ‘descontextualizados’ ou deslocalizados” (Latour, 1994, p. 118).

Latour (1994) explica que foram criadas quatro regiões em que o “natural e o social não são compostos dos mesmos ingredientes; o global e o local são intrinsecamente distintos” (p. 120). Estas duplas – social e natural, local e global – não se encontram, e ele define este desencontro como a tragédia do homem moderno, que as cindiu. A saída seria contornar tais divisões e tomá-las concomitantemente, isto é, não se apegar à separação radical do humano e do não-humano; questionar a pretensa superioridade do saber sobre o empírico e o emocional, bem como de algumas sociedades, sobre as demais.

Quanto à ponderação sobre a constante separação entre o micro – igual às relações interpessoais – e o macro – igual às racionalidades sem contexto e sem personalidade –, divide-se também o plano local, por um lado, com seu emaranhado de relações entre algumas pessoas em território bem delimitado e, por outro, o mercado e a ciência, segundo Latour (2000). Tal processo ocorre como algo impessoal, neutro e perfeito inspirado nas leis científicas universais, amplo e sem território definido, o que vem sendo chamado de mundialização e globalização.

Os exemplos anteriormente mencionados fazem lembrar que células-tronco, transgênicos e Reforma Psiquiátrica, oriundos e propostos em rede, pertencem a uma esfera macro, de algum modo asséptica. Já o que ocorre nas pequenas redes – nas relações entre profissionais, pacientes, usuários, pesquisadores – diz respeito ao micro, e o exame deste cotidiano com suas reais contribuições e resistências em geral, está delegado para um segundo plano. Estar ausente ou não ter acesso a determinadas redes torna-se critério para classificar formas de exclusão, como na informática cuja exclusão gera o que hoje se define como analfabetos digitais.

Quanto ao macro e ao micro, no Institucionalismo, o macro ou molar está vinculado às forças hegemônicas, que exercem controle para a manutenção do que está instituído, e o micro ou molecular alude às forças instituintes dos pequenos movimentos, nas pequenas esferas de convivência.

A propaganda de que tudo funciona, ou deve funcionar em rede, de forma alguma assegura a sua efetividade. Estamos diante da persistente divulgação da rede. Entretanto, as linhas de forças e redes de poder atuam de maneira global, como na economia, na geopolítica e nas convenções internacionais. Sim, em relação à rede, estamos diante de uma contradição ou mesmo de uma assimetria, pouco explorada nos diferentes domínios de conhecimento.

2.3 As Redes: Da Economia Mundial à Economia Global

Tratando-se de contextualização, cabe incluir as redes de informação que concretizaram uma mudança histórica na economia. Castells (2000) relata que a economia mundial de acumulação e expansão de capital existe pelo menos desde o

século XVI no Ocidente. A história do Brasil é ilustrativa desta rota expansionista. Entretanto, para transformar-se em economia global, foi necessário contar com as novas tecnologias de comunicação e de informação a partir da década de 80, pois ela se caracteriza por um funcionamento dos procedimentos que envolvem a economia em seus fluxos financeiros, em escala planetária em tempo real.

Contudo, o autor alerta que, enquanto os governos nacionais utilizarem a concorrência econômica como estratégia política para sua própria proteção, ainda haverá por muito tempo restrições quanto ao crescimento de muitos lugares. Ele refere que este novo paradigma competitivo quanto à capacidade tecnológica tanto promove a interdependência entre países na economia global, surgida nos anos 80, como fortalece antigos padrões de dominação estabelecidos anteriormente ao longo da história das nações. Recém-vindo o século XXI, já assistimos ao ideal democrático de liberdade e instantaneidade de trocas de informações, idealizadas pela internet, ser ameaçado por interesses políticos e econômicos que passam a suspender, omitir, censurar e controlar informações veiculadas na *web*.

Castells (2000) levanta uma hipótese importante para refletir sobre a transformação de bases significativas como o espaço e o tempo para a sociedade em que se vive um espaço de fluxos e o tempo intemporal: “As funções dominantes são organizadas em redes próprias de um espaço de fluxos que as liga em todo o mundo, ao mesmo tempo em que fragmenta funções subordinadas e pessoas no espaço de lugares múltiplos, feito de locais cada vez mais segregados e desconectados uns dos outros” (p. 504).

Acompanhando seu raciocínio, ele afirma que a construção social destas formas dominantes de espaço e tempo cria uma metarrede que ignora os grupos sociais subordinados, as funções e os territórios desvalorizados, ocasionando uma brutal

distância entre as pessoas, atividades e locais do mundo e esta. Tal mecanismo ocorre através da criação de códigos culturais e de valores nos quais se decide o poder, mas o seu sentido estrutural desaparece na lógica invisível da metarrede.

Cada vez mais, a nova ordem social, a sociedade em rede parece uma metadesordem social para a maior parte das pessoas. Ou seja, uma seqüência automática e aleatória de eventos, derivada da lógica incontrolável dos mercados, tecnologia, ordem geográfica ou determinação biológica (Castells, 2000, p. 505).

Todos estes fatos promovem uma transformação qualitativa da experiência humana, expressos pela mudança das relações entre a Natureza e a Cultura. Ainda conforme o autor, um primeiro modelo de relação entre estes dois aspectos era de luta pela sobrevivência. Há milênios, os seres humanos enfrentavam uma natureza gigantesca e severa.

No segundo modelo de relação, avista-se a Modernidade e a Revolução Industrial, conquistando um domínio da Cultura sobre a Natureza. O advento da Razão torna-se essencial, e o processo de trabalho forma a sociedade. Ademais, um novo momento ou estágio está sendo vivido por nós em que a “Cultura se refere à Cultura” (Castells, 2000, p. 505). Resgatando Santos (2003), chegamos ao conhecimento do conhecimento e almejamos o conhecimento de nós mesmos.

Estes períodos de transformação ou passagem configuram, como refere Silva (2005), uma flexão no modo de subjetivação e, neste caso, podemos dizer que “a característica dos sistemas políticos modernos é integrar os indivíduos na totalidade através de uma técnica de patrulhamento das populações” (p. 51). O nosso tempo é compreendido também como passagem da *sociedade disciplinar* – desenvolvida teoricamente por Foucault (1986, 1991) – para a *sociedade de controle* – desenvolvida

por Deleuze (1992). Ao situarmos as redes em nosso tempo, elas se apresentam em tensão, como já referi, entre o controle e a proteção.

Com estas assertivas, proponho pensar a rede como paradigma ao ser reiteradamente utilizada como referência para múltiplas áreas e domínios de conhecimento. Podemos dizer, quanto às áreas, que se referem às redes topológicas, como as redes fisicamente estabelecidas e de sociabilidade como as redes que emergem através dos vínculos. Os domínios de conhecimento – Maturana (2001) define a ciência como domínio cognitivo – congregam grupos que compartilham determinados saberes, criando parâmetros, legitimando (ou não) sua produção científica.

Em muitos domínios de conhecimento, como vimos, as redes estão presentes como fundamento e concepção. A rede, nesta direção, condensa ferramenta, noção e, ainda, de modo especial, um modo de subjetivação. Quando ultrapassa as fronteiras de determinadas áreas e, inclusive, de domínios de conhecimento, revela-se como um motor inovador que gera novos sentidos para uma sociedade. A rede já está presente no linguajar, pois, de algum modo, tem sido das experiências mais significativas da década de 90 até nossos dias. A constituição subjetiva que se abre para conexões antes inimagináveis é muito recente. Quando se afirma que crianças têm uma assimilação especial, estamos assumindo que a nova experiência de contato com os meios tecnológicos as subjetiva de forma a assimilarem e descobrirem, como se estes sempre pertencessem ao seu mundo e, de fato, recentemente pertencem ao mundo do final do século XX, subjetivando-se *com* e *através* destas vivências. Nós, adultos, que vivemos a infância e adolescência sem o acesso aos meios tecnológicos, temos uma equação a realizar, ou seja, um exercício de constante integração; conceber hipertextos, *links*, comunicação em tempo real, passa a compor nossa subjetividade diferentemente das crianças.

2.4 Redes de Colaboração Solidária

Nos últimos anos, temos assistido à mobilização de vários segmentos sociais que incluem organizações de diferentes modalidades como as cooperativas, as Organizações Não Governamentais (ONGs), as organizações que buscam a utilização de *softwares* livres e movimentos sociais que reivindicam o direito à moradia, ao trabalho e à terra. De um outro prisma, as operações em rede propiciam também conexões virtuais, como nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), em que há o estabelecimento de redes de informações com a utilização da informática, da matemática e da comunicação. Cabe ainda mencionar as pesquisas que ocorrem especialmente desde o final da década de 80, indicando redes de processos neuronais que acionam os bilhões de neurônios em nossos cérebros, inspirando assim a pesquisa sobre inteligência artificial.

Na economia, enfatiza-se o funcionamento da globalização através de redes e, por outro lado, crescem as alternativas de organização do trabalho através de redes de economia solidária, entre outros.

Abordo o tema das redes de colaboração solidária, porque a concepção de redes é notável e extensa tendo, a maior parte de suas propostas contém referências e conceitos norteadores que expressam, em praticamente todos os casos, a necessidade de propiciar, ou mesmo intensificar os agenciamentos entre pessoas.

A questão da subjetividade é mencionada e está subjacente em suas formulações, como a mudança de “padrões de comportamento” como no que se refere ao consumo e à produção, a reversão de uma ética competitiva para uma ética solidária, a necessidade de criar alternativas a um sistema de organização social que gera desigualdade e má

distribuição de renda como o capitalismo neoliberal. Redireciona-se um olhar do macro para o micro, ou seja, o mercado, o sistema econômico, a ciência, a política, dizem respeito a uma processualidade cotidiana. O olhar para o ser humano e o modo como ele estabelece as suas relações mostrará que diferentes nuances se estabelecem nos modos de vida e, portanto, de subjetivação.

A busca de colaboração recíproca permanente entre diversos empreendimentos e cooperativas fez surgir a Rede Brasileira de Socioeconomia (RBSES) em junho de 2000, no Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária em Mendes, no Rio de Janeiro. No bojo de sua criação, como aponta Mance (2003), está o objetivo de gerar trabalho com distribuição de renda, onde não haja exploração econômica, dominação política e cultural, e que seja ecologicamente sustentável, tratando-se da produção e comercialização dentro de pressupostos da economia solidária. Neste caso, a perspectiva em rede no campo de atuação da produção, comercialização, consumo, comunicação, educação e crédito, está respaldando a maximização da informação e comunicação através do uso da informática, atendendo a uma das finalidades que é a de “construir de baixo para cima a socioeconomia solidária, afirmando os valores do trabalho emancipado, da propriedade e da gestão cooperativas dos meios de produzir as riquezas, e reproduzir a vida, a constituição de sujeitos que atuem em seu próprio desenvolvimento pessoal e social e combatendo toda forma de opressão e exploração econômica, política e cultural” (p. 284).

Ao procurar a ampliação do intercâmbio, declara-se ainda uma preocupação política que pressione a consolidação de políticas públicas que favoreçam a economia solidária como um meio de enfrentamento das corporações capitalistas através de práticas solidárias de autogestão e intercooperação.

No aspecto cultural, Mance (2003) traz a necessidade de reelaborar as nossas sensibilidades, nossos imaginários e conceitos a respeito do consumo e da produção em todos os espaços sociais, afirmando a importância de trabalhar com as dimensões da subjetividade perpassada por desejos, medos e angústias na construção de novos caminhos da realidade concreta. Portanto, está depositada nas redes a possibilidade da produção coletiva de conhecimento.

A rede global de Socioeconomia Solidária foi lançada em 2001 no Fórum Social Mundial de Porto Alegre para intensificar a congregação de diversas redes das diferentes partes do mundo que compartilhem de novos empreendimentos que assegurem a liberdade com base na ética solidária.

O equilíbrio ecológico dos ecossistemas, a vida digna, a distribuição de renda e a não exploração do trabalho são os pilares desta proposição de alternativa emancipatória ao sistema neoliberal, configurando-se, para o autor, em uma sociedade pós-capitalista. A rede é tomada como ferramenta de articulação local, regional e internacional para um processo de mobilização cotidiana, e representa um desafio teórico-prático ao estabelecer uma dimensão *face a face*, presencial, e uma *interface virtual*. Sendo assim, “todos os mecanismos dessa *interface virtual* somente poderão surtir resultados se forem utilizados de maneira plenamente humanizada, sob uma nova lógica que inverta as prioridades, colocando as tecnologias a serviço do *face a face* humano” (Mance, 2003, p. 297). A *interface virtual* é compreendida pelo autor como mediação da dimensão *face a face* entre pessoas e organizações; são, para ele, facetas de um mesmo processo e não duas redes, uma real e outra virtual. Esta proposição pode corroborar a idéia de que as redes são o que os *encontros entre pessoas* podem produzir.

2.5 As Redes Definidas Pela Teoria Sistêmica

A vertente sistêmica será abordada considerando que esta tem difundido o conceito de rede em diferentes espaços como na preservação ambiental, estudando os fluxos dos ecossistemas; na cibernética, investigando os padrões dinâmicos e ciclos de retroalimentação; e na psicologia, em que esta perspectiva se destaca no atendimento a famílias. Na década de 30, conforme Capra (1996), os fundamentos de conectividade, relações e contextualização que viriam conformar a teoria sistêmica eram lançados por psicólogos da Gestalt, biólogos, ecologistas, com contribuições da física quântica.

A ciência ocidental, para o autor, até então apoiada no pensamento cartesiano sempre utilizou as metáforas dos fundamentos, das bases, ou do edifício cujos alicerces deveriam ser sólidos, para referir-se ao conhecimento. Desta forma, toda descoberta científica que perturba os fundamentos abala a edificação, colocando-a em risco. Nesta concepção, se estabelece que as relações – que antes eram secundarizadas – são primordiais e não mais os objetos, como antes, o que leva a metáfora do edifício a ser substituída pela metáfora da rede.

No pensamento sistêmico, as partes, em relação ao todo, só poderão ser compreendidas dentro do contexto maior. Por isso, é também considerado um pensamento ambientalista e muito utilizado por ecologistas, o que permitiu para estes pesquisadores que o mundo vivo fosse percebido como uma rede de relações traduzindo-se em um pensamento que se desloca em diferentes níveis, denominado em alemão, segundo o autor, como *vernetztes Denken*, ou pensamento em redes.

O conceito de *rede social* dentro da teoria sistêmica, segundo Sluzki (1997), demonstra que não é só o núcleo familiar que está diretamente vinculado à pessoa.

Nossas relações estão claramente ligadas ao ambiente em que vivemos e a seus vários contextos, o que compõe o modelo da rede social, que é a junção de todas as relações que o sujeito entende como essenciais para ele, sendo que elas também constituem o sujeito em sua identidade. São consideradas como parte do mapa da rede, para este autor, a “família, as amizades, as relações de trabalho ou escolares, as relações comunitárias, de serviços ou de credo” (p. 42), que vão das relações mais próximas do indivíduo até as mais distantes, formando a rede social pessoal.

Entender essas relações e a sua proximidade contribui para conhecer o indivíduo e o que lhe afeta. A definição de rede social se dá a partir do sujeito estudado, pois apenas ele saberá dizer o que tem mais importância. O estudo dessas redes constitui uma parte importante da implementação de ações sociais, pois elas interferem mutuamente em suas relações.

Vários autores, como resgata Sluzki (1997), trabalharam com o conceito de rede, entre eles, Jacob Moreno que, em 1951, desenvolveu o psicodrama e organizou um sociograma onde mostra as relações em grupos; e Kurt Lewin, em 1952, com sua teoria de campo, entre outros estudos, geralmente envolvendo famílias e suas relações, e nos anos 70, aplicado ao tratamento em saúde mental.

Para Sluzki (1997), esta organização não passa a idéia de toda movimentação e atividade que ocorre, de modo que se faz necessário cada sujeito definir sua rede, através do grau de importância e influência dessas relações em sua vida. Para isto, ele explana características estruturais da rede, elencadas a seguir:

- * Tamanho: Quantidade de indivíduos na rede. Redes médias parecem funcionar melhor por serem permanentes. As pequenas podem sobrecarregar as

peessoas envolvidas e as muito grandes podem ter baixo índice de afeto. Os falecimentos e as mudanças para longe da rede podem afetar seu tamanho.

- * Densidade: Relação entre os sujeitos da rede, não dependendo do sujeito estudado (quem conhece quem). As redes de densidade média parecem ser mais eficazes, as altas favorecem a acomodação, e as baixas a exclusão.

- * Composição ou distribuição: Mostra como a rede está distribuída no mapa. As muito próximas têm pouca flexibilidade, e as muito amplas podem demonstrar pouca capacidade de reagir.

- * Dispersão: Separação entre os sujeitos mostrando como funciona a comunicação entre a rede.

- * Homogeneidade ou heterogeneidade de características como idade, sexo, cultura, nível socioeconômico, a partir dos quais se pode levantar possíveis conflitos.

- * Atributos de vínculos específicos, como histórias, compromissos, intensidades e outros.

- * Tipo de funções: Como cada indivíduo atua no vínculo na rede.

Com pensamento análogo, Türrck (2002) trabalha com o conceito de rede interna, mencionando a *teia de relações sociais*. Argumenta que é necessário se desfazer do individualismo que caracteriza a nossa sociedade atualmente e desenvolver a solidariedade entre as pessoas. Assistimos à exclusão daqueles que não são economicamente produtivos, deixando-os *sem lugar*, sem um olhar e instâncias que se responsabilizem por tal situação. Participar de uma rede é estar em relação com os outros, dividindo o poder e o construindo juntos, compartilhando os saberes e os recursos de cada um.

A superação do egoísmo, da inveja e da competição se faz necessário para que possa nascer um sentimento de humanidade nas relações, pelo qual um se coloca no lugar do outro, deslocando-se do individual, partilhando carinho e agregando em seu convívio pessoas diferentes de si. Só assim pode se formar uma rede interna.

A fala e a escuta são dois movimentos indispensáveis nessas relações além do empenho em algo em comum a todos, que garanta a reciprocidade nas ações sociais. Referindo-se à prestação de serviços, para a formação de uma rede interna, é necessário coesão entre as pessoas que participam, bem como um espaço onde a rede possa se constituir, para que os participantes busquem o aprimoramento como profissionais, já que, para um atendimento de qualidade, é importante movimentar vários conhecimentos ou *Recursos Sociais*. Türk (2002) ainda define rede social como o grupo formado pelo “núcleo estável de rede de planejamento” com o “núcleo estável de rede de operacional”, compondo a “rede social integrada” (p. 42).

Essa rede tem como meta formar ações que atinjam a sociedade em seus problemas atendendo à resolução da Constituição de 1988, que delega aos municípios a autonomia nas ações sociais. As pessoas passam a atuar na construção das redes, com o seu conhecimento em busca de respostas para seus problemas.

Essas noções de Rede Interna e Social podem ser utilizadas em qualquer esfera na qual haja pessoas implicadas em interesses comuns. A transmissão de informação entre as pessoas que compõem a rede é essencial para haver troca de conhecimento disponível entre todos. Deve existir uma organização, de modo que todos os sistemas estejam vinculados para formar uma Rede Social.

Sobre a Rede Social, Türk (2002) defende que, com o ECA, surge a necessidade de ações diferenciadas no atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco

pessoal e social ou em conflito com a lei, envolvendo os vários níveis de poder governamental e movimentos da sociedade. O trabalho conjunto entre os “Recursos Sociais” (p. 41) e a Rede Interna abre lugar para formar uma Rede Social. Isso possibilita aos que estão nesse sistema trocar vivências e exercer plenamente o seu papel como cidadão.

Nesta perspectiva, Sluzki (1997) mostra a importância da rede social pessoal – na qual ocorrem a confiança e a sensibilidade – como geradora de saúde, facilitando o acesso à ajuda, aumentando, inclusive a sobrevivência. Além deste aspecto, as redes sociais são apontadas como organizadoras do sujeito, de onde “deriva a experiência de que existimos para alguém” (p. 75). Entretanto, esta experiência é vivenciada ao longo da vida de cada sujeito em suas diferentes inserções cotidianas.

Percebe-se que, nesta concepção de rede, apesar de contemplar uma espécie de mapa que ilustra uma dinâmica, ela localiza seu funcionamento em atitudes individualizadas e situa-se, justamente, em um conjunto centrado sobre si, um sistema, o que a coloca refratária a processos imprevisíveis, nos quais não cabe a intensificação da complexidade do sistema.

Além disso, mostrar as circunstâncias necessárias e ideais para o cumprimento das prerrogativas constitucionais é indispensável. No entanto, abre-se uma questão relativa às condições em que se produzem os fenômenos. Dentre esses, o histórico, cultural, econômico e político, são o lastro dos quais derivam redes e modos de subjetivação.

3 A CONCEPÇÃO DE REDE NA PSICOLOGIA SOCIAL

Neste capítulo, após termos trabalhado no campo de análise, que é abrangente e visa localizar o tema redes contextualizando-o, aproximamo-nos para ajustar o foco com as lentes da Psicologia Social que tem suas origens no processo histórico, antes mesmo de dialogar com a Sociologia. Considerando sua gênese antes do século XIX, surge no Brasil entre as décadas de 20 e 30 com estudos que tentavam explicar os fatores psíquicos relacionados à vida social. No mesmo período, assistimos também à construção da obra de Vigotski, que se tornou e segue como referência importante na Psicologia Social brasileira, principalmente a partir da década de 80, em função da Guerra Fria que restringia o intercâmbio com os países do leste.

Junto ao estudo dos grupos, a psicologia social americana se desenvolve sob uma base experimental, sempre vista a partir do sujeito e a influência do grupo nele, segundo Silva (2005). O objetivo seria de definir um padrão de comportamento e uma forma de controlá-lo e classificá-lo. As pesquisas de opinião surgiram justamente nesse momento. O grupo torna-se um meio de estudar as relações do indivíduo e de identificar os pontos dessa relação que interferem na produtividade voltada ao trabalho. Para a autora, o movimento behaviorista exerceu grande influência para a psicologia social nos EUA, ao dispor de um objeto de observação e investigação, o comportamento. Com seus estímulos e respostas – buscando prever e controlá-las, através de reforço e punição –

dispôs do método experimental para explicar as interações entre as pessoas adequando, dessa forma, esse novo campo de estudo à ciência tradicional.

A Psicologia Social foi ganhando nuances mais críticas quanto às vertentes norte-americanas e européias, e suas teorias e metodologias eram questionadas à luz de nossas realidades latino-americanas, culminando, com claro posicionamento crítico, na criação da Associação Brasileira de Psicologia Social em 1980, tendo Silvia Lane como primeira presidente. Vários termos e concepções são desenvolvidos neste caminho, como mediação, comunidade, afetividade e emoção, grupos, coletivos. Também neste período a Análise Institucional – que elejo como plano teórico nesta tese – inicia sua incursão no Brasil juntamente com outros referenciais que serão apresentados.

Nas primeiras décadas do século XX, o social não é questionado; é visto apenas como o local onde acontecem essas relações, além de começar a ser visto como natural, iniciando uma lógica de adaptação do sujeito ao meio. Silva (2005) refere que cada vez mais a atuação individual é ressaltada, e o social perde-se na constituição da subjetividade. Houve ainda, um esvaziamento da concepção européia de coletivo, passando para a concepção de grupo trazida pelos estudos da psicologia americana e seu foco no aumento da produtividade, intensificando desta forma a competitividade, o individualismo e o controle.

3.1 Precedentes da Concepção de Rede na Psicologia Social – Vigotski e os Processos em Movimento

Traçarei o percurso de Vigotski (1896-1934) por ser o primeiro psicólogo moderno entre 1920 e 1930 – mais precisamente até 1934, ano de seu falecimento – a

sublinhar a gênese social da linguagem e do pensamento e a considerar a cultura como parte da natureza humana. Define o desenvolvimento psicológico dos homens como parte do desenvolvimento histórico geral de nossa espécie. Declarando que as funções intelectuais do adulto não são consequência única da maturação ou que estariam pré-formadas na criança, rompe drasticamente com os pesquisadores que afirmavam isto. Deixou uma extensa obra como legado – apesar de sua morte prematura aos 38 anos – e algumas formulações que até hoje contribuem para análise psicológica.

Vigotski (2000a) abordou o desenvolvimento de forma contextualizada, ressaltando não se tratar de uma teoria do desenvolvimento da criança. Realizou vários estudos e experimentos detalhadamente descritos e analisados em suas obras; também observou “nos métodos e princípios do materialismo dialético a solução dos paradoxos científicos fundamentais com que se defrontavam seus contemporâneos. Um ponto central desse método é que todos os fenômenos sejam estudados como processos em movimento e em mudança” (p. 8). Neste caso, enfatizo a abertura demonstrada por Vigotski ao contextualizar suas pesquisas, imprimindo-lhes a processualidade.

Ele foi o primeiro a estabelecer uma relação entre as questões psicológicas e o pressuposto de Marx de que as mudanças históricas e materiais na sociedade produzem mudanças na “natureza humana”, ao propor que a internalização de signos produzidos pela cultura suscita transformações comportamentais. Ele considerava o pensamento marxista como importante contribuição científica, através do materialismo histórico e dialético. Apesar disto, foi criticado e atacado por ortodoxos do partido comunista, inclusive por ter se aproximado da psicanálise através de Adler e da psicologia burguesa ocidental. As observações de crianças levaram Vigotski (2000a) a concluir que as crianças utilizam-se da fala, dos olhos e das mãos como auxílio para a realização de tarefas práticas; à medida que fala, a criança organiza e planeja a solução para sua

atividade e, então, a realiza. Assim, ela vai adquirindo, inicialmente, com a fala egocêntrica – até haver uma íntima conexão entre as falas egocêntrica e a socializada – a capacidade de ser tanto sujeito como objeto de seu próprio comportamento. Ele afirma: “A história do processo de *internalização da fala social* é também a história da socialização do intelecto prático das crianças” (p. 37).

Portanto, a ação impulsiva é substituída, e inicia-se um planejamento antes da realização de atividades por meio da capacitação para a linguagem, que é especificamente humana, sendo que, para as crianças, as palavras e os signos constituem um meio de contato social com as pessoas. Novamente percebemos quanto está sublinhado para ele o fato de esta criança estar em relação com outros. Ainda para Vigotski (2000a), “o imediatismo da percepção ‘natural’ é suplantado por um processo complexo de mediação; a fala como tal torna-se parte essencial do desenvolvimento cognitivo da criança” (p. 43). Com esta assertiva, ele oferece a possibilidade de compreender a mediação não como processo restrito à esfera cognitiva, mas a insere como parte da vida de relações desta criança.

Existe, para ele, como decorrência da inteligência humana, uma capacidade de impor estruturas superiores, substituindo e dando valor às estruturas conceituais que já foram superadas. É, contudo, um importante instrumento que alivia e nos liberta de esforços anteriores. Vigotski (2000b) demonstra que o homem se manifesta livre do domínio e da rigidez do condicionamento estímulo-resposta de Pavlov, ao mesmo tempo em que os teóricos marxistas vêem contemplada a importância da atividade social na configuração das estruturas mediadoras.

Ele assume uma crítica à análise do pensamento verbal realizada pela psicologia tanto quando esta separa o pensamento e a palavra, isolando-os e dando-lhes uma forma dicotômica, como quando apenas percebe conexões associativas retirando a “união viva”

de som e significado que denominamos palavra. Ou seja, o estudo em separado reduz o conhecimento de como se desenvolve o pensamento. Ele propõe, para isto, a análise de unidades, frisando que a unidade preserva aquelas propriedades básicas do todo, e não há como dividi-lo sem perdê-las. Exemplifica que, na análise biológica, as células vivas contêm as propriedades básicas do organismo vivo. Enfatiza esta indissociabilidade, possibilitando-nos acompanhar como o autor instala um precedente fecundo preconizando uma visão não dicotômica.

Quanto ao pensamento verbal, ele sugere que se encontra no *significado* da palavra a sua unidade, que é onde pensamento e fala se unem. As palavras sem significado distanciam-se da fala humana e representam um som vazio. Portanto, para ele, o intercâmbio social e a comunicação têm sua maior função da fala, não podendo ser analisada em diversos elementos, pois perde sua função intelectual. Desta maneira, ele frisa que a fala humana torna-se um sistema mediador da transmissão racional e intencional para outros, de suas próprias experiências e pensamentos. Da mesma forma, segundo Lane (2000b), a linguagem e as emoções são importantes mediações que propiciam a comunicação expressiva ou verbal com o outro.

Desde a criança que expressa a fala mais egocêntrica ou mais social, este fato depende não só da criança, mas das condições e do meio que a cercam. Vigotski (2000a) pondera que as crianças observadas em um jardim de infância por Piaget trazem dados apenas para este meio específico, ou seja, onde há maior atividade em grupo, menor será o coeficiente de egocentrismo. Assim, na fase mais precoce da infância, desenvolvem-se os processos que resultarão na formação de conceitos, ao passo que as funções intelectuais que dão a base psicológica deste processo de formação de conceitos configuram-se a partir da puberdade.

A linguagem escrita constitui-se como um sistema de signos que representam os sons e as palavras da linguagem falada que, no entanto, são os signos das relações e entidades. Neste sentido, o autor defende que a investigação científica deve revelar o processo histórico (a pré-história), como um processo unificado do desenvolvimento, lembrando que, para ele, tanto o termo unidade como unificado não denotam isolamento e descontextualização, mas a concomitância de fenômenos.

Contudo, ele pondera, mesmo que a mediação seja uma característica essencial dos processos mentais superiores, estes não correspondem a uma lógica pura, isto é, a criança não deduz subitamente, nem inventa ou adivinha a relação entre signo e o método de usá-lo. “Este ponto de vista metafísico, segundo o qual esquemas psicológicos inerentes existem anteriormente a qualquer experiência, leva inevitavelmente a uma concepção apriorística das funções psicológicas superiores” (Vigotski, 2000a, p. 60).

O desenrolar do desenvolvimento psicológico desde a criança é decorrente de um processo dialético, pois há entre a história do comportamento elementar (nível inicial) e suas formas mediadas (níveis superiores), vários sistemas psicológicos de transição situados entre o biologicamente dado e o culturalmente vivenciado, o que o autor designa como a história natural do signo.

Vigotski (2000a) conclui que “a verdadeira essência da memória humana está no fato de os seres humanos serem capazes de lembrar ativamente com a ajuda de signos” (p. 68), enfatizando que influenciam sua relação com o ambiente, modificam seu comportamento, passando a controlá-lo. Outra apreciação decisiva que o autor faz em relação ao papel da mediação é que toda criança, mesmo com restrições pelo grau de desenvolvimento em que se encontra, poderá realizar mais do que realizaria sozinha, se for ajudada por alguém. Ele menciona que tal aprendizado em colaboração com o outro

poderá ser reproduzido por ela sozinha, em outro momento futuro, retratando, desta maneira, o valor da mediação.

Todas as funções intelectuais estão presentes na complexa formação de conceitos; no entanto, será indispensável a utilização de signos e palavras para a realização dos processos mentais.

Segundo Vergnaud (2004), estudioso de Vigotski, o principal instrumento psicológico é a linguagem, incluindo ainda, a álgebra, as diferentes formulações gráficas e as obras de arte. Ele reitera, como Vigotski (2000a), a importância do meio social, a fala como um recurso de mediação, e a palavra como o meio para a formação de conceitos. Assim a linguagem “É causa psicológica imediata da transformação radical por que passa o processo intelectual no limiar da adolescência” (p. 73). Estas são algumas das formulações que até hoje contribuem para uma análise psicológica contextualizada. Cito os principais objetivos e fundamentos que ele apresentou: (1) ênfase na análise do processo em oposição à análise do objeto; (2) uma análise que explicita as relações dinâmicas ou causais, reais, em oposição à quantificação de aspectos externos de um processo, ou seja, análise explicativa e não descritiva; e (3) análise do desenvolvimento que reconstrói todos os pontos e faz voltar à origem o desenvolvimento de determinada *estrutura*.

Em relação à pesquisa, como resultado, ao utilizar o método concomitantemente como pré-requisito e produto, e como instrumento e resultado do estudo do desenvolvimento, Vigotski (2000b) refere que não será encontrada uma estrutura puramente psicológica, mas uma forma qualitativamente nova que aparecerá no processo de desenvolvimento.

Deste modo, também Lane e Araújo (2000a) apontam para a importância das emoções na constituição do psiquismo humano, enfatizando igualmente os procedimentos de análise ao invés dos procedimentos de controle de variáveis, referindo-se à legitimidade e importância da pesquisa qualitativa.

A abordagem de Vigotski (2000b) está focalizada na interação. Por esta razão, ele discordou de um aspecto importante da formulação de Piaget – Vigotski conheceu apenas os dois primeiros livros de Piaget – que afirmava que o desenvolvimento e o aprendizado seriam processos imensuráveis e independentes, e que a função dos estudos, para a criança, trazia-lhe formas adultas que não coincidiam com as formas de pensamento dela, até que esta as superasse. Este pressuposto impediria a compreensão da interação, do desenvolvimento e da aprendizagem característicos de cada período, propondo, em função disto, ser necessário encontrar uma nova metodologia para a compreensão das questões psicológicas.

As relações intersubjetivas pressupõem um tipo de fluxo ou de passagem, e a *mediação*, como afirma Pontes (1997), apresenta-se como concepção que possui natureza intrinsecamente relacional. Na Psicologia, nem sempre a mediação está demarcada ou explicada; entretanto, é constantemente mencionada como nos enfoques organizacionais, jurídicos e comunicacionais.

Configurando-se uma categoria lógica da dialética, e por estabelecer os processos concretamente, é indispensavelmente ontológica, entendendo, segundo Pontes (1997), que está sempre em mutação. “O motor de todo esse incessante movimento é a negatividade¹²; a mediação é essa própria mobilidade articulada num todo e imanente ao

¹² É o aspecto próprio da antítese. Segundo Hegel, a negatividade revela que cada coisa que é só compreende-se pela negação de algo antecedente sendo o movimento de negação daquela negação. É a categoria fundamental da lógica dialética (Pontes, 1997).

ser (...) que promove o próprio devir” (p. 56). Ainda para o autor trata-se de “articulação dinâmica, processual entre as partes na sua ação recíproca e o todo, considerando que cada parte se constitui em uma totalidade parcial, também complexa” (p. 55).

Partindo da leitura dialética, Lapassade (1983), opondo-se a Kurt Lewin – que considerava o grupo como totalidade acabada – descreve a dialética dos grupos como movimento de totalização em permanente processo, nunca acabada.

Utilizando o termo mediação, discute que cada um é o grupo, e o grupo está em cada um. Cada um é, ao mesmo tempo, *mediador* e *mediado*. “Como mediador, cada um é uma ‘terceira pessoa’ totalizando as reciprocidades. O grupo é apenas a mediação dessas mediações” (Lapassade, 1983, p. 232). O autor segue mostrando que há um equívoco em tomar o grupo como relação binária entre indivíduo e comunidade quando se trata sempre de relações ternárias. “Todos os membros dos grupos são terceiras pessoas, ao mesmo tempo em que são todos sócios em pares de reciprocidade, cada um totaliza as reciprocidades de outrem” (p. 232). Desta forma, ele pretende que se afaste a possibilidade de seguir o modelo biológico organicista para compreender os grupos.

Coloco em relevo a sua leitura sobre a mediação, que nos remete a ponderar que a ela não é apenas o veículo que situa uma instância como se fosse uma nova totalidade ou unidade; outrossim, é componente dos processos. Por esta via, entendemos também que o grupo não é intermediário entre o indivíduo e a sociedade, como será abordado no tema grupos.

3.2 O Conceito de Comunidade

A crescente decomposição dos vínculos comunitários que representam a integração social e as relações de solidariedade é atribuída, segundo Honneth (2003), ao processo de modernização social. Comunidade e sociedade, segundo o autor, eram minimamente diferenciados até o início do século XX. Na história do homem – considerado criatura política – ocorrem diferentes formas de união social e concentram-se nisto diferentes porções de amizade e de direito indicando diversas expressões de uma comunidade *ou* sociedade.

O termo *koinonía* que origina a comunidade abarca, sem descrever os diversos graus de homogeneização, todas as formas de socialização do ser humano fundadas no acordo, como a promessa e o contrato, e nas formas ‘naturais’ de convívio da tribo, da família, da *comunidade*. Comunidade costuma ser vinculada aos bons sentimentos de acolhida.

O conceito de comunidade adquire conotação politizada a partir da crise moral deflagrada pela sociedade industrial ao opor-se à idéia liberal de sociedade, já que se referia a relações afetivas mais poderosas que as existentes nas relações de direito. A publicação de “Comunidade e Sociedade”, de Ferdinand Tönnies, em 1887, citada por Honneth (2003), de algum modo, inaugura o debate sobre a *comunidade*, compreendida como forma de socialização, na qual os sujeitos relacionam-se atingindo um acordo tácito que repercute em atitudes de aprovação em razão da proximidade geográfica ou defesa de valores; já o termo *sociedade*, ainda para Tönnies, se refere a considerações objetivas e racionais do conjunto, em proveito individual.

Entretanto, após a segunda guerra mundial, o conceito praticamente desaparece, renascendo nos últimos anos, provavelmente ainda com nuances de oposição ao termo *sociedade*.

Atualmente, um dos sentidos atribuídos à comunidade é que se constitua um grupo solidário que preserve os sujeitos do isolamento social. Para Honneth (2003), nesta perspectiva, está “a idéia de que um processo histórico provoca uma individualização crescente e que só se pode remediar essa evolução descobrindo novas fontes de vínculos entre os sujeitos ou revitalizando antigas fontes, como as religiosas” (p. 292). Deste modo, os sujeitos têm uma necessidade de apoio incondicional de um grupo, não estando definido o tamanho deste.

Comunidade é um conceito do qual a Psicologia também se apropriou. No Brasil, Lane (2000b) menciona que a Psicologia Comunitária nasce na década de 70, como caminho alternativo, através do conhecimento da realidade social, visando a uma transformação consciente, pela participação dos indivíduos. Assim, alicerçados pela Educação Popular, realizavam-se atividades junto a trabalhadores e seus familiares, buscando a constituição de uma comunidade. Além disso, constatava-se que as relações grupais propiciavam, frente a situações sociais comuns, a troca entre as pessoas, oportunizando a superação do individualismo. A autora ressalta que “a expressão Psicologia Comunitária já era consagrada, porém, com forte conotação de paternalismo, rechaçada por todos aqueles que lutavam pela autonomia e consciência social” (p. 60).

Recentemente, a noção de comunidade retorna e se caracteriza como uma escola de pensamento chamada *comunitarismo*, que se preocupa e intenta priorizar a comunidade tanto quanto a igualdade e a liberdade, afirmando que a comunidade não precisa ser construída, mas ser respeitada e protegida. Esta crítica, proveniente do

comunitarismo, é dirigida ao liberalismo moderno que apenas reforçaria o apego comum aos valores, ou até mesmo quer criar valores para serem seguidos.

Igualmente Bauman (2003) concorda que o termo comunidade vem sendo reativado à medida que nos encontramos trilhando um mundo cada vez mais privatizado e individualizado. Reitera que o entendimento comunitário, compartilhado por seus membros, está pronto, é tácito, porque é *sem palavras*, e é um ponto de partida para a união, precedendo os acordos e os desacordos, distinguindo-se do consenso, que é fruto de negociações, disputas entre pessoas que têm posicionamentos divergentes. Ele enfatiza que há um preço a pagar por este pequeno sonho, mas que é pago ao abrir mão da liberdade, ou a chamada “autonomia”, “direito à auto-afirmação” e “identidade”, termos que hoje se transformaram em valores; deste modo, toda e qualquer escolha requer perder e ganhar algo.

A segurança e a liberdade são dois valores importantes e desejados, porém dificilmente ajustáveis, pois são incompatíveis neste momento histórico. Ao eleger a segurança, inevitavelmente renunciamos a liberdade, a exemplo de condomínios fechados, grades, zeladores, circuitos informatizados de identificação de pessoas. Em contrapartida, optar pela liberdade pode ser temerário por não contar com tais dispositivos de proteção. A questão da segurança é mundialmente debatida em função do agravamento da violência, contando, inclusive, com pressupostos em rede, a serviço do controle, da centralização de informações advindas de uma rede complexa.

O entendimento compartilhado ou “círculo aconchegante” que existe na comunidade é, como afirmava Tönnies (citado por Honneth, 2003), tácito e é vivido como natural. Sabe-se qual é o seu contorno do início ao fim; ela comporta algumas condições – como ser pequena e seus moradores se conhecerem –, é auto-suficiente, suprimindo as necessidades das pessoas que fazem parte dela. “A pequena comunidade é

um arranjo do berço ao túmulo” (Bauman, 2003, p. 16). Contando com esta perspectiva, ela tende à “mesmice” por não promover a experimentação e a crítica. No início da era industrial, houve uma tentativa desesperada de fazer ressurgir aquela habilidade natural que artesãos e os demais trabalhadores demonstravam na interação comunitária anterior. Construiu-se a “ética do trabalho”, no ambiente impessoal da fábrica, utilizando ordem, a vigilância e punição.

Nestes termos, Bauman (2003) expõe o século XIX como sendo de grandes deslocamentos, desencaixes e desenraizamentos. “Os homens e mulheres deviam primeiro ser separados da teia de laços comunitários que tolhia seus movimentos, para que pudessem ser mais tarde redispostos como equipes de fábrica” (p. 33). Trava-se uma desorientação no que diz respeito aos laços sociais ao serem subjugados a novos interesses político-econômicos. Genealogicamente, podemos considerar que, mesmo alcançado, “o acordo comum nunca estará livre da memória dessas lutas passadas e das escolhas feitas no curso delas. Por mais firme que seja estabelecido” (p. 19). No ocidente, a ênfase na palavra identidade parece trazer a compensação da comunidade que protege das intempéries do *lá fora*. Assim como comunidade significaria a possibilidade de retorno ao lar, nenhuma delas está à disposição enquanto nos privatizamos e individualizamos rapidamente diante da globalização.

Encontramos ainda uma diferenciação, exposta por Berlinck (1999), entre relações sociais comunitárias, em que há ausência de individualismo, ao contrário das relações sociais societárias que remetem a uma associação com regras mais flexíveis. Tanto a mobilidade social, como os deslizos das regras institucionalizadas, estão prévia e rigidamente estabelecidos na comunidade, que aplica punições que são conhecidas por todos, minimizando desta maneira, o espaço da liberdade pessoal. Complementando a

noção de comunidade, o autor resgata que as populações massacradas têm longa tradição comunitária.

Vemos que a comunidade “naturalmente” constituída era considerada muito poderosa. A suposta interação e os acordos tácitos tiveram que ser, de alguma forma, destruídos, ou seja, ao ritmo regulado pela natureza, como nas lavouras, pelas tradições e pela espontaneidade permitida no familiar, foi imposto um ritmo coercitivo, artificialmente planejado e controlado, como nas fábricas. Neste advento do capitalismo, a emancipação de alguns exigia a opressão de outros. Segundo Bauman (2003), os tempos atuais nos mostram que há uma “tentativa muito menos consistente (e adotada tardiamente) de ressuscitar ou criar *abnihilo* um ‘sentido de comunidade’, desta vez dentro do quadro da nova estrutura de poder” (p. 36).

Já com outro significado – não presencial – o termo *comunidade virtual* tem sido usado para exprimir a forma de comunicação de um grupo de pessoas, o que se iniciou na década de 90 com as trocas de *e-mail*. Utiliza a informática e, amiúde, é amplo, criando um tipo particular de vínculo social, à distância e em tempo real, mediado pelo computador. Hoje ganhou, e seguirá ganhando, vários formatos como ICQ, *Orkut*, Skype, MSN *Messenger*.

No entender de Santos (2002), dos três princípios de regulação social – o mercado, o Estado e a comunidade – esta última foi a mais negligenciada nestes 200 anos, a ponto de ser praticamente absorvida pelo Estado e pelo mercado. Sendo assim, é o princípio menos atingido por determinações e pelo utopismo técnico-científico e o mais aberto para que se produza a emancipação.

Na comunidade, está reservado, por ora, o espaço das diversidades em que não cabem intervenções regidas por especialismos, pois o próprio fato de ter sido

marginalizada e esquecida lhe conservou a solidariedade. É um lugar possível para o encontro das imagens topológicas, de sociabilidade e analítico-institucional.

3.3 A Configuração da Família e o Social

Para desdobrar outro conceito que nos remete ao tema da tese, situarei como se delineou o espaço da privacidade do doméstico. Da perspectiva de comunidade ou mesmo de um conjunto sempre extenso de pessoas, desmembra-se para um formato que reduz sua amplitude, mas inclui no ocidente uma nova lógica que faz convergir as atenções para a vida nesta interioridade. Ali não ocorrem relações simétricas, mas sim a heteronomia com experiências de autoritarismo entre cônjuges, pais e filhos, atravessados pela vigência de poderes do Estado, da Religião e das exigências do modelo industrial, na passagem do século XVIII.

Este lugar ganha intimidade, e a vida ali é um pequeno segredo familiar. A violência e os episódios de abuso são silenciados. A ninguém de fora interessam os desmandos que em geral são vistos como regramentos legítimos. E as práticas sociais são, com este viés, perpassadas por incipientes sentimentos de privacidade.

Ainda o século XIX provocou uma reorganização do trabalho em função da liberalização exacerbada do mercado e de novas regras no modo de produção capitalista. Dentre as alterações importantes no convívio social, para Silva (2005), a família sofreu grandes mudanças em suas relações, com as novas ordenações da economia. A família e o trabalho estavam intimamente ligados: nela se aprendia a trabalhar e iniciava-se nessa função. A partir da Revolução Industrial, tal situação muda, sendo que a escola e o mercado executam a função de preparar para o trabalho, que antes era delegada ao núcleo

familiar, que não gera mais a economia em seu interior, mas se torna um meio importante para governar o povo.

O capitalismo desenvolve-se, e se transformam as relações fundamentais nessa nova configuração do espaço doméstico, como uma reprodução em menor escala da sociedade, converte-se em “um fim em si” (Silva, 2005, p. 67) que lhe outorga atribuições voltadas às relações.

As relações familiares passam a ser o meio pelo qual a sociedade seria ajustada e, para isso, põem-se em marcha vários métodos, entre eles a psicanálise que se desenvolve neste período, contribuindo para reorganizar a relação entre economia e família. Mantém esta última cada vez mais centrada em seu núcleo ao regular princípios para o seu funcionamento através do sentimento de culpa, que passa a vigorar através da disciplina e de regras de socialização a serem cumpridas enquanto acumula capital.

Segundo Silva (2005), quando Freud menciona que toda psicologia é social, estará cedendo alguns dos primeiros traços para que se situe o ser humano em contato com outros. Entretanto, para Freud (1996), “o social não é tomado (...) como um campo coextensivo à produção desejante, mas num sentido estritamente topológico, ou seja, enquanto um mero espaço relacional que funciona como *tela de projeção* da libido individual e grupal” (p. 81). Entre as contribuições da psicanálise, cabe lembrar que Freud elaborava uma teoria inovadora, ao mesmo tempo em que ele contava com uma formação positivista calcada na química, biologia e física, utilizando o Mito de Édipo, como refere Silva (2005), para explicar o Complexo de Édipo e a sua universalidade, no livro “Totem e Tabu”, de 1912.

Afirma ali que, na base da civilização, estão os sentimentos incestuosos, o amor e o ódio, a culpa e a veneração. Contudo, a autora questiona: “A questão que deveria ser

colocada neste momento é a seguinte: Ao invés de explicar o surgimento da civilização a partir do recalçamento de um desejo parricida e incestuoso, seria preciso entender os motivos que levam uma determinada formação social a se organizar em torno de um procedimento repressivo” (Silva, 2005, p. 83).

Freud já salientava que raramente a psicologia individual desprezaria as relações que um indivíduo tem com os outros. Para a autora, ele se refere à relação interindividual, no sentido de sociabilidade como tela de projeção de aspectos individuais e grupais. O inconsciente é um recurso novo trazido por Freud, necessário para entender as massas, mas reduz novamente o social ao individual, não levantando os processos políticos, históricos e econômicos, sustentando um conservadorismo e uma noção de autoridade para a organização da sociedade. Com esta leitura, a Psicanálise leva a compreender as circunstâncias sociais como fruto da má resolução do Édipo, e todas as questões que atravessam as famílias e que muitas vezes são anteriores a ela, não são levadas em consideração, operando-se uma interiorização de seu funcionamento. Acompanhando esta análise, percebe-se que a família foi o lugar privilegiado para o capitalismo desenvolver-se, e tornou-se o palco em que se desenrolam os mecanismos de repressão e controle para refrear os desejos inconscientes, imprescindíveis para garantir a transição para uma sociedade industrial.

Para Silva (2005), a questão do social surge à medida que o aumento de riqueza, contraditoriamente, incorria em aumento de miséria “cuja função seria precisamente neutralizar o contraste violento que opõe o imaginário político moderno à dura realidade civil” (p. 24). Por isto, *o social* está entre o político e o econômico, sendo que o Estado, ao mesmo tempo, assegura os princípios de liberdade e igualdade em uma relação de dependência com o modelo presente.

3.4 Um Lugar Possível para Potencializar Forças: Um Grupo

Acompanhando ainda os precedentes da concepção de redes, cabe resgatar a gênese do termo *grupo* que, conforme Fernández (2002) comenta, tem sua origem ligada à denominação dada a um grupo de esculturas (*groppo scultorico*), forma artística própria do Renascimento em que a circulação por este conjunto de esculturas lhes confere um sentido diverso do que se fossem vistas isoladamente. O vocábulo grupo no francês, como no espanhol, se origina do *groppo* ou *gruppo* em italiano. O termo é difundido a partir do século XVIII, significando, desde então, uma reunião de pessoas.

A autora também salienta o processo pelo qual os atos que até então não tinham denominação, passam a ser nomeados, ganhando relevo e representatividade em determinada realidade sócio-histórica. Assim, afirma a modernidade do termo indagando que lugares e funções sociais e subjetivas os grupos vêm ocupando neste percurso histórico. Nomear significará, muitas vezes, estabelecer campos de saber, de disciplinas, de onde também poderão surgir novas práticas.

A acepção da palavra grupo tem pelo menos duas fontes: Do antigo provençal *grop* igual a nó, e do germânico *Kruppa* significando forma arredondada. Segundo a autora, estas duas linhas de significados oferecem uma questão: “Qué anudamientos-desanudamientos se organizam dentro de un conjunto reducido de personas?”¹³ (Fernández, 2002, p. 31).

Significa, ainda, um movimento que denota novas formas de subjetivação: É onde a coletividade passa a ser nomeada. A disposição circular, como a forma predominantemente adotada nos trabalhos em grupo, advém da forma arredondada

¹³ Tradução livre: “Que emaranhados e des-emaranhados ocorrem dentro de um conjunto reduzido de pessoas?”.

ensejando igualdade entre os participantes, onde se produzem complexas relações, *enlaces e desenlaces* entre os integrantes, ilustrados pela figura do *nó*. O grupo é referido como reunião de um número “contável” de pessoas. Pode-se, com isto, acompanhar o tracejado das linhas que se constroem em uma história grupal.

O termo grupo, além disso, visibiliza um momento histórico e, ao longo do século XX, a Psicologia o toma como objeto. Entende-se que, neste espaço, se constitui uma *rede transferencial*, que não comporta uma padronização em termos de comportamentos e reações, e sim, que se produz enquanto há encontro entre sujeitos, ao experimentarem diversos modos de afecção como reflete Benevides de Barros (1994): “Devir-grupo é conectar-se com partículas explodidas das instituições. Devir-grupo é desenhar linhas heterogenéticas, porque construídas pela diferença que se engendra em cada encontro” (p. 392).

Em alusão às noções acima, Vezetti (1993) sublinha que o termo grupo é contemporâneo ao surgimento da noção de indivíduo – século XVIII – correspondendo, na época, à construção da cultura ocidental moderna e, por conseguinte, a uma ciência do homem. Sendo assim, não é possível reduzir as noções de indivíduo, grupo e sociedade apenas à idéia de meras oposições, já que se interpenetram constituindo núcleos de representação cultural de um determinado cenário humano e social. O grupal freqüentemente é visto em relação direta ou através de meios que ganham materialidade, tomando ainda o indivíduo como a primeira referência – reunião de pessoas – perdendo de vista a complexidade e mantendo o binário indivíduo-sociedade.

O grupal será abordado aqui como um dos focos da Psicologia Social fundamentalmente por ser o espaço privilegiado de contato entre pessoas, e cujo estudo a respeito dos grupos tem sido desenvolvido e sistematizado.

As primeiras intervenções grupais situam-se em 1905 com o método didático de Pratt, introduzindo vivências coletivas para pacientes tuberculosos e tendo sucesso com a melhora de sua adesão ao tratamento, ao participarem destes pequenos coletivos. No entanto, conforme Câmara (1987), alguns autores atribuem tal precedente ao método sugestivo de Mesmer em 1770.

A *relação*, termo que provém do latim – *relatione* – e que indica o ato de relatar, notícia, informação, analogia, referência, ligação, vinculação, está no substrato do que move as pessoas em seus percursos. Por esta via, a especificidade *grupo* tornou-se um novo campo de coerência desde o início do século XX, por volta da década de 20. Aquele momento político e econômico foi determinante para que os conhecimentos sobre a grupalidade e, em especial, a aplicabilidade dos mesmos estivesse voltada para a produtividade e para os interesses do capitalismo então liberal.

As técnicas de grupo ganharam espaço em diferentes organizações, e incrementou-se a importância atribuída aos pequenos grupos para o crescimento da capacidade produtiva dos trabalhadores. Sentir-se *fora do grupo, ou diferente* era vivido como incompetência individual e trazia, como consequência, diversificadas formas de exclusão.

Em parte, esta cumplicidade não se desfez até os dias de hoje, principalmente no que se refere às definições que postulam a previsibilidade e uma leitura de totalidade dos grupos, definições estas tomadas como universais. Isto é, muitos autores e profissionais afirmam uma linearidade, de cunho pragmático, quanto ao que ocorre em uma intervenção grupal, impedindo a análise do processo e de outros sentidos que podem emergir neste encontro entre pessoas, ao classificá-los em quadros apriorísticos, como por exemplo, passando por estágios ou fases padronizados.

O trabalho com grupos conta com inúmeros autores que representam as diversas vertentes teóricas da área “psi” que se desenvolveram ao longo do século. Apenas para citar alguns: Em 1911, Moreno (1961) cria o psicodrama em Viena, mudando-se em 1925 para os EUA, onde amplia sua teoria. Kurt Lewin (1978), por volta da década de 30, aperfeiçoou o que denominamos ainda hoje, como dinâmica de grupos. Também nos EUA, Slavson (citado por Câmara, 1987) organiza a “American Group Psychotherapy Association” em 1943; além de Carl Rogers (1975), que desenvolveu importante trabalho dedicando-se à psicoterapia, à aprendizagem e aos grupos.

A Escola Inglesa está representada por Bion (1970) e Foulkes (1949). Este último tornou-se notório ao desenvolver a psicoterapia de grupo no final da década de 40. Na Escola Francesa, muitos autores se destacaram contribuindo para a teoria de grupos como Lebovici, Diatkine, Kestemberg, Pontalis, Anzieu, Béjarano e Käes, como abordei em trabalho anterior (Tschiedel, 1998).

Na América Latina, como sublinham Lane e Freitas (1997), temos a contribuição de Martin-Baró, que assinala fenômenos que ocorrem nos grupos como o poder, a identidade do grupo e o significado social na intersecção indivíduo e sociedade, que lhe é atribuído em determinado momento histórico.

Pichon-Rivière (2000) propõe que, através do grupo operativo, exista a possibilidade de apropriação da realidade por parte dos integrantes ao trabalharem a tarefa (ou objetivos) explícita, assim como a implícita. Com os aportes da psicanálise e do marxismo, muito expressivos nas décadas de 50 e 60, ele amplia a compreensão do processo grupal considerando-o parte de um contexto e como agente transformador deste. Mais especificamente no Brasil, observamos maior influência da psicologia norte-americana na área ligada às empresas ou na chamada área organizacional, e a influência latino-americana e européia nas propostas que buscavam um posicionamento político

crítico principalmente na clínica e no trabalho em comunidades a partir das décadas de 70 e 80.

Uma psicologia que respaldasse a organização de grupos nas comunidades contou, no Brasil, com as experiências precursoras da Psicologia Comunitária coordenadas por Silvia Lane e Alberto Andery, ocorridas nas zonas leste e oeste de São Paulo, junto à população de baixa renda, cujo material foi sistematizado no livro “Psicologia Social: O Homem em Movimento” (Lane & Codo, 1984), representando um marco da Psicologia Social no país.

Foram também importantes os movimentos organizados pela igreja católica através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tanto aqui como em outros países latino-americanos. Lane e Codo (1984) referiram que as experiências comunitárias contribuíam para o conhecimento da realidade comum e para a auto-reflexão sendo que o grupo social também transforma “sua potência através de mediações institucionais, na produção de relações sociais historicamente engendradas para que sejam mantidas as relações de produção em uma dada sociedade” (p.97). Estas proposições visavam enfatizar o estudo do cotidiano das pessoas no que se refere ao falar, ao relacionar-se e ao aprender a ser social. Os autores já destacavam a importância de que as tarefas realizadas por um grupo fossem conscientemente trabalhadas ou não haveria mudança qualitativa nas relações entre seus participantes.

“Outro ponto de fundamental importância para o processo grupal e para superação das contradições existentes é a necessidade de o grupo analisar-se enquanto tal” (Lane & Codo, 1984, p. 97). Esta afirmação se deve à observação de que há ideologizações produzidas institucionalmente, reproduzindo lutas de poder e dominação que comumente emergem nas situações grupais e que, todavia, não são trabalhadas,

mantendo a situação de grupo-objeto, isto é, um grupo predominantemente submetido, com pouca autonomia.

Atualmente ocorre um consistente debate sobre a produção em psicologia e seu compromisso ético e político, particularmente no que se refere ao trabalho grupal e aos interesses aos quais estará atrelado. Isto se deve aos novos rumos tomados ao final do período de ditadura, mas em especial, após a década de 90. Renovam-se as perspectivas de trabalhar com o grupal, o que dispara um movimento de revisão de suas teorias e técnicas. Porém, a versão pragmática e adaptacionista está presente e ainda é predominante na noção de grupo em alguns conjuntos como as organizações empresariais, setores da educação, da saúde e até mesmo do Estado.

Em outros segmentos, os grupos concorrem como alternativa privilegiada através de oficinas, *workshops*, grupo dispositivo, trabalho em equipes e outras modalidades grupais inclusive secundarizando, em alguns serviços, a intervenção individual, como nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e em algumas Organizações Não Governamentais (ONGs). O grupal pode ser compreendido como uma materialidade em que se efetiva uma *malha de relações*, muitas vezes sendo espaço de re-significação e produção de saúde; outras vezes, como referi, pode ser micro palco para acelerar o produtivismo e a competitividade.

3.5 Os Grupos e a Análise Institucional: O Grupal se Tece na Rede

Proponho que o Movimento Constituinte brasileiro, da década de 80, possa ser tomado como analisador para um repensar das práticas grupais no Brasil, assim como os acontecimentos de maio de 68 na França e em outros países do mundo – já que não foi

exclusivamente francês – foram um analisador para repensar o trabalho com grupos na Europa, pois o próprio modo de vida estava colocado em questão.

Quando se fala em Brasil, estamos diante de um país colonizado, com modos de vida diversificados, mas que, olhando de dentro, vê-se conviverem sistemas políticos extremos, como o escravagista – que, mesmo ilegal, persiste neste século XXI em algumas localidades – passando pelo feudal em algumas regiões, e o sistema democrático que prevê a soberania do povo. Este último sim, é incipiente, está em franca construção e quer se afirmar.

As experiências brasileiras, analisadas anteriormente, juntamente com os aportes europeus trazidos por intelectuais e exilados, foram o combustível para garantir a contextualização e politização das práticas grupais. Note-se que não somente o término do autoritarismo como – ênfase – a ascensão do neoliberalismo, ou novo liberalismo nas décadas de 80 e 90, deram lugar a referenciais preferencialmente norte-americanos mais voltados à produtividade e ao individualismo. Em decorrência disto, os grupos passam a ser vistos novamente centrados sobre si, descontextualizados e despolitizados, ou seja, a dimensão institucional é negada.

No Rio Grande do Sul, a capital do estado durante os anos de 1988 a 2004, ou toda a década de 90, foi governada por um partido de esquerda que buscou imprimir a participação popular através de mecanismos como a descentralização da administração e o Orçamento Participativo, que visava a definir as prioridades e os investimentos. Estes fatos concederam-lhe lugar de destaque inclusive internacional, no sentido político-administrativo. Ainda como fatos, é possível citar a realização, em Porto Alegre, desde 2001, de cinco edições do Fórum Social Mundial que propiciaram o encontro de pessoas e organizações que aspiram ao enunciado “um outro mundo é possível”.

Contudo, o que coloco em relevo é que a experiência de efetiva participação – de uma gestão pública mais voltada a necessidades da população economicamente desfavorecida e uma maior circulação e explicitação a respeito de direitos constitucionais, por parte da população – fez com que esta se apropriasse de um modo de subjetivação em que a participação coletiva esteve arraigada nas mais diferentes instâncias da vida da cidade, como nos conselhos municipais e criando-se fóruns e assembléias. Os profissionais envolvidos nas organizações e nos serviços públicos demandaram recursos teórico-técnicos coerentes. Este momento é crucial para compreendermos a importância conferida às políticas públicas na cidade e em todo o Estado, pois toda esta movimentação denota ser um contraponto à lógica neoliberal em expansão, já mencionada. A Análise Institucional, como refere Saidón (2004), “não tem destino fora das lutas políticas e sociais” (p. 239) e, com isto, oferece respaldo teórico-metodológico para práticas que realizem uma análise crítica dos atravessamentos que perpassam a vida cotidiana.

Definitivamente, o país vive a diversidade e nela se constitui. Isto marca as escolhas conceituais e metodológicas atreladas ideologicamente, como ocorreu com a prática grupal. Os grupos, bem como a produção teórico-artística, como se sabe, tiveram seu apogeu no período da ditadura, e foram alvo de repressão enquanto eram julgados como subversivos, representavam espaços de solidariedade, compartilhamento de angústias e se tornaram um terreno fértil para o despontar de ideais.

A Análise Institucional historicamente privilegiou a assembléia para o trabalho com os coletivos, porém, na travessia de nosso século, encontramos frente a inúmeras demandas e também alternativas de trabalho com grupos.

Lourau (1993) faz interessante comentário sobre as abordagens de grupo de Pichon-Rivière e Bleger por terem um campo social em que a dimensão institucional está

presente, mesmo que não explicitamente, o que ultrapassa as concepções clássicas de grupo. “Este fato explica a vasta sensibilidade dessa corrente à Análise Institucional. Foi através dela que a Análise Institucional começou a se difundir por toda a América Latina” (p. 67). Há diferentes vertentes teórico-metodológicas que abordam o grupo, não havendo entre elas uma unanimidade quanto à importância da análise de sua inserção institucional produzida em um contexto. Os grupos muitas vezes trabalhados como ilhas, segundo Fernández (2002), centram-se em examinar a sua interioridade, conferindo à afetividade, às emoções e à própria noção de subjetividade um sentido exclusivamente intrapsíquico.

3.6 O Imbricado Entrelaçamento do Emocionar e da Afetividade na Concepção de Redes

Com o intuito de percorrer uma parte – aquela que é alcançável – da vasta extensão que o tema desta tese impõe – já que nem com a intenção de esgotá-lo isto seria realizável – compartilharei de mais alguns conceitos. Considero-os ricos para a experiência de auscultar o que se cria, o que emerge e o que se produz nas redes, como se colocássemos o ouvido para descobrir ruídos.

Tenho o intuito de articular estes aspectos na construção da subjetividade de nosso tempo. Como destaca Lane (2000a), “considerando as emoções como uma importante mediação na constituição do psiquismo humano, e considerando o indivíduo como um particular no universal, e vice-versa, se torna necessário examinar as instituições sociais e os códigos emocionais que elas desenvolvem” (p. 23). A partir disso, proponho trazer o afeto como conceito e como ferramenta para abrir caminhos de

interlocução. Como conceito, por entender que pode articular-se entre os binômios já citados aqui e, como ferramenta, para que seu uso traga novas possibilidades de leitura e intervenção. Ou seja, se tratarmos da afetividade como estratégia de reconstrução, podemos contribuir para superar polaridades instituídas.

Para Birman (2001), a questão da afetividade é crucial para acompanhar a problemática dos sofrimentos atuais. Além de encontrarem no corpo uma via de expressão, configuram-se com fortes antagonismos enquanto sintoma social.

Relembro que a leitura aqui proposta não é de que há “dois” caminhos, e sim de que se constata, em nossa realidade, neste momento histórico, situações emergentes, fatos e intensidades que afloram, trazendo elementos para a análise. Verificamos tanto a desproteção de parcelas da população que se encontram em vulnerabilidade, especialmente nas classes empobrecidas, gerando desafiliação¹⁴ ou rupturas de laços sociais, como a proteção e segurança maximizada dos setores mais ricos da sociedade.

Dito de outro modo, assistimos a grandes “erupções” ou intensidades, como referi anteriormente, que surgem de uma complexa malha social, constituindo-se em paradoxos. A respeito disto, Lipovetsky (2004) menciona esta vivência social paradoxal e repleta de extremos: “Já faz tempo que a sociedade de consumo se exhibe sob o signo do excesso...” (p. 54), na qual inclusive as pessoas se encontram em uma engrenagem de extremos sem limites. Isso se dá tanto no plano concreto dos grandes conglomerados de empresas, dos hipermercados, da hipervelocidade das tecnologias, do turismo que leva massas e da desmesurada oferta de produtos, como no plano dos comportamentos, em que Lipovetsky (2004) reflete sobre os indivíduos que cuidam do corpo e da saúde. Por outro lado, há um aumento do adoecimento psíquico pelo qual “proliferam as patologias

2 Desafiliação é um neologismo do francês, proposto por Robert Castel (2000), que significa uma sucessiva perda de vínculos sociais e rupturas quanto a estados vividos anteriormente.

individuais” e excessos comportamentais. Assim, “um pouco por toda parte, os processos hiperbólicos e subpolíticos compõem a nova psicologia das democracias liberais. Nem tudo funciona na medida do excesso, mas, de uma maneira ou de outra, nada é poupado pelas lógicas do extremo” (p. 56). Em decorrência disso, presenciamos o exagero juntamente com a fraca politização dos cidadãos.

O trabalho com a concepção de redes sociais requer que se reconstrua a maneira de compreender e de intervir no mundo em que vivemos, considerando que tudo, de alguma forma, se relaciona de múltiplas maneiras, ou seja, cada vez mais, constatamos que tanto a natureza, como os vínculos humanos, subsistem em rede. Porém, o capitalismo no qual estamos imersos produz e desenvolve formas altamente fragmentadas e compartimentalizadas de lidar com a realidade, subjetivando-nos e levando-nos a leituras descontextualizadas do cotidiano e a um individualismo exacerbado.

As redes são, portanto, o viés para percorrermos os fluxos da afetividade. O que se passa, ou o que flui nestes contatos, é um entrelaçamento da linguagem e das emoções, afirmando que *a rede social* não acontece e não se tece por si; ela prescinde do sujeito, de outrem que a sustenta em suas relações, ao encontrar espaços de expressão para compartilhar alegrias, dissabores, idéias e projetos.

A idéia de *outrem* emerge a partir do século XIX, apesar de ser designado desde o final do século XI; porém, não possuía a importância com que hoje se apresenta, eminente e problemático. Para Roger (2003), a psicologia, a sociologia e a psicanálise trouxeram contribuição decisiva para a supremacia das relações interpessoais, ou intersubjetividade, ou ainda, comunicação das consciências e inclusive dos inconscientes. O autor relembra que Hegel aponta a dialética entre senhor e escravo como mediação da

consciência de si. Já Husserl investe a intersubjetividade com uma função transcendental ao passo que Sartre indica o olhar – por ser outrem quem olha e o percebe.

A alteridade não foi ignorada na filosofia antiga, nem no pensamento clássico, o que está demonstrado em diferentes textos: De Aristóteles sobre a amizade, os diálogos de Platão e os textos fundadores do cristianismo que remetem à ética, à política e à religião, levando em conta outrem, apesar de esta consideração não ter sido essencial até o século XVIII, já que outrem era menos valorizado que Deus.

O mundo, segundo Depraz (2003), é originariamente intersubjetivo, e é a linguagem que realiza a experiência. “O diálogo é a expressão viva de outrem, não mais como simples comportamento, mas como entrelaçamento, tecido comum de comunicação comigo mesmo. É por meio da linguagem que a estrutura de reciprocidade fundadora da experiência carnal de outrem encontra seu acabamento” (p. 275).

O sujeito singular se constitui na diferença intersubjetiva, isto é, na alteridade; “se o pior castigo que se pode infligir é o isolamento absoluto, é porque na falta de alteridade, na falta de adversidade, a subjetividade morre” (Roger, 2003, p. 488). Portanto, todas as determinações pessoais obtêm sentido na *mediação* das relações interpessoais, sendo que, nestas, a indiferença é considerada mais dolorosa que a hostilidade. A intersubjetividade pode ser definida como o que se produz socialmente através do auto-reconhecimento *entre* sujeitos, de cada sujeito em cada um dos outros.

Ao sublinhar a afetividade como um conceito que pode mobilizar os pressupostos epistemológicos, Sawaia (2001) resgata que Heller, Espinosa e Vigotski concebem a emoção positivamente, como constitutiva do pensamento e da ação e como processo imanente que se constitui e se atualiza com os ingredientes fornecidos pelas diferentes manifestações históricas. Ela designa à afetividade o sentido de *tonalidade e cor*

presentes na existência humana e que se manifestam como sentimentos – reações de prazer e desprazer – e emoções – como fenômenos afetivos intensos. É um fenômeno objetivo e subjetivo, que constitui a matéria-prima básica à condição humana, cabendo, portanto, “à Psicologia Social colaborar com o avanço desse conhecimento, pois afinal de contas esta é a sua área de competência, o que não significa simplesmente introduzir a emoção como tema de pesquisa e reflexão” (Sawaia, 2001, p. 99).

As emoções, para além de serem consideradas fenômenos simples, trazem consigo a complexidade ao se entrelaçarem com a sensibilidade moral. Podemos considerá-las livre expressão de vontades individuais, processos fisiológicos ou escolhas conscientes. Várias questões são abordadas por Souza (2003) para que se possa compreender a abrangência do termo *emoção*. Haveria uma reação emocional que se manifesta a partir do senso de injustiça; esta reação emocional seria mensurável sem intervenção do discurso, portanto diferente da raiva, da ira, da vergonha e da tristeza; então, indaga-se em que medida estes sentimentos são *naturais*. Também está expressa uma dúvida quanto à origem da emoção, se é o sentimento moral (de injustiça) que gera a emoção ou se esta é decorrência do mesmo, bem como se existem elementos específicos que tornam algumas emoções morais, e outras não. Entretanto, ele questiona se é necessário nomear, para dar legitimidade ao sentimento de justiça e de injustiça como tal, ou se este “não faz parte de uma rede de noções e de emoções aparentadas” (p. 515).

Segundo o autor, mesmo que Kant, em sua obra “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”, de 1785, argumentasse que a moral devesse ser despida de emoções e contasse apenas com a razão, o que se observa é que as emoções sempre estiveram de algum modo, ligadas à moral. Cabe lembrar que, ao longo da História, foram construídas diferentes concepções sobre a emoção, desde as que a consideram como simples fenômeno fisiológico, até as que se referem à emoção como escolha consciente da

vontade pessoal. Na leitura biológica, não há atribuição moral e nem se atribui alguma responsabilidade, sendo um evento como o é a circulação sangüínea ou a respiração. De forma menos determinista, as emoções são, além de naturais, também fruto de experiências em uma estrutura social, em que se corresponde a papéis ditados culturalmente, como se pode exemplificar pela vivência da morte em diferentes culturas.

Há outra definição que vincula as emoções ao caráter, como uma consequência de escolhas anteriores em que as emoções são sentidas de forma adequada ao seu momento. Souza (2003) traz ainda a emoção definida como estratégia de comportamento que teve uma profunda escolha por quem a manifesta e que, por isso, pode ser responsabilizado. Por fim, resgatando a perspectiva de complexidade, ele sugere que “convém, então, ou abandonar o ponto de vista biológico, ou refiná-lo” (p. 517).

Em contrapartida, Maturana (2001) explica que é possível distinguir diferentes emoções através dos domínios de ações nas quais se opera em um instante, sendo que todas as ações são vividas em algum domínio emocional. Há, segundo ele, diversos domínios nos quais nos movemos como o domínio do falar, do andar, do refletir, nos quais ocorrem dinâmicas variáveis à medida que se estabelece uma rede de relações. Encontra-se, nesta noção, a inseparabilidade da emoção, do pensar e agir, ou dos vários *domínios*, porque são intrinsecamente relacionados.

Em outros termos, para Sawaia (2001), considerar a afetividade é retomar um conceito depreciado e marginalizado das análises sociais e que, ao mesmo tempo, pode ser parâmetro para avaliarmos as políticas públicas e o cuidado na relação cidadãos-Estado.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS EM REDE: IMPACTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA NO PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO

O entrelaçamento de Políticas Públicas e Psicologia ocorre, com maior força, na década de 1980, quando o país passa por uma nova ordem político-administrativa em que também as entidades representativas da categoria se mobilizam para a participação de Fóruns, Encontros e discussões em torno da nova Constituição Federal que se avistava.

A reorganização de todo o sistema de saúde foi aprovada pela Constituição de 1988, através do Sistema Único de Saúde (SUS), que propõe a descentralização administrativa, o maior protagonismo do cidadão brasileiro quanto às suas necessidades e a atenção integral em saúde. Isto, sem dúvida, remete a um processo de revisão das práticas em Psicologia até então respaldadas em concepções de psicopatologia individual, em que a doença mental não era compreendida como um analisador das condições de vida deste cidadão.

Neste capítulo, traçarei um panorama, ou seja, um olhar abrangente como aquele que se dirige ao *campo de análise*. Este consiste em acompanhar as diferentes forças presentes na constituição de um acontecimento. Refiro-me à saída de um regime autoritário e centralizado que remete à figura radial e o advento da nova Constituição brasileira, chamada Constituição Cidadã que imprime o Estado Democrático de Direito – mantendo a leitura, anteriormente referida, como analisador – que, ao propor um sistema

hierarchicalizado, prevê a descentralização e regionalização desenhando uma figura mais flexível, ou policêntrica. Em uma breve retomada histórica, localizo este momento – em relação às políticas voltadas à saúde e, especialmente, à infância e adolescência – como crucial para a intensificação do uso da concepção de rede.

Já na década de 70, com relação à saúde, surgem indicativos da Reforma Sanitária com o intuito de reorganizar o atendimento à saúde da população. No Brasil, a década de 80 é considerada a época da “abertura” política e, neste contexto, surgem expressivos movimentos sociais, em que profissionais da área da psicologia tiveram decisiva atuação, como no movimento da Reforma Psiquiátrica e na promulgação do ECA.

No ano de 1986, a VIII Conferência de Saúde delibera pela necessidade de um Sistema Único de Saúde (SUS), proposta que é ratificada na Constituição de 1988. O SUS foi previsto para funcionar com a efetiva participação da comunidade e seu controle através da municipalização e de Conselhos de Saúde, tendo como diretrizes: A universalização do acesso, a equidade, a gratuidade e a integralidade. As Conferências Nacionais de Saúde, antes órgãos burocráticos, tornam-se fóruns onde são debatidas e propostas as políticas de saúde. Nestes, a participação de representantes de segmentos da população começa a existir e a ferver.

A saúde, especificamente, passou a constituir-se um dos direitos sociais e, sobretudo, tornou-se direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença, bem como de outros agravos, assim como o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Para a implementação de tal política, disseminou-se a importância de uma *rede de atenção básica* à saúde, bem como um sistema de referência e contra-referência que não deveria reduzir-se a fichas de encaminhamento, mas a uma

efetiva comunicação e criação de novas intervenções entre serviços de maior e de menor complexidade no atendimento.

4.1 O Percurso das Políticas Públicas para a Infância e Adolescência

Em pesquisa¹⁵ realizada junto aos moradores da comunidade, foco desta tese, obtivemos o registro de precariedade que se estende às várias instâncias consideradas de direito ao acesso por parte das crianças/adolescentes, como educação, saúde, segurança e lazer. Concluímos que *uma política pública e social da infância e adolescência não se restringe ao atendimento direto e imediato, mas sim requer a implementação de uma rede de apoio capaz de contemplar a complexidade do exercício da cidadania.*

O Estado, até o início do século XX, tinha um papel praticamente irrelevante na sociedade, apenas garantindo a “ordem e propriedade” (Cunha & Cunha, 2003, p. 11), enquanto as relações eram estabelecidas em função do trabalho e do acesso aos benefícios gerados por ele. Após o *crack* da bolsa em 1929, ingressamos na década de 30 com um Estado que passou a agir sob um capitalismo que privilegiava a União, intervindo fortemente nas relações entre capital e trabalho, sendo aceito pela sociedade como “natural”.

Segundo Frota (2003), caminhamos de uma legitimação da intervenção absoluta pelo Estado sobre as crianças e os adolescentes rotulados de menores, em todos os documentos legais de 1927 a 1979 – baseados na doutrina da situação irregular – para uma formulação de estado de direito para a infância e adolescência.

¹⁵ Pesquisa intitulada “Cartografia da Criança e do Adolescente no Município de São Leopoldo”, realizada pelo SAPECCA-UNISINOS, entre 1996 e 2000.

Igualmente o ECA, ao propor a municipalização organizando sistemas locais de proteção à infância e adolescência, remete à participação da sociedade civil, de forma paritária com o poder governamental. Através de novas instâncias como o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), os conselhos estaduais e municipais devem trabalhar articuladamente em *rede*, bem como todos os serviços e as entidades que prestam atendimento e assistência devem funcionar no sistema de referência e contra-referência que está constituído pela rede, salientando a importância deste fluxo, como foi exposto.

Os funcionamentos previstos em redes pretendem, além de oferecer mobilidade na busca de atendimento no território, evitar o afastamento da pessoa de seus vínculos para assim minimizar os processos de institucionalização.

Nos dois casos exemplificados – infância e adolescência, e saúde mental –, a política vigente a partir da Constituição de 1988, é de promoção da cidadania e *desinstitucionalização*, tanto do portador de sofrimento psíquico, através de políticas de atenção e assistência em saúde mental, como através de políticas de proteção e assistência a crianças e adolescentes. Há um posicionamento claro quanto a construir intervenções que evitem toda forma de exclusão por meio de internações e reclusões desnecessárias.

No plano das políticas públicas, está instalada juridicamente, no Brasil, uma nova forma não mais centralizada e unificadora (para todas as regiões a mesma política) para a área da infância e adolescência, mas que quer dar feição a formas mais regionalizadas e de co-responsabilidade entre os segmentos, ou seja, em redes.

Porém, iniciou-se uma disputa de interesses entre classes, já que se instalava no Estado uma política de privilégios. Muitos grupos se organizaram para assegurar direitos, garantindo atitudes do Estado.

As políticas públicas nascem como resultado de necessidades e demandas da população, e devem assegurar direitos e deveres do coletivo, através de ações que sejam permanentes e independentes dos interesses corporativistas de categorias, partidos, setores econômicos. Cabe diferenciar os termos público e social neste contexto de políticas. Público é que pode se caracterizar como o poder partilhado por todos, não é restrito ao Estado, como distingue Pereira (1994). Assim, políticas públicas reúnem as escolhas da sociedade transformadas em atos públicos, realizados pelo Estado. A política social é um modo de política pública, que indica as ações do Estado em um local com determinadas demandas, por meio de metas, regras e preceitos persistentes e inclusivos.

Com a grande interferência da economia no fim do século XX, a ordem social se exacerbou devido a várias mudanças, sendo que alguns países tomaram decisões diferentes, embora sempre com ações que dispensavam os governos de suas obrigações de garantir direitos mínimos e com políticas sociais que não incluíam a todos.

Houve grande mobilização da sociedade para acabar com a ditadura no país, levando ao funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. Organizou-se outra forma de encaminhar essas mudanças de direitos para a Constituição como deveres a serem cumpridos pelo governo, com políticas públicas, com ênfase nas políticas sociais, como expressam Cunha e Cunha (2003).

A constituição de 1988 garantiu o sistema de seguridade social, respaldado no tripé saúde, previdência e assistência social, que seria custeado com os encargos trabalhistas e de empregadores, de concursos e loterias e também com a contribuição do

Governo federal, estadual e municipal. Porém, mesmo não contribuindo, era de responsabilidade da União amparar o cidadão, diferentemente do sistema anterior. Os anos seguintes à Constituição foram de trabalho para que se colocasse em prática os direitos já assegurados. Campos como o da criança e do adolescente foram regularizados, com grande participação da sociedade. No entanto, o funcionamento real dessas ações entrava em choque com a conjuntura econômica e política da época, que os limitava.

Para desenvolver uma política – mencionam Cunha e Cunha (2003) –, é preciso localizar os vários sujeitos e interesses que representem o que é indispensável a todos a partir do debate de opiniões dos que estão envolvidos, nos quais devem firmar compromisso tanto o Estado quanto a sociedade neste caminho da regularização como política pública. Houve participação ativa de importantes parcelas da sociedade na nova organização ao levantarem debates sobre o modo de se fazer política no país. Também foi relevante a luta pela inclusão, considerando as necessidades da sociedade e definindo – como fundamentais para a democracia – o fim da centralização e a participação.

Às cidades coube a responsabilidade pela execução destas, a partir do momento em que se tornaram autônomas com a Constituição de 1988, que estabeleceu, como pressuposto, repassar para estados e municípios grande parte dos deveres quanto às políticas. Percebe-se que o Estado ainda centraliza as ações sem levar em conta a imensa diversidade de nosso país e sem destinar a verba necessária para este processo de descentralização.

Com a abertura para uma maior participação da sociedade, a relação dos cidadãos com o governo ficou mais próxima, apropriando-se de dispositivos para fiscalizar os atos dos gestores. Contudo, ainda existem dificuldades, como o encaminhamento pelos conselhos de políticas públicas, dos assuntos importantes para constarem como compromissos da agenda governamental e para transformá-los em ações públicas,

intervindo mais diretamente em ações voltadas para o coletivo. A administração das políticas pode ser pensada como a relação dinâmica entre a sociedade, o governo e os movimentos sociais representativos em seu funcionamento.

4.2 A Descentralização e os Sistemas Locais

Para a organização de políticas sociais no Brasil, faz-se necessário utilizar critérios totalmente novos para que a ação seja realmente efetiva, já que os sistemas utilizados anteriormente estavam baseados em práticas de ajuda assistencialista e não em direitos. Aquele que recebia tornava-se um devedor, vendo-se cobrado a retribuir em serviços ou votos.

Para a implementação das políticas que a nova Constituição previu, muitas cidades criaram suas ações, poucas atendendo aos princípios fundamentais estabelecidos, mantendo instituído ainda um modelo clientelista e particularista. Para que realmente este modelo se cumpra, são necessárias várias modificações nos métodos de administração e na habilitação de profissionais, além da captação de recursos.

Toda a equipe envolvida nas ações sociais é chamada de “rede prestadora de serviços” (Cunha & Cunha, 2003, p. 18). Rede aqui pode ser entendida como a relação dos vários setores que estão reunidos por interesses iguais, como a produção de bens e prestação de serviços. Ela é de fundamental importância, pois movimenta os setores envolvidos, e mobiliza verbas públicas e privadas para as ações, todos reunidos em torno de interesses comuns e atendendo às expectativas da sociedade, através de métodos de trabalho novos.

As redes assim definidas denotam uma condição como se esta fosse gerada em seu próprio interior, ou seja, ao estabelecer as redes, elas ganharão agilidade por si.

Nesta rede, setores como governos federal, estadual e municipal estariam teoricamente envolvidos na administração das políticas juntamente com a sociedade nas funções básicas de atendimento e em toda sua construção, também ligadas aos movimentos representativos sociais. Toda essa relação tem como objetivo atender à comunidade com mais qualidade e de modo amplo. Para o planejamento das políticas, é preciso levar em conta a realidade da região, sua capacidade e organização, sendo que é de responsabilidade dos municípios desenvolverem práticas e técnicas inovadoras, com constante avaliação da impressão das ações na comunidade, isto é, seu impacto quanto a melhorias operacionais efetivas, que devem ser realizadas por conselhos habilitados.

Refiro *teoricamente*, pois esses conselhos de políticas foram validados por projetos de lei e administram as ações por manterem contato tanto com o Estado como com a sociedade. Atuam nos interesses de todos, com grande espaço na sistematização das ações, e têm caráter deliberativo, atuando na esfera pública. Implantar as ações é de responsabilidade do administrador, mas é papel do conselho estabelecer o modo como a sociedade toma parte na construção da política e sua prática, fazendo a mediação entre os diferentes âmbitos como ONGs, prestadores de serviços, a sociedade e o Estado. Cunha e Cunha (2003) ressaltam que os conselhos – sem retirar o papel do gestor que implementa as políticas – institucionalizam a participação da sociedade civil na formulação, no acompanhamento e na avaliação das políticas.

O capital destinado às políticas sociais foi instituído para que haja transparência em sua utilização e autonomia de gestão dos fundos, além de estar distribuído entre todos os níveis do governo. A questão é que muitos governantes não seguem este princípio, utilizando a verba conforme querem, sem transformá-la em ações para a comunidade. A

falta de compreensão do funcionamento dos gastos e recursos disponíveis no governo por parte da sociedade faz com que a sua participação e a realização de ações com as verbas diminua muito.

O planejamento deve contar com a participação do Estado e da comunidade em todos os seus âmbitos, o que às vezes se realiza apenas para o recebimento da verba, sem contar com a sociedade e sem apresentar a real situação local, tampouco os meios de intervenção, demonstrando o descomprometimento com o que determina a política pública.

Verificamos, de acordo com as autoras, que as esferas do governo não estão efetivamente implicadas na realização de políticas públicas comprometidas com a sociedade, aplicando-as apenas para o recebimento de verbas, sem, contudo refletir sobre suas administrações, devendo então reformulá-las. A participação de todos de modo co-responsável deve envolver os setores do Estado e da sociedade nas ações. Os conselhos são exemplos destes dispositivos para uma gestão mais horizontal.

O país, após a crise que se configurou na época da ditadura, define que a função do governo é de fiscalizar políticas públicas, passando estas obrigações para a sociedade de efetivar ações em áreas de atenção básica, que deveriam ser um dever do governo. Suas ações têm sido pouco abrangentes e muito pontuais, não garantindo o atendimento a todos os cidadãos, passando a atender apenas aqueles que não têm condições de pagar por serviços oferecidos pelas empresas privadas.

As concepções da política neoliberal têm sido adotadas em toda a América Latina, com ações focalizadas, acarretando o desinvestimento em políticas sociais, restringindo os fundos e fazendo com que aqueles que podem, comprem os serviços que deveriam ser obrigações do governo, como o ensino particular e os planos privados de

saúde, entre outros. As políticas sociais sem dúvida, são de interesse prioritário para o Brasil, um país com tantas desigualdades, pois assegurariam o acesso a serviços fundamentais a todos os cidadãos, contemplando àqueles que se encontram completamente desafiados.

4.3 Histórico das Políticas Públicas Voltadas à Infância e Adolescência

As primeiras instituições e leis para a infância e adolescência foram fundadas em países europeus e americanos entre o fim do século XIX e início do século XX, baseando-se na doutrina de situação irregular, na qual a Justiça tinha total controle sobre as crianças e os adolescentes – até então denominados *menores* –, os que estavam abandonados por suas famílias e os que cometiam delitos, estabelecendo os tribunais de menores, onde não tinham defesa. No Brasil, os tribunais de menores foram criados em 1923.

No Brasil, conforme Frota (2003), o primeiro código de menores foi o Código de Menores Mello de Mattos de 1927. Baseado na *doutrina da situação irregular*, dirigia-se aos que tinham menos de 18 anos e estavam em situação irregular, como infratores ou desamparados por não terem nem onde e nem como morar em algum lugar, doentes, com pais presos, ou ausentes ou aqueles que não viviam sob a moral e os bons costumes da sociedade.

O termo *delinqüente* referia-se àquele que cometeu algum delito, entre 14 e 18 anos, sujeito a cumprir uma medida punitiva. A partir do Estatuto, esta categoria vem sendo problematizada e nomeada como de *infrator*¹⁶.

Em 1942, foi instituído o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) que era responsável pelo cumprimento de medidas essencialmente punitivas e de exclusão. A justiça avaliava o grau de periculosidade do jovem que ficava sob os olhares da justiça mesmo suspensa esta periculosidade. Pairava sempre a discriminação sobre o mesmo, independentemente de suas ações. Sabemos que tais medidas tinham como alvo principal as camadas pobres da juventude e, com isto, a manutenção da perspectiva higienista.

Em 1964, foi estabelecida a Política do Bem-Estar do Menor (PNBEM) que era determinada pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e cumprida pelas Fundações Estaduais do Bem-estar do Menor (FEBEM) nos estados.

As Nações Unidas, em 1959, criaram a Declaração Universal dos Direitos da Criança, reconhecendo estes como portadores de direitos. Esta foi a primeira legislação internacional neste sentido.

O código de 1979 foi constituído também no princípio de situação irregular, sem representar avanço em relação ao anterior. Além de reforçar o controle, teve muitos aspectos contrários à Declaração da ONU, permanecendo em vigor até a Constituição de 1988.

O aumento da pobreza relacionada à política feita na América Latina trouxe novamente o debate deste assunto em nível político, assim como as políticas sociais para a infância e a adolescência. No país, esse tema tem provocado alterações nas ações e levantado debates sobre o que é e como se efetivam políticas públicas. A partir da

¹⁶ Oliveira (2001) apresenta, a partir do conceito de adolescência exacerbada, o *delito juvenil* como o atalho na busca de reconhecimento e de autonomia.

Constituição de 1988 e do ECA, as crianças e os adolescentes são considerados portadores de direitos e em desenvolvimento. Este dispositivo legal é um processo instituinte, no sentido de romper com os códigos vigentes, implícitos e explícitos.

Para constituir as políticas sociais, muitos fatores devem ser levados em conta, desde seu projeto. Costa (2000) descreve que não são problemas de fácil definição e estruturação; as ações feitas pelo governo têm objetivos diversos, nem sempre sólidos e, às vezes, equivocados. Com o andamento da ação, os objetivos normalmente são revistos; mesmo que a ação seja aplicada de maneira certa, ela não leva ao resultado esperado, sendo que também não tem um bom embasamento teórico. Significa que esta inovação exige novas ferramentas conceituais.

Várias outras características influem e dificultam na execução de uma política pública, como o fato de que várias entidades atuam em sua implementação, além de as decisões passarem por vários graus governamentais, causando mudanças e demora nas ações. Outro fator é a burocracia no Estado que, como já foi dito, leva a longa espera devido aos diversos níveis de poder do Estado. Há uma grande falta de certeza no trabalho social, devido à pouca informação sobre o tema da política, sendo que há carência de capacitação profissional daqueles que executam as ações.

Costa (2000) sinaliza que há pouca competência das instituições e administrações que se responsabilizam pelos programas sociais. Os conhecimentos necessários para a realização de todo o processo desses programas ainda são insuficientes, fazendo com que os serviços, locais, entidades, não se comprometam com as metas da ação. Soma-se a isso o jogo de interesses dos setores envolvidos. O autor destaca a tradição patrimonialista do Estado brasileiro, atrelando as decisões políticas ao coronelismo predominantemente nas regiões rurais, e o populismo nas regiões urbanas do país. Sendo

assim, geralmente alteram-se os programas sociais, mudando o contexto de ação e, conseqüentemente, não se atende de modo abrangente a população.

Com este funcionamento, as ações da atenção social caracterizaram-se pela focalização, poucos recursos e fragmentação. Essa situação deu margem a problemas como não garantir direitos básicos dos cidadãos, não combater o seu abandono, e sim privilegiar as políticas dos que atuam nas ações. Desta forma, os cidadãos ficam subordinados a esses chefes locais ou ao governo, parecendo que seus direitos são favores que estão sendo feitos.

Esse sistema foi, desde o início, baseado no princípio do mérito, principalmente na previdência social, na qual o trabalho e a renda garantem o atendimento, marginalizando e excluindo aquele que não contribui, e não assegurando os mínimos sociais – condições básicas que garantem a dignidade da pessoa. É nesse campo que as ações em assistência social vão se desenrolar, iniciadas como a Legião Brasileira de Assistência, fundada por Darcy Vargas, com características de caridade e assistencialismo, e atuando com verbas federais sem desenvolver o sentido de cidadania.

A grande maioria das ações feitas até 1970 tinha essa configuração, com muita focalização e restrição. A partir daí, ações foram desenvolvidas sem a proximidade com o Estado, tentando garantir os direitos sociais básicos a alguns grupos excluídos, sempre tendo a renda baixa como principal alvo, sem estender a todos os cidadãos essa possibilidade. Como atendiam apenas um nicho da sociedade, os programas tinham resultados pouco satisfatórios, decorrentes também da falta de recursos técnicos, teóricos e avaliativos.

O histórico de como se faz política no Brasil está instituído sobre estes pilares, e o processo de desinstitucionalização requer seu gradual dismantelamento, o que

pressupõe redistribuição de poderes e apropriação de novas formas de apreender a política.

Visualizando a situação mostrada até aqui, percebemos as dificuldades de se implantar qualquer programa social, confirmando, desta forma, carência de proteção e de desenvolvimento da cidadania que ainda precisam ser superados.

Com a Constituição de 1988, a proteção social no país toma um caráter mais abrangente, pois tenta se desvincular da questão do trabalho em seus atendimentos. A assistência social também sofre modificações, pois passa a ser reconhecida pela primeira vez, conforme Costa (2000), como integrante do “núcleo de seguridade social do Estado de bem-estar social brasileiro” (p. 36) e dos direitos básicos de todo cidadão, aproximando-se da garantia de mínimos sociais, para aqueles que têm renda abaixo do mínimo ou que se encontram em circunstâncias especiais.

Antes ausentes, algumas áreas passam a ser estabelecidas como alvo da proteção social, com prioridade de ações para crianças e adolescentes. O ECA – que define, pela primeira vez no país, criança e adolescente como sujeitos de direitos – e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) foram instituídas a partir desta determinação.

1. 4.3.1 A Transição para a Doutrina de Proteção Integral e o ECA

As diretrizes apontam para a responsabilidade dos municípios, a interação de órgãos e formação de conselhos. As linhas de ação são definidas por vários tipos de atendimento para a infância e a adolescência de modo bem abrangente, tanto médico, jurídico, quanto de programas que garantam os direitos sociais.

As medidas são aplicadas no caso de crianças e adolescentes que têm seus direitos violados por eles mesmos ou pela família, comunidade, governo, sendo elas:

- * Medidas específicas de proteção: Para casos em que há risco ou crianças que cometeram delitos, pois a estas não podem ser aplicadas medidas socioeducativas.
- * Medidas socioeducativas: Para adolescentes que cometeram delitos.
- * Medidas pertinentes aos pais e responsáveis: Para aqueles que não estão assegurando os direitos das crianças e dos adolescentes.

Ao cumprir estas medidas, deve-se privilegiar a manutenção dos vínculos com a família e comunidade; serão aplicadas pelos órgãos do governo ou sociedade, fiscalizados pelos conselhos municipais e tutelares.

O órgão que tem o dever de adequar as disposições do ECA em cada município é o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, responsável por implantar ações e fiscalizar os órgãos que realizam estas ações, que criam os Conselhos Tutelares (CT) e arrecadam fundos para as ações. Quem desempenha estes papéis é tanto o governo quanto os cidadãos. O CT é formado por pessoas da comunidade que já trabalham neste segmento da infância/adolescência, e atende casos em que os direitos não foram cumpridos em nível municipal.

Além disso, os conselhos têm como função toda a administração das ações e dos fundos, com representantes da União e da comunidade, além de ter órgãos em todos os níveis de governo, sendo o CONANDA responsável em nível federal.

Em 1985, a partir da mobilização de algumas entidades, foi criado o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, com o objetivo de defender os direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diferencial importante a participação dos meninos e das meninas que puderam participar ativamente no encaminhamento de

sugestões. Participaram ainda vários segmentos como movimentos sociais, profissionais e ONGs, engajados em ações voltados para a infância.

Todos estes movimentos convergiram na construção do ECA, sancionado em 13 de julho de 1990. Entre as determinações, ele define o conteúdo, a metodologia e gestão, repassando aos municípios a responsabilidade por executar ações sociais e de amparo, e à União, de regulamentá-las.

O Estatuto está baseado na doutrina jurídica de proteção integral, confirmada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em vários documentos, assegurando direitos às crianças e aos adolescentes, como o da defesa destes em caso de, supostamente, terem cometido infrações.

O ECA é formado por dois livros: O primeiro, Livro I – parte geral, descreve os direitos sociais básicos das crianças e dos adolescentes; e o segundo, Livro II – parte especial dos “direitos civis”, é destinado aos que estão em situação de risco pessoal ou social, além de citar “medidas socioeducativas” aos jovens que cometem delitos, preconizando o atendimento articulado entre ações governamentais e não governamentais de municípios, estados, Distrito Federal e a União.

Um ponto conflituoso do Estatuto é a municipalização das medidas aos adolescentes que cometem delitos e aos que necessitam de amparo especial, já que exige trabalho conjunto entre as instâncias do governo e da justiça. Por outro lado, muitos setores, como a mídia, são divergentes quanto aos pressupostos do Estatuto.

Os Conselhos Tutelares são uma novidade trazida pelo ECA. Atendem casos de violação dos direitos da criança e do adolescente na esfera municipal, além de terem autonomia para acionar os órgãos competentes e em sua organização geral. Seus

membros geralmente são escolhidos pela comunidade; em alguns municípios, são indicados pelo Conselho, entre outras formas.

A LOAS está baseada nos mesmos fundamentos do ECA, com campos de atuação e ação bem definidos e instituídos pela Constituição, com conselhos e recursos próprios, sempre em conjunto com os governos e a sociedade. Os movimentos sociais das comunidades são instigados a manterem suas ações, mas os avanços dessas duas leis estão na administração das políticas sociais e não tanto em sua implantação.

2. 4.3.2 Gestão em Rede para a Política da Infância e Adolescência

Tanto o ECA quanto a LOAS estão sendo implantados, e seus resultados ainda não são claros, mas podemos levantar uma discussão em torno de diversos fatores que influenciam na concepção de uma política pública social.

Os recursos e as responsabilidades nem sempre andam juntos na implementação de políticas sociais. No caso da infância e adolescência, todas as ações devem ser pensadas a partir dos municípios. No entanto, o fim da centralização não é garantia para consolidar a democracia no processo de decisão e construção das ações sociais, não só em nível governamental como também na sociedade. Além disso, com a diversidade existente no país, é necessário que o governo federal fortaleça sua capacidade de gestão para passar aos governos estaduais e municipais a definição de administrar.

Quanto ao Rio Grande do Sul, referindo-se à última década, Fajardo (2004) menciona que o estado se encontra, do ponto de vista da construção de uma rede, em uma opacidade, devido à desarticulação das políticas sociais, desentendimentos e descomprometimentos dos sujeitos e conflitos a partir das interpretações da lei. A autora considera “que ainda não há, no Rio Grande do Sul, uma rede efetiva de proteção da

criança e do adolescente, mas sim linhas de montagem ao melhor estilo fordista, por onde passam as crianças ou os adolescentes ‘pescados’ para serem ‘protegidos’ ou ‘re-socializados’ e devolvidos à sociedade” (p. 35).

Ao expor alguns dos problemas identificados em sua pesquisa, para que o ECA se efetive, destaco a ausência ou insuficiência de medidas socioeducativas abertas, mesmo sendo consideradas preventivas do ato infracional; e ausência de uma rede que realize medidas de proteção especial que também previnem a infração, bem como garantem os direitos das crianças.

Simultaneamente, podemos afirmar que o ECA fez crescer a preocupação com a violação de direitos das crianças, com o abuso sexual, e com adolescentes vitimizados e autores de atos infracionais. Encontram-se mais possibilidades de denunciar as violações dos direitos humanos e constroem-se novas formas de intervenção, porém, para Fajardo (2004), a rede de proteção integral não vem se efetivando, o que se confirma por vários meios, como relatos das pessoas e imprensa.

É preciso justamente levar em conta essa diversidade no momento de municipalizar as ações, considerando as características locais. Caso isso não ocorra, não terão o efeito esperado. As ações municipalizadas deveriam evitar o mau uso da verba pública nas políticas sociais, devendo ocorrer participação, ou *controle social* efetivo, por parte da população.

Para este acompanhamento, as competências de cada órgão público relacionado ao atendimento à criança e ao adolescente muitas vezes não estão claras, gerando problemas na prestação de serviços e na construção das ações, assim como a junção de várias ações já existentes também não ocorre, tornando o atendimento dividido, sem método e de pouca duração.

Uma das mudanças importantes foi a atuação conjunta entre a sociedade e o governo, base para um reordenamento das políticas públicas; contudo, há uma constante tensão entre a lógica das ações assistencialistas e da promoção de cidadania. São atribuições do Estado: Assegurar serviços básicos a todos e oferecer suporte para que áreas ainda precárias de conhecimento e ação se desenvolvam.

Como refletiu Costa (2000), faltam tanto informações e levantamentos diagnósticos para melhor qualificação dos programas, como recursos técnicos e teóricos referentes à problemática das ações. Isto é, não há levantamento e análise de demandas. “Essas políticas também se ressentem de uma trajetória marcada pela atitude entre tuteladora e abertamente repressiva do Estado em relação aos setores mais vulnerabilizados da sociedade, expressa de forma inequívoca na doutrina da situação irregular, presente no antigo Código de Menores...” (p. 55). É necessário levar em conta as diferenças, tanto dos problemas atendidos, como das ações e das pessoas envolvidas, para a formulação dos programas desde a análise de demandas até a avaliação.

Sendo assim, pouco se produz sobre os resultados das ações e suas características, sucedendo uma grande falha na verificação da resolutividade das ações sociais. Quando ocorre, muitas vezes já não existe a possibilidade de mudanças, pois o programa já está finalizado. O acompanhamento deve ser feito ao longo de toda a construção da política social, para que se busquem alternativas e soluções para problemas existentes. Deparamo-nos com um hiato no Brasil entre as formulações legais e sua implementação em forma de políticas públicas sociais, de acordo com Campos (1997). Além disso, seria imprescindível, para o autor, uma reforma dos modos de organização do trabalho, para que se rompesse a lógica neoliberal. Outro ponto para o qual ele atenta é a importância de estabelecer equipes que trabalhassem como apoio especializado nas redes básicas, para consolidar a desinstitucionalização.

Neste caso, as políticas evidenciam os códigos reguladores de um Estado; são compostas de um entremeado de atravessamentos institucionais, nos quais as instituições se fazem ouvir: Se temos um Estado de direitos, estas políticas deveriam conduzir, claramente, as ações e suas avaliações intentando assegurar tais direitos. Se as comunidades não se posicionam sustentando os próprios direitos, as políticas públicas se fragilizam, pois são meros instrumentos. Significa dizer que este processo de apropriação deve estar incrustado para que se possibilite a auto-análise para conseqüente auto-organização.

Ao mesmo tempo, muitos segmentos como a mídia, as organizações internacionais, os movimentos sociais e as áreas de conhecimento têm enfatizado que há uma perda crescente dos direitos sociais com agravamento do empobrecimento. Um estudo realizado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) mostrou que 44% da população da América Latina vive em favelas e subúrbios nas cidades, que abrigam três de cada quatro latino-americanos. O Brasil é o segundo país com a pior distribuição de renda entre 130 países, evidenciando a necessidade de implantação de políticas públicas sociais mais incisivas e com maior efetivação daquelas que já estão juridicamente asseguradas.

Trabalhar com a concepção de redes sociais requer abertura para a compreensão de um processo que está em curso. Como pudemos acompanhar, é recente a desinstitucionalização de um modelo. Além disso, a política econômica, a substituição do trabalho humano pelas novas tecnologias e o conseqüente desemprego estrutural, levam o Brasil a altos índices de pobreza e miséria. Tal situação tem produzido elevados níveis de violência, de corrupção e de descaso com a vida, produzindo-se subjetividades em que se percebe a secundarização de princípios morais e éticos para a regulação de uma sociedade que quer assegurar uma vida cidadã.

Diante deste quadro, Ude (2003) sugere revisar as formas de participação, pois imaginar-se pertencendo a um mundo globalizado parece ter retirado o sentido de pertencimento a um local de origem ou a uma nação. Também a velocidade do projeto neoliberal em andamento tem impedido as avaliações coletivas sistemáticas em relação às conseqüências destas propostas políticas, econômicas e sociais na vida do povo brasileiro.

Ao viver-se um imediatismo, preconizado pelo mercado global, as pessoas têm encontrado dificuldade em construir elos com outras pessoas e grupos, movimentos e instituições, para organizar novos projetos de vida, mesmo enfrentando solidão, sofrimento, precariedade e insegurança em seu dia-a-dia.

Neste sentido, em grande medida a relação instituída das pessoas com o Estado ainda é de “tutela e obediência”, em que o Estado provê, e as pessoas cumprem regras, como assinalou Sawaia (2001). Para a autora, novas relações Estado-cidadão, mediadas por políticas públicas, podem fortalecer a criação de redes pessoais e sociais.

O modo capitalista de organização social tem produzido uma subjetividade que estimula a segregação entre as pessoas através de ações individualistas e particularizadas, como refere Ude (2003). Estas alterações afetam a todos nós, agravando-se a possibilidade de ruptura de diferentes laços que se estabelecem a partir dos espaços compartilhados coletivamente.

Quando um, ou alguns destes se rompem, geram na pessoa sentimentos de estranheza, ou esta se sente estranhada, comprometendo assim seus vínculos, o que Castel (2000) denomina como processo de *desafiliação*. Este se compreende como o movimento que faz passar da zona de integração à zona de vulnerabilidade, com crescente ou decrescente perda de vínculos sociais e de referências. Castel propõe o

termo desafiliação, sugerindo que define melhor o processo de perdas pelos quais os cidadãos e cidadãs passam, em geral devido à falta de acesso às condições previstas pelas políticas públicas sociais. A exclusão expressa um lugar mais definitivo sem conferir-lhe o grau ou a extensão das perdas.

Situo este momento considerando-o perpassado por muitos “fios condutores” dos quais pinço dois que representam transformações radicais do século XX: O desafio da ciência diante da complexidade, e o desafio político-econômico com o novo liberalismo engendrando questões singulares que reclamam decodificações, remetendo-os à reflexão e produção de conhecimento.

Morin (2001) resgata que a história do Universo é pautada por criação e destruição, e que a ordem divina do mundo foi abalada com a primeira revolução científica iniciada pela termodinâmica de Boltzmann, encaminhando-nos para um diálogo entre ordem e desordem. O que até então era explicado à luz de consistentes teorias, hoje nos faz deparar com o vigoroso questionamento da racionalidade científica, evidenciando-se a necessidade de fazer convergirem, para o diálogo, as diversas disciplinas, assentindo que falar de inter e transdisciplinaridade não é deslizar por modismos e mera retórica; é colocar-se na posição de um construtor, já que antigos alicerces foram perturbados. Estes, por um lado, se referem à dimensão das ciências e, por outro, a economia, a cultura, a geo-política, não só estão entrelaçadas, como configuram a nossa vida social hoje.

Em paralelo ao debate científico, sucederam-se grandes mobilizações nos sistemas econômicos especialmente a partir do enfraquecimento do regime de acumulação fordista ao final dos anos 60. Assim, fez-se necessária uma reestruturação econômica em que o discurso liberal atribui ao Estado e à esfera pública a

responsabilidade pelos malefícios sociais e econômicos, sendo que à livre iniciativa é atribuída restauração do sucesso econômico, social e da democracia.

As formas neoliberais encontradas hoje são diferentes das formas anteriores do liberalismo; não são mais consideradas como situações praticamente naturais. Contudo, o mercado neoliberal reivindica certas condições jurídicas, políticas e institucionais, que devem ser asseguradas e construídas pelo próprio Estado que vem se mostrando amarrado, atendendo mais a estas do que promovendo cidadania através de políticas sociais, como já referi.

Desta forma, é proclamado o Estado-mínimo; no entanto, o estado torna-se imprescindível, para levar a efeito as políticas neoliberais de mercado. Esta proposição revela linhas de significação que subjetivam um modo de compreender e de reproduzir cotidianamente esta lógica, em que as propostas de implementação de redes, inclusive a existência materializada de parte delas, atingem seu grau mais elevado em nossa sociedade.

Apoiado nos ideais da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade, o discurso neoliberal prega a ocidentalização irreversível do mundo, o que Arruda Jr. (1998) relata ser uma falácia, “porque ocorre somente para uma minoria incluída no projeto de consumo e, residualmente, para os que consomem na qualidade de cidadãos” (p. 22). Ocorre antes, uma distribuição regressiva das riquezas, bem como a universalização da barbárie. Assim, para o autor, ressurgem conflitos entre etnias, religiões, raças, nacionalidades, como resposta à padronização e à homogeneização cultural acentuada pela globalização neoliberal, além da crescente má distribuição econômica que tem como consequência a evidente desigualdade social.

Com o exposto até aqui, constatamos que está em curso um processo que não se restringe aos âmbitos do político-econômico e do científico, mas que se estende à subjetividade, na qual se produz e se sustenta reciprocamente. Deste modo, Furtado e Rey (2001) afirmam:

El uso de la subjetividad como sustrato ontológico complejo de los procesos psíquicos nos lleva a comprender estos a través de procesos de relación que tienen como escenario el sujeto psicológico concreto, y las diferentes instancias sociales en las que este se constituye y es constituyente¹⁷ (p. 24).

Neste estudo, considera-se a noção de subjetividade fora da tradição cartesiana que tende a tomar os conceitos como entidades, dicotomizando as leituras e lançando mão de um modo de ler e analisar *processos*.

Presenciamos hoje, em relação a estes processos, uma nova cartografia do social, referida por Birman (2001), “em que a fragmentação da subjetividade ocupa posição fundamental” (p. 23). Ou seja, o mundo ocidental vem incrementando, através de suas instituições¹⁸, nas últimas décadas, seu caráter individualista, competitivo e consumista tendo, como decorrência, um autocentrismo do sujeito que já se anunciava no século XVII com Descartes, e que encontra a sua culminância – analisando até o momento presente – em nosso tempo.

Observamos que, por um lado, o cientificismo do século XIX reafirmou o fracionamento do sujeito em binômios (corpo, mente; razão, afeto; indivíduo, sociedade), naturalizando esta dissociação. Por outro lado, mas funcionando de forma complementar,

¹⁷ Tradução livre: “O uso da subjetividade como sustrato ontológico complexo dos processos psíquicos, nos leva a compreendê-los através de processos de relação que têm como cenário o sujeito psicológico concreto e nas diferentes instâncias sociais, nas quais este se constitui e é constituinte”.

¹⁸ O termo instituição, neste caso, provém do Institucionalismo e significa um conjunto de normas, regras e padrões, tanto explícitos, como implícitos (como exemplos: a família, a mídia, a educação) que regem as sociedades dentro de um interjogo de forças políticas, produzindo-se subjetividades.

o impulso neoliberal coloca o mesmo sujeito fracionado, como se fosse individualmente responsável por sua (in)competência, estando hábil ou não, para competir, vencer e ser “adestrado” para corresponder ao mercado: Enriquecer, comprar, usufruir, investir, descartar.

A vida do ser humano, no entanto, não transcorre efetivamente assim. Mesmo que tenha sido arremessado para longe, polarizando seu corpo e seu psiquismo, o sujeito é *corposujeito*. A propósito, é no corpo que os sintomas de hoje têm *gritado* mais alto, tendo como alguns exemplos que se apresentam como emblemas da dualidade: As dependências químicas, os transtornos alimentares, as violências infligidas contra o corpo e as doenças oriundas do estresse e também da precariedade em que se encontram alguns segmentos da população.

Ao mesmo tempo, como refere Melucci (2004), as pesquisas têm traçado perspectivas que redefinem as fronteiras entre mente e corpo, impelindo-nos a “sair do universo dualista”, abrindo-se, portanto, um campo inédito de estudos que contemple “as relações entre sistema cerebral, vida psíquica e sistema imunológico. Por sua vez, tais relações parecem quase inseparáveis das variáveis sócio-ambientais e comportamentais” (p. 85). Isto se revela, lembra o autor, especialmente nos estudos que interrelacionam o sistema nervoso central e o sistema imunológico, tendo sido comprovado “que intervenções na vida emocional e comportamental (...) potencializam as funções imunológicas” (p. 86). Estes argumentos contribuem para o trabalho de sistematização e de articulação de saberes que permitam intervenções que melhorem a qualidade de vida e de saúde. Ele reafirma:

Não é mais possível proceder segundo os modelos de causalidade linear:

Modelos circulares e de rede são certamente mais adequados para interpretar a

complexidade das relações entre mente e corpo. Uma rede de comunicações, portanto, em que não se fala uma só linguagem (p. 87).

Diante da exaltação do presente existe, pois, uma possibilidade de reintegração do passado, não no sentido de conservar as suas prerrogativas e seus valores instituídos, mas de tomá-lo como constitutivo da atualidade, e uma das vias de acesso que proponho é seguir os traçados que a subjetividade percorre.

4.4 Subjetividade, Campo Social e suas Tessituras a Partir do Institucionalismo

Proponho colocar em relevo o entrelaçamento dos termos subjetividade e campo social por entender que se forjam no transcorrer das redes de conversação. O campo social é o espaço *entre* que construímos, ocupamos, que percorremos e que constitui os processos de subjetivação. Ao explicar como Foucault formulou o conceito de subjetividade, Deleuze (1992) define: “A subjetivação é a produção dos modos de existência ou estilos de vida” (p. 142).

Ainda quanto à subjetividade, Parente (2004) propõe pensar o sujeito não como uma essência ou uma natureza, mas processual, não havendo sujeito, porém processo de subjetivação. Este é o percurso pelo qual os indivíduos e as coletividades se constituem como sujeitos, principalmente quando resistem e ‘escapam’ dos poderes e saberes instituídos. Ao fazermos esta consideração, incluímos a possibilidade de análise destes modos de subjetivação. Para isto, Lourau (1975) postulou um conjunto de conceitos (os instrumentos) que se articulam como um sistema de referências da Análise Institucional que são, entre outros, “a segmentaridade, a transversalidade, a distância institucional, a implicação e a transferência institucional” (p. 264).

Nas décadas de 50 e 60, ocorreram diversas experiências que anunciavam o movimento institucionalista, que tem como fundadores Lapassade e Lourau. Compartilharei de um breve histórico destes precursores com o intuito de sinalizar a importância dada à liberdade, a novas formas de tratamento em saúde mental e a uma pedagogia menos centralizadora e burocrática. Estes argumentos remetem à questão em foco nesta tese. Ao propor desmontar as estruturas hierárquicas, podemos conceber um outro *plano* que é o das *redes*.

A Análise Institucional tem, como precursoras¹⁹, as propostas da Pedagogia Institucional e da Psicoterapia Institucional – termo criado por Dommenzon e Koechlin. O Movimento Instituinte, Análise Institucional ou Institucionalismo são denominações que prevêm como organizações teórico-práticas – em seus pressupostos e métodos – a análise das cristalizações ou, como podemos dizer, análise das alienações conscientes ou não que forjamos imersos em instituições. A Análise Institucional origina-se no final dos anos 60 e se desenvolve nos anos 70, com René Lourau, Georges Lapassade, Remi Hess e Jacques Ardoino. Seu propósito inicial, de acordo com suas experiências, era a socioanálise das instituições formadoras do homem, como as escolas, as universidades, a psicologia, a família, a igreja e demais organizações sociais.

Desta maneira, conforme Gallio e Constantino (1994), as áreas da saúde e da educação foram espaços de maior eloquência e questionamento do período pós II Guerra, tornando-se terreno fértil para o nascimento dos ideais do Institucionalismo. Na década de 50, o hospital psiquiátrico de Saint Alban, em Lozère, na França, dirigido por François Tosquelles, representou um marco da crítica ao modelo médico hegemônico e patologizante. Ocorriam experiências que pretendiam revisar as relações instituídas ao buscar a ressocialização dos enfermos ao serem rompidas as hierarquias médico-

¹⁹ No texto “Os Caminhos de Lapassade”, Coimbra (1995) descreve os movimentos que confluíram para o surgimento do Institucionalismo.

paciente. Daí decorreram outras experiências no mesmo período, como a criação da Clínica La Borde, por Jean Oury, junto a Felix Guattari e colegas de Saint Alban igualmente na França. Os internos deveriam ter participação efetiva na organização local e em relação aos seus tratamentos, inaugurando a experiência autogestiva, tendo esta um significado terapêutico. A Psicoterapia Institucional objetivava uma radical abertura em relação à Psiquiatria, com a proposta de interrogar as rotinas, a alienação dos pacientes e as relações de poder.

Nesta direção, a pedagogia, desde a década de 20, também passou por revisões quanto à postura autoritária dos professores e a burocracia escolar com sua ênfase nos resultados quantitativos. O maior inspirador deste movimento como resgatam Lourau e Ardoino, (2003), foi Celestin Freinet, que propunha os diários, os conselhos de classe até hoje vigentes no meio escolar, a imprensa escolar e a ampla participação dos estudantes no planejamento de atividades. Cabe frisar o clima político em que estes movimentos de contestação eclodiram, que era de crise, incertezas e Guerra Fria entre as chamadas potências, ao mesmo tempo em que muitos conflitos e guerras ocorriam nos países pobres. O desejo de superar, questionar o que estava instituído, fazer diferente e criar estratégias constituiu mudanças nos modos de pensar e foram fundamentais como suporte para outros desdobramentos que se seguiram, com mais força, ou com maior visibilidade na Europa.

Na França, a psicossociologia sofreu divisões nas décadas de 50 e 60 com a influência das teorias americanas, gerando dois enfoques além da psicanálise de grupo, que critica a noção de adaptação dos métodos americanos.

As relações entre as pessoas são vistas como facilitadas pelo grupo, cuja constituição é feita pelas escolhas dos sujeitos, através de características dos mesmos. Todos têm o mesmo espaço para falar e são incentivados a serem legítimos em seus atos.

A teoria americana se modifica ao chegar na França, recebendo elementos de sua cultura, misturando a técnica à psicanálise – base de alguns profissionais no país. A técnica, todavia, começa a ser criticada, e o fato de não haver estudos da influência das instituições sobre os grupos e seu funcionamento leva alguns profissionais a se afastarem da psicossociologia americana.

Na socioanálise, a ação é enfatizada, e os socioanalistas criticam as teorias e técnicas da psicossociologia, apesar de inicialmente utilizarem este modelo em suas pesquisas. A intervenção e a análise institucional, como refere Benevides de Barros (2004), se desenvolvem na socioanálise, nascendo justamente deste questionamento. Entre 1950 e 1970, houve diversas publicações e movimentos nos quais este conceito se espalha; a *instituição* ocupa o espaço de objeto de investigação, sendo abordada como instância política e histórica, trazendo de volta a função de produzir novos significados.

Isto provocou mudanças profundas nos trabalhos com grupos, pensando o grupo nos movimentos e nas relações estabelecidas por ele, e não através de técnicas. Outras maneiras de trabalhar o grupo surgem para se adequar a esse raciocínio, assim como um novo modo de agir do “pesquisador-analista” (Benevides de Barros, 2004, p. 73), que queria afastar-se da imparcialidade dos psicanalistas e da falsa igualdade dos monitores dos grupos de formação – os grupos-T – gerando um conflito na atuação deste profissional.

O grupo não é mais considerado como natural; ele passa a ser tomado como um dispositivo, espaço para que se acionem processos. A relação dos profissionais em suas intervenções perde seu caráter de neutralidade, e o analista interage com o grupo, saindo do lugar reservado de gestor e deixando que o próprio grupo cumpra este papel, sem afastar-se. De alguma forma, neste período, autores argentinos “importam” tais

pressupostos, que são, pelas afinidades e vizinhança, difundidos também no Rio Grande do Sul.

Outros fatos e acontecimentos, como o citado maio de 68, o movimento feminista, o movimento *hippie* e outras vertentes surgem nesta época questionando a mentalidade vigente e contestando as normas e códigos instituídos. Com a publicação em 1966 de “Grupos, Organizações e Instituições”, Lapassade (1983) ainda atribui o termo *instituição* vinculado diretamente ao Estado. Na década de 70, à concepção de instituição é atribuída nova conotação: Como rede de códigos que perpassam e constituem não apenas formalmente, as formas de organização social como a divisão do trabalho, a linguagem, o parentesco e a religião, mencionados por Barembliitt (2003).

Afirma-se, nesta perspectiva, a dimensão inconsciente perpassando as organizações e que pode ser trabalhada pelos coletivos e pelos grupos através da explicitação, da reflexão. De outro modo, na América Latina, como referi no tópico sobre grupos, o período da ditadura marcou profundamente o processo de subjetivação, e os movimentos de contestação ganharam força em meio à repressão, ocorrendo importantes mobilizações no campo da Psicologia, emergindo no Brasil a Psicologia Social.

No campo de análise até aqui desenvolvido percebe-se a abrangência do termo *rede* mostrando-se como ontologia do humano e concepção que se consolida como modo de subjetivação tornando-se modelo hegemônico. A par disso, o conjunto de princípios e os componentes que formam o conceito são, em larga medida, consensuais aproximando-nos da construção deste como um paradigma. Trazendo consigo esta potência, deve ser colocado em análise para que produza novos sentidos, com forças instituintes. Com isso, proponho a seguir, uma articulação teórico-metodológica que permita trabalhar nos interstícios, percebendo-os engendrados no próprio contexto.

5 ESTRATÉGIAS PARA TECER UM CONHECIMENTO SOBRE REDES

Neste capítulo, apresentarei o delineamento do estudo, ressaltando a perspectiva de produção de conhecimento. Como considera Silva (2005), “não existe de um lado, o método e, de outro, o problema aguardando uma regra de soluções apropriada” (p. 98). Neste sentido, para a autora, o problema, o modo de colocá-lo e os conceitos utilizados na abordagem do mesmo estão mutuamente implicados.

Nesta tese, a produção de conhecimento segue uma estratégia cartográfica na qual o ponto de partida é a *problematização* da concepção de redes – nas políticas públicas e na Psicologia Social – para a análise do interjogo de forças em que está constituída – neoliberalismo, subjetividade constituindo-se no individualismo – através das ferramentas²⁰ conceituais do Institucionalismo. Este requer, justamente, desbloquear os instituídos, ou seja, códigos que se instalam como se fossem autoridades simbólicas às quais as sociedades devem obediência, e romper com os discursos naturalizadores, a-históricos e repetitivos que se consagram como instituições – conjunto de códigos que dão forma a uma lógica que apreende a realidade em uma totalidade.

²⁰ Ao dialogar com Foucault (1986) no texto “Os Intelectuais e o Poder”, Deleuze aponta que as teorias são como caixa de ferramentas: É preciso que funcionem e, antes, que as pessoas possam utilizá-las. Ele comenta que logo Proust, considerado um intelectual ‘puro’, tenha solicitado que seus livros fossem tratados como óculos dirigidos para fora; caso não servissem, outros instrumentos deveriam ser encontrados. A teoria deve se multiplicar e ela multiplica; é um instrumento de combate exatamente por ser contra o poder.

O Institucionalismo, em seus propósitos mais genuínos, traz a liberdade e a autogestão – ou auto-organização em oposição à heterogestão – como possíveis alternativas para vivências de menor *assujeitamento*, considerando, no entanto, que estes são processos coletivos. Quanto ao trabalho de cartografia, permite acompanhar o traçado que constitui a concepção de redes para crianças e adolescentes e do quanto elas confirmam suas imagens topológicas e de sociabilidade posicionando-se com maior ou menor apropriação de condições que sejam favoráveis para a construção de sua cidadania.

Nesta perspectiva, Maturana (2001) soma-se ao pensamento de que a submissão é a negação do outro. Explica que se nega o outro quando se permite ser subjugado aceitando a superioridade dele. Quando isto ocorre, não há encontro com o outro, em condições de igualdade, mas com aquele ser que impõe submissão. Esta situação é denominada por Lourau (1993) e por Bauman (2003) como *heteronomia*. Por outro lado, as condições de análise dos lugares que ocupamos no mundo favorecem a autogestão e a autonomia. Processo raro e que exige colocar os coletivos em auto-análise²¹.

Com o aparecimento dos saberes marginais e que foram colocados de lado, surge a insurreição ou a sublevação contra a hierarquização do conhecimento que, em nossa sociedade, sempre legitima o saber da ciência como verdade.

Para tanto, faz-se necessário perguntar pelo que parece óbvio e indagar por que, neste contexto, a concepção de redes ganha forças, especialmente vinculada a projetos políticos, tornando-se incontestável.

²¹ A auto-análise propicia que os coletivos se apropriem das condições (emocionais, materiais, políticas) que os mantêm alienados.

5.1 A Rede em Foco: A Construção do Problema e a Análise Institucional

A rede está aqui referida como um operador empírico-conceitual e um analisador, no sentido de convocar para a reflexão e análise uma determinada concepção. O analisador é o que pode provocar a fala, forçar a falar, permitindo revelar a estrutura da organização, afirmando que a passagem ao ato institucional supõe a passagem à palavra.

Em alusão ao conceito de analisador, Lourau (2004)²² pondera que este não deve ser banalizado, e recupera o seu significado: “Acontecimentos ou fenômenos reveladores e ao mesmo tempo catalisadores; produtos de uma situação que age sobre ela” (p. 132).

Em consonância com Luz (2004), estamos em um momento de hegemonia cultural que é de ordem capitalista “mundializada, com as grades ‘invisíveis’ do poder institucional tendendo a se cerrar sobre os ‘instituídos’. Necessitamos mais do que nunca de ferramentas teórico-práticas como as da análise institucional, propostas por René Lourau e seu grupo” (p. 26). Como exemplos de ordem hegemônica, cito a mídia e o mercado, incluindo a *rede*, objeto desta tese, como conceito hegemônico a ser reinterpretado.

Iniciando por definir o termo *análise*, Lourau (2004) remete-o à decomposição de um todo, em seus elementos, exercendo um deciframento ao decompor uma realidade complexa em elementos simples. Partindo desta reflexão, atribuo ao grupo micro, de crianças e adolescentes, a possibilidade de um *isomorfismo*²³ em relação às redes vistas de um ângulo macro. Meu percurso acadêmico e profissional, bem como o conjunto de

²² Altoé (2004) organizou a tradução e seleção de artigos de Lourau procurando cobrir uma lacuna bibliográfica brasileira e abranger o conjunto de sua obra desde 1970. Ao mencionar Lourau (2004), refiro-me a textos do autor traduzidos para esta publicação.

²³ Palavra de origem grega *morfé*, igual à forma; isomorfismo designa substância ou elementos de formas diferentes que conservam as mesmas disposições, aparências ou operações. Similaridade superficial entre diferentes espécies (Dicionário Houaiss).

vivências e documentos obtidos no trabalho de extensão, fazem a conexão inabdicável do micro e macro.

Todo grupo, ou um coletivo formado por um número contável de pessoas, está perpassado por *atravessamentos institucionais*. Estes podem ser compreendidos como feixes simbólicos das inúmeras instituições, que constituem o próprio coletivo e que tanto lhe dão respaldo e proteção como se tornam organismos reguladores. Contudo, a instituição não é um nível ou uma instância externa que atua; ela é uma dimensão que atravessa todos os níveis dos conjuntos humanos, sendo articulação da história de indivíduos e coletividades, normas sociais, com uma construção simbólica. O recorte *grupo de crianças e adolescentes* não significa a posição de grupo como intermediário e sim, um segmento para análise.

As relações sociais estão organizadas por regras e códigos visíveis, como por uma faceta encoberta, o não-dito. Neste sentido, o conceito de analisador é aquele que evidencia os lugares de exercício da palavra e que propicia explicitar o que está até então oculto ou escondido, conforme Lourau (2004): “aquilo que se censura é a palavra social, a expressão da alienação e a vontade de mudança” (p. 68).

O movimento instituinte é a oposição contra as regras que legitimam a repressão e naturalizam o desconhecimento através da indagação e da análise dos que se atravessam que imprimem a repressão social, isto é, que instituíram o desconhecido. Também está atento ao recobrimento do discurso detectando os princípios da ordem, exclusão e rarefação do mesmo. O autor afirma que se compreendem as instituições compreendendo o plano individual e que “a descoberta da transversalidade é a descoberta de conflitos, de lutas sociais: Ela própria é uma fonte de conflitos, porque lugar das resistências do não dito. O poder vive e se nutre de escondido, não dito...” (Lourau, 2004, p. 133). Quando um grupo ou coletivo não reconhece tais atravessamentos, tende a

reproduzir aquilo que está instituído. Já o processo de *transversalização* é o seu reconhecimento, o que pode conduzir a sua maior liberdade.

Como dispositivo analítico, dirigimo-nos ao conceito de *restituição*, que não se refere a oferecer simplesmente informações, mas abrir vias de acesso que tornem possíveis a reflexão, o contato com materiais e o retorno a acontecimentos que costumam ficar esquecidos ou silenciados. Este explicitar é uma forma de gerar associações que podem, como relata Lourau (1993), provocar risos, estranhamento e repreensão. “Se a população estudada recebe esta restituição, pode se apropriar de uma parte do *status* do pesquisador, se tornar uma espécie de ‘pesquisador coletivo’ (...) e produzir novas restituições” (p. 56). O lugar socializador da pesquisa se consolida, para o autor, neste movimento que requer co-gestão e co-participação.

A restituição como técnica, neste caso, é propulsora da auto-análise; em geral, as populações não se apropriam do direito à restituição, o que lhes poderia trazer ampliação em seu processo de conhecimento. Um projeto de sociedade democrática deve prever tais movimentos de circulação do poder-saber, que prescindem de olhares – e fazeres – micro, para que sejam contempladas as especificidades culturais, econômicas, históricas: os diferentes modos de subjetivação.

Tais considerações encaminham para o conceito de *implicação*. Este pretende opor-se à pretensa neutralidade analítica e ao cientificismo considerado ultrapassado; o observador sempre está implicado em seu campo de observação. Mais do que levar em conta, será necessário tomar estes elementos que sua intenção e presença produzem, para a reflexão; por isso, falamos em análise da implicação, que exige decifrar o saber que é conscientemente dissimulado, e o não saber que inconscientemente é parte de nossas relações.

Para Foucault (1998), é importante considerar o saber entendido como materialidade, prática, acontecimento, como a peça de um dispositivo político que se articula com a estrutura econômica. Neste caso, as políticas públicas e demais organizações sociais demandam uma análise a respeito do que produzem na publicidade das redes.

Neste itinerário, a análise institucional propõe a fusão dos saberes locais, não legitimados pelo discurso unificado das ciências, aos saberes considerados eruditos, qualificados e hierarquicamente dispostos. Uma parcela dos conteúdos históricos fica submersa pelo discurso formalmente sistematizado, instituído, sem que apareçam as lutas e a memória dos enfrentamentos instituintes, ocorridos ao longo da história. Lourau (1975), ao indicar que o sistema de referência da análise institucional é o conjunto das instituições, acentua que a transversalidade poderá ser o meio de recuperar os conhecimentos referentes ao próprio meio em que se vive.

Deparamo-nos neste momento, novamente com o sentido de heteronomia, definida por Bauman (2003), como ausência de liberdade, ou restrição dela. Esta é uma situação em que ocorre o cumprimento de regras e comandos impostos por outros, sendo que se age na *condição de agenciamentos* e por vontade de outro. Tal estado impede que os agentes, ou cidadãos, tomem decisões, pois têm seus comportamentos guiados. No entanto, a autonomia pertence a todas as sociedades e são elas que criam suas instituições, as conservam e acatam – raramente assumirão claramente este fato. Mas o autor prefere que não se divida as sociedades entre autônomas e heterônomas, e sim “em autônomas *an sich* [em si] e autônomas *für sich* [para si]. A diferença entre os dois tipos de sociedade é a diferença entre a presença e ausência da *consciência* de autonomia e o grau em que se *institucionalizou*²⁴ essa consciência no funcionamento cotidiano da

²⁴ Grifos do autor.

sociedade” (p. 86). Ênfatizo a congruência com os conceitos de auto-análise e autogestão da Análise Institucional que pretendem a transversalização, isto é, a visibilidade da incidência das instituições e a co-responsabilização enquanto coletivo.

Na proposição de Bauman (2003), a consequência de ser autônomo – isto é, conscientemente autônomo – é a consciência de que as instituições da sociedade poderiam ser diferentes, talvez melhores do que são, de modo que nenhuma das instituições existentes, por mais antiga ou venerável, pode pretender estar imune à análise, reexame, crítica e reavaliação. Ser autônomo *für sich* significa estar consciente da historicidade social, mas acima de tudo de sua contínua e perpétua historicidade” (p. 87). Toda esta concepção exige um esforço conjunto e é, necessariamente, processo implementado e vivido pelo sujeito na coletividade.

A questão que venho desenvolvendo aqui foi provocada por interrogações sobre que efeitos produz uma organização social que propõe uma concepção como a de *rede*. Esmiuçarei o objeto redes localizando suas formas de expansão, alternando posições de observador e de observado.

Os registros obtidos assumem-se como *analísadores* dos sentidos que a rede comporta para as crianças e os adolescentes, foco desta tese. Nesta direção, algumas interrogações podem trazer um sentido analítico para que a própria rede produza análise como: Mapear como a noção de rede se apresenta historicamente e na Psicologia, inclusive através de outros vocábulos, ao longo do século XX até a atualidade; examinar como se configura a insistência do propósito de se trabalhar em rede em praticamente todas as novas políticas públicas em um sistema econômica e politicamente neoliberal; analisar porque ocorre a frágil efetivação de propostas em rede voltadas para a infância e adolescência.

Considerando que a pesquisa qualitativa tem sua fonte no ambiente natural onde os sujeitos se encontram, e é onde se produzem cristalizações de sentidos em determinado momento histórico, realço que esta abordagem é orientada para o processo e seus significados, acompanhando como estas cristalizações tornam-se uma verdade, e não se prestam para a comprovação ou generalização de dados.

Confirma-se, desta maneira, que a expressão dos sujeitos está profundamente ligada à forma como a situação de pesquisa se configurou e, conseqüentemente, o clima dialógico que se estabeleceu durante sua participação na pesquisa. Tendo em vista estas vicissitudes, Scarparo (2000) aponta que “um grande desafio do estudo da subjetividade é que não temos acesso de forma direta, mas apenas por meio dos sujeitos em que aparece constituída de forma diferenciada” (p. 81).

Esta situação indica que os elementos relevantes da constituição subjetiva dos sujeitos se expressam de modo singular. Toma-se como essencial o modo das pessoas manifestarem espontaneamente o que consideram importante para elas, bem como o que pensam a respeito de suas ações e também as de outros (Bauer, Gaskell & Allum, 2003). Por esta razão, é fundamental que os recursos de pesquisa não imponham restrições ou direcionamentos, contemplando a possibilidade de interação e de conversação. Isto, sem dúvida, se distingue da suposta objetividade dos enfoques positivistas.

5.2 Um Recorte do Contexto e da História dos Participantes Crianças e Adolescentes

Na elaboração da questão que fez emergir a construção desta tese, cabe lembrar os múltiplos atravessamentos que perpassam a concepção de redes. Devido ao contato

com crianças e adolescentes na trajetória profissional e, mais especificamente, na extensão universitária, por mais de seis anos, delinheio este campo no tempo e no espaço, considerando a importância de tal acompanhamento junto às atividades voltadas para este estudo.

O trabalho de extensão se inicia na comunidade, designada como vila, em 1995, a partir da constatação de que muitas (8,7%) crianças e adolescentes que realizavam trabalho infantil pediam esmolas e circulavam no centro da cidade de São Leopoldo. Elas provinham desta localidade, como mostra a pesquisa publicada pelo Programa de Apoio a Meninos e Meninas (PROAME). Os objetivos do estudo estavam centrados no propósito sócio-educativo em meio aberto, previsto pelo ECA.

O Projeto de Extensão, diante destas condições, buscava oferecer espaços lúdicos e educativos com atividades diversificadas, que objetivavam trabalhar com a cultura, a cidadania, os aspectos afetivos, resgatar as histórias dos participantes, da família, do lugar, conhecer e se apropriar do ECA, privilegiando o trabalho grupal, a dialogicidade e a efetiva participação. As atividades eram coordenadas por estudantes dos diferentes cursos de graduação e supervisionadas por professores das áreas de Psicologia, como eu, de Serviço Social e Educação Física.

Houve, neste Projeto de Extensão, uma constante preocupação em articular as propostas curriculares e acadêmicas às políticas públicas voltadas à infância e adolescência, nacionalmente vigentes desde 1990. No entanto, historicamente o município era visivelmente omissor em relação à planificação e execução de qualquer cuidado neste setor.

Ao mesmo tempo, por tratar-se de um município do eixo coureiro-calçadista, a economia e a mão-de-obra estiveram sempre ligadas a este mercado que tanto empregava

operários, como contratava serviços que envolviam o trabalho infantil. Isto causou a migração de pessoas vindas de outros municípios e, inclusive, de outros estados, para a região, como contou a mãe de um menino participante do projeto: “Vim com minha mãe, meu padrasto e meu irmão. Daí eu comecei a trabalhar logo em uma fábrica de calçado. Sim, na colônia, o pequeno não tem chance lá fora”.

Utilizo a referência a este tipo de trabalho no passado verbal, por ter sido acompanhado de um forte declínio e crise do setor, na década de 90, que trouxe como decorrência o desemprego, constituindo, nesta época, um agravamento dos problemas sociais nos municípios atingidos. Alguns dos fatores como concorrência internacional, política econômica, interesses comerciais, conflitos partidários e falta de investimentos, são levantados como causas da crise que perdura até hoje.

Nesta comunidade, muitas famílias prestavam serviços nestas condições: As crianças e os adolescentes trabalhavam em casa confeccionando partes do calçado. O trançado de calçados denominado *trisset* – muito desvalorizado na remuneração de sua confecção e valorizado na comercialização – é feito tanto por adultos como por crianças que contribuíam com a renda familiar, muitas vezes deixando os estudos e outras atividades, dizendo: “Hoje não posso ir ao Projeto porque tenho que trabalhar” ou “esta semana vou fazer chaveiros”. A remuneração deste ofício sempre correspondeu a baixos salários, para adultos e crianças, além de envolver, em alguns processos, produtos tóxicos como solventes e colas, e ferramentas cortantes.

Na última década, tivemos deste modo, ausência de políticas públicas, aumento considerável do desemprego que se acentua na região – em relação ao país por suas especificidades – e o crescimento desordenado da cidade. Com isso, intensifica-se o processo de *desafiliação* principalmente junto às populações em situação de maior

vulnerabilidade social como no caso da infância, adolescência e juventude. Hoje, mais do que o trabalho mal remunerado, se põe à vista o desemprego.

As crianças e os adolescentes que fizeram parte deste estudo situam-se neste contexto. A defasagem escolar, repetência, evasão, falta de escuta, as carências afetivas, a carência econômica, o adoecimento e a violência, estão presentes na vida de muitas delas, conforme levantamentos realizados.

Considerado o período até o final do ano de 2005, a escola na qual estão vinculadas carece de condições em sua infra-estrutura para representar um diferencial na vida de seus estudantes. Há precariedade no espaço físico, constante e prolongada falta de professores, uma equipe diretiva e pedagógica restrita sem profissionais para o acompanhamento e escassa capacitação docente por parte dos órgãos responsáveis, não há acesso à informática para seus alunos, além de violência que vai desde agressões até o porte de armas e de drogas por parte de alunos. A mãe de um participante relata: “Não fico sossegada enquanto ele está na escola porque tem muita violência lá, e eles não dão conta”. A situação de violência é freqüentemente apontada como relevante fator de evasão escolar, de rotatividade de professores e de faltas à escola pelo receio dos pais de que seus filhos sofram agressões quando há brigas entre gangues.

Sendo esta uma escola de 1ª a 8ª séries, a educação infantil, prevista pela primeira vez no Brasil na Lei de Diretrizes e Bases (LDB 1996), é oferecida na vila, através de uma creche comunitária que possui convênio com a prefeitura; atende a uma parcela mínima de crianças, havendo sempre uma extensa lista de espera para novas matrículas. Não há pré-escola para crianças de 4 a 6 anos, ainda que o ECA, no artigo 53, preveja o direito à educação para crianças de 0 a 6 anos de idade como responsabilidade do Estado.

O ingresso da maior parte das crianças nesta escola, para a 1ª série, é direto, sem terem passado pela educação infantil. Em um trabalho de acompanhamento dos processos de ensino-aprendizagem junto às séries iniciais, realizado no Projeto de Extensão em parceria com a escola e com familiares, observaram-se graves dificuldades no processo de alfabetização, que remetem a este conjunto de circunstâncias.

A Unidade Básica de Saúde (UBS) igualmente apresenta condições físicas ruins, com falta e ausência de profissionais, falta de equipamentos e medicamentos de acordo com o que necessitaria, diante das demandas desta população. “Vou direto ao postão, porque aqui é muito difícil de conseguir atendimento”, diz outra mãe. Além disto, não há serviços para crianças que realizem atendimentos em saúde mental, exceto em um projeto de extensão universitária.

O direito ao lazer está comprometido quanto ao acesso a bens públicos que ofereçam cultura, esporte e lazer. “Eu faço o serviço de casa, depois jogo bola na rua”, conta uma participante; não há praça, canchas para esporte ou qualquer outro tipo de local adequado para o convívio comunitário. As igrejas de diferentes orientações religiosas são um dos poucos espaços de encontro, juntamente com a Associação de Moradores, em precárias condições, que também sediava o Projeto de Extensão. Outros aspectos, geradores de exclusão social também verificados são, moradia, falta de saneamento, desemprego, falta de segurança, precariedade na coleta e separação de lixo.

Para os objetivos desta tese, busquei aqui traçar uma rede partindo de um recorte topológico, mais cotidiano, por onde as pessoas, especialmente crianças e adolescentes, circulam. Considerando isto, a rede aqui referida é vislumbrada como decorrência da articulação de políticas públicas que envolvem alguns dos direitos fundamentais do ECA, nas áreas como saúde, educação, convívio familiar e social, largamente apontados nas fichas cadastrais de acompanhamento

5.3 Os Procedimentos Metodológicos

As crianças/adolescentes integrantes do projeto de extensão receberam um convite, aqueles que confirmaram presença receberam os Termos de Consentimento Esclarecido (Anexo 1) que foram assinados pelos pais ou responsáveis, com autorização para filmagens: som e imagem.

Os critérios que nortearam a escolha das pessoas para participarem dos grupos e das entrevistas referem-se ao foco temático do estudo, propiciando uma variedade delimitada no tempo e no espaço: Crianças e adolescentes vinculadas a um projeto de extensão universitária.

Os participantes foram 20 adolescentes, meninos e meninas de 10 a 18 anos – crianças e adolescentes, conforme o ECA – e o contato entre estas, os estagiários do projeto de extensão e eu foi de receptividade, por haver uma história prévia de proximidade com o trabalho de extensão acadêmica. A escolha desta faixa etária foi em função dos objetivos da tese direcionados para a infância e adolescência, e a escolha dos procedimentos deveu-se à possibilidade de comunicarem-se através de desenhos, conversação, escrita e elaboração de painéis coletivos ilustrados, visando que o material se tornasse acessível para a análise, bem como a importância deste momento de vida considerado como de vulnerabilidade.

Este grupo de crianças e adolescentes encontra-se semanalmente nas oficinas do Projeto. Foi selecionado para esta tese o registro de três encontros grupais, e as respostas escritas e gravadas de questionários abertos.

Grupos focais e entrevistas foram instrumentos para a obtenção do material, incluindo nestes, atividades diversificadas que consistiram em elaborar redes de relações, painéis coletivos, assistir o vídeo.

No primeiro encontro, todo filmado, para a elaboração da rede de relações foi proposto por mim que desenhassem individualmente e/ou escrevessem (Anexo 4) em uma folha A4, dois estagiários do projeto de extensão acompanharam as três atividades. O desenho partiria de si, como observador, o que lembravam e como representavam as três situações: educação, saúde e relacionamentos. Cada uma, seguida da pergunta, a quem ou quem recorreriam em caso de dificuldades e se precisassem de ajuda: e em cada uma a quem ou que. Estes pequenos desenhos formaram um maior, semelhante a um mapa, para o qual cada um/uma deu um nome, a atividade foi filmada. Estes mapas foram re-trabalhados para a construção dos seis mosaicos para a pesquisa. Os mosaicos representam o agrupamento por situações, antes mencionadas.

Nos três encontros que ocorreram ao longo do ano de 2005 – o primeiro no primeiro semestre, e os dois últimos no segundo semestre – participaram sem serem separadas por idade 20 crianças e adolescentes, nas atividades de rede de relações, painel coletivo e questionários, e para o encontro de assistir ao vídeo.

As atividades e o acompanhamento das oficinas, o levantamento de situações específicas (a exemplo do Projeto de Acompanhamento dos Processos de Ensino-Aprendizagem já citado), bem como aquelas atividades que são desenvolvidas em função do trabalho sistemático, pertencem ao material complementar para a tese. As propostas durante os três encontros desenvolveram-se de forma coletiva para a elaboração das redes de relações e para assistirem ao vídeo; individual, para os questionários abertos; e em subgrupos, na elaboração de painéis.

Para a análise dos diferentes significados atribuídos pelos participantes do grupo focal para elaboração da rede de relações e das entrevistas, considero que a cartografia permite articular os referenciais teóricos aqui expostos, com os diferentes “registros”, ou seja, criando-se um campo de análise que compreende a emergência e a gênese teórica, e a gênese social da concepção de redes para os participantes. Neste caso, entende-se que os sujeitos falam da perspectiva em que se encontram em determinado lugar de suas *redes de relações* concretas, oferecendo uma ordem simbólica destas.

O grupo focal tem como objetivo conhecer o que os participantes manifestariam a respeito do tema de diferentes modos, como menciona VÍctora (2000). Na preparação do encontro, foram elaboradas atividades que facilitassem os modos de expressão, além da verbal, levando em conta a variada faixa etária (10 a 18 anos).

O levantamento do material constou ainda, dos cadastros como material documental complementar: material obtido ao longo dos anos, através de visitas domiciliares, do preenchimento de fichas com dados familiares e da criança/adolescente; e diários de campo realizados como parte das atividades do Projeto de Extensão desde 1995.

No conjunto deste registro, bem como em pesquisa realizada, constam informações como, a situação escolar em que se verifica defasagem entre a idade e a série cursada, pois muitas crianças são repetentes²⁵; a de abuso e de violência doméstica sofrida pelas crianças e pelos adolescentes; e a extrema precariedade das condições sócio-econômicas das famílias – a maioria tem como fonte de subsistência os Programas Governamentais, de distribuição de renda – acrescentando-se a preocupação com a segurança e a ausência de espaços públicos apropriados para crianças/adolescentes.

²⁵ Evidenciou-se 69% de reprovação escolar entre os 86% que freqüentavam a escola, dado que se aproximou de levantamentos posteriores através dos cadastros do Projeto de Extensão.

6 TRABALHANDO COM A PRODUÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Primeiro Encontro

O primeiro momento, gravado em vídeo (VHS) iniciou com a apresentação de todos nós, crianças/adolescentes, estagiários e eu com um novelo de lã que era passado para cada integrante que se apresentava, formando um emaranhado de lã que ligava a todos. Mencionaram que parecia uma teia, um esconderijo, segurança. Fizemos combinações para este encontro. Foi solicitado que cada participante desenhasse em folha A4, como imagina as referências importantes ligadas aos estudos, à saúde e aos relacionamentos afetivos, e a quem recorreria em momentos de maior necessidade, colocando-se como observador, ou seja, a partir de seu olhar, construindo uma rede de relações.

No seguimento, solicitou-se que cada um/uma escolhesse um nome para este desenho (Anexo 3), fazendo comentários sobre o trabalho. As redes de relações sociais são construções abstratas que o pesquisador elege a partir de seu foco. Como define VÍCTORA (2000), “são um conjunto específico de vínculos entre um conjunto específico de pessoas, e as características desse conjunto podem ser usadas para interpretar o comportamento social das pessoas envolvidas” (p. 68). Podem expressar o intercâmbio,

a organização, as formas de troca, gerando um mapa descritivo em aberto, diferente de outros instrumentos que medem a rede de apoio e a rede social em graus.

No mesmo encontro, para os painéis coletivos, as crianças/adolescentes dividiram-se em quatro subgrupos. Disponibilizou-se giz de cera colorido e papel pardo para que desenhassem e/ou escrevessem as mesmas questões abordadas na atividade individual, após conversarem em seus grupos. Apresentaram todos os painéis; esta elaboração foi gravada nos subgrupos, e reapresentada para eles no último encontro.

Segundo Encontro

O segundo momento constituiu-se da aplicação de um questionário individual (Anexo 2) com perguntas abertas, que eles responderam por escrito; verbalmente, sendo gravado. Para o desenho a consigna foi: *“Como são, para você, as relações com e entre as pessoas e lugares?”*.

Os questionários com perguntas abertas foram utilizados após terem sido realizadas quatro entrevistas, em que observamos que o material das respostas estava restrito às perguntas.

A elaboração de desenhos, para Víctora (2000), é uma técnica de pesquisa qualitativa adequada para ampliar os vínculos e a comunicação, e pode ser assemelhada às técnicas projetivas. O objetivo deste recurso aqui foi o de complementar a rede de relações junto aos demais materiais produzidos.

Este segundo encontro teve a expectativa de conhecer as vicissitudes do cotidiano, como seus afazeres, relacionamentos, acontecimentos importantes, dificuldades, contribuições, lugares, projetos e desejos.

Posteriormente, foi proposto que realizassem, em grupos de quatro a cinco integrantes um painel que expressasse as referências e relações que se produzem no âmbito da escola, da saúde e dos relacionamentos. Neste momento, houve bastante troca de impressões e conversas.

Terceiro Encontro

O terceiro momento ocorreu algumas semanas depois, em uma oficina que incluía assistir a um vídeo. Também assistiram ao vídeo do encontro anterior em que realizaram os painéis, como fora combinado. Esta ocasião também foi filmada – eles assistirem a si trabalhando nos desenhos e painéis – para que fosse possível registrarmos um momento descontraído, em termos de falas e expressões.

Os três encontros foram preparados conforme os emergentes grupais, como o pedido dos meninos e meninas para assistirem ao vídeo da primeira atividade realizada, tornando-se este um analisador. Desta forma, eles manifestaram o desejo de ver-se e, com isto, estabeleceram nova possibilidade de encontro. A diversidade de procedimentos foi imprescindível e fez-se necessária para que se criassem vias de acesso pelas quais os participantes se encontrassem em situação de interatividade, favorecendo, nestes encontros, uma produção espontânea, ou seja, material produzido livremente, já que perpassado pelo lúdico. Além disto, por eu considerar o pluralismo metodológico, em termos de técnicas e procedimentos, como uma prerrogativa importante, nesta pesquisa, para a apreensão adequada das redes como processos sociais.

Os momentos tanto em grupo como individualmente foram registrados, visando a obter imagens e textos para posterior compreensão através da cartografia. O registro

através de gravações formalizou-se a partir da transcrição das fitas, tanto VHS, DVD, como K7.

Por fim, efetuei a análise prévia e as escolhas daquilo que é relevante. Como mostra Myers (2003), as “decisões práticas na metodologia da pesquisa estão estreitamente ligadas a pressupostos teóricos.” (p. 277). Construir uma rede grupal com um novelo de lã, como foi a nossa primeira proposta de trabalho para a pesquisa, criar o *Mapa da Minha Vida* ou o *Mapa do Destino*, desenhar individualmente, pintar coletivamente painéis no chão, gravar, filmar, ouvir-se e ver-se – cabe registrar que estes momentos foram vivenciados com muita alegria e disposição pelos participantes, oferecendo-nos o critério de espontaneidade.

6.1 A Análise Através das Imagens Topológicas, de Sociabilidade e Analítico-Institucionais

Ao expor a problematização das redes, formulo uma articulação que interliga a concepção de redes à Psicologia Social, a políticas públicas e à infância e adolescência, buscando decompô-la, como Lourau propõe, à luz da análise institucional. A cartografia é um princípio metodológico proposto por Deleuze e Guattari (1977) e propõe-se a ser repetido coerente com a natureza criativa do rizoma, por acompanhar seus movimentos e ser aberto.

Tendo em vista a proposição de Maturana (2002) de que “o humano é vivido no conversar, no entrelaçamento do linguajar e do emocionar que é o conversar” (p. 121), partilharei de conceitos do autor que conduzirão a leitura do material produzido pelas

crianças e pelos adolescentes, atribuindo-lhes os lugares de observador: Que lugar é atribuído ao outro, e de que lugar vê sua pertença na comunidade.

“Além disso, o humano se vive em redes de conversações que constituem culturas, e também se vive nos modos de vida que as culturas constituem como dimensões relacionais, que descrevemos como dimensões psíquicas, espirituais ou mentais” (Maturana, 2002, p. 121). O que somos como seres humanos, somos no conversar, e estamos livres quando podemos refletir e mudar, tanto o conversar, como o ser.

O autor parte de uma reflexão epistemológica, outorgando à linguagem um papel essencial, pois através dela torna-se possível explicar o que conhecemos. Não explicar na linguagem uma experiência, é mantê-la inexistente. Contudo, o autor faz uma distinção entre experiência e explicação. Ao explicar algo, utilizamos a experiência, e o fato em si soma-se à nossa interpretação.

Já a base da ciência é explicar, e “o aspecto principal de uma explicação científica é a proposição de um mecanismo” (Maturana, 2002, p. 55). É importante que “o mecanismo proposto gere não apenas o fenômeno que você quer explicar, mas outros fenômenos que você também pode observar” (Maturana, 2002, p. 55), indicando que, ao selecionar dentre uma diversidade de mecanismos, deposita-se confiança naquele em que percebemos relação com o mundo em que vivemos.

O termo *ciência* primeiramente esteve relacionado a qualquer saber que pudesse ser comprovado através de métodos, alterando-se gradualmente para um sentido mais específico, de um saber que é comprovado por um método próprio, o método científico. Essa mudança teve sua base em duas suposições: de que, com o método, leva-se a uma única interpretação, indiferentemente do observador; e de que esta interpretação está

relacionada com a existência prática. Desta forma, Maturana (2002) defende a construção da ciência e sua ligação com o cotidiano.

Todo ser humano é um observador, sendo que o cientista é aquele que explica o que observa. Este saber se constrói no observar e explicar, o que se realiza na linguagem. Observar na linguagem e diferenciar suas nuances: é assim que o observador acontece, e estas aptidões parecem, conforme o autor, como fato dado, sem que o observador reflita de onde provém tal propriedade. O que diferencia as explicações científicas é a maneira como são validadas, que ele denomina como critério de validação das explicações científicas e aceitabilidade. Quando a ciência aplica esse critério, isto a caracteriza como cognição.

Nesta direção, as ações são consideradas não só como externas em contato com o ambiente. Pensar, refletir, explicar, também são ações, mesmo que aparentemente interiores; fazem parte da dinâmica do ser vivo, de seu sistema nervoso, indiferentemente do campo em que ocorre. Todos os acontecimentos interiores participam do funcionamento do corpo e podem ser diferenciados pelo observador.

Podemos distinguir emoções em nós e nos outros ao observar as ações que se seguem em cada emoção, já que esta faz parte do funcionamento do corpo e diferencia os atos que realizamos em um instante; é o *emocionar*. Logo, as ações se operam em um campo emocional. Quando mudam as emoções, também se alteram os atos, e é preciso estarmos atentos para a emoção que define a ação para compreender as relações humanas.

Maturana (2002) acrescenta que a linguagem e o racional partem do emocional. Aprendemos a dispor das emoções para viver em sociedade. Assim, objetiva-se

coordenar todas as modulações de nossas ações e emoções com nossa linguagem e, ao mudar essas ações e emoções, muda também a linguagem.

Se um ser humano pode observar o sistema social que ele cria com seu comportamento, pode desgostar dele e rejeitá-lo e, assim, tornar-se uma fonte de mudança; mas se ele só pode passar por interações especificadas pelo sistema social que integra, não pode ser um observador dele, e seu comportamento pode apenas confirmá-lo (Maturana, 2002, p. 165).

Em concordância com o autor, penso que os sistemas coercitivos velados ou abertos retiram o ser humano do lugar político de observador, reduzindo-lhe a liberdade e a criatividade. Ele destaca que, na relação do observador ouvinte e seu interlocutor, diante de um argumento definitivo, pode haver posição de aceitação desta afirmação sem contradição emocional, ao considerar que *há muitos domínios diferentes da realidade*, podendo ser aceitos ou não, mas que serão válidos. Em oposição, desacordos entre argumentos ou domínios cognitivos podem trazer como consequência, a negação do outro, na relação observador ouvinte e seu interlocutor, incidindo-lhe um lugar de obediência. Outorgar legitimidade a diferentes domínios é reconhecer o outro, possibilitando, assim, um conversar que poderá gerar novos domínios de realidade, ou outros pontos de vista.

O cotidiano mostra-se repleto de situações para as quais sempre há posicionamentos a tomar decorrentes de subjetivações.

Ao mesmo tempo, ao fluir nosso emocionar num curso que é o resultado de nossa história de convivência dentro e fora da linguagem, mudamos de domínio de ações e, portanto, muda o nosso curso de linguajar e de nosso raciocinar. A esse fluir entrelaçado de linguajar e emocionar eu chamo conversar,

e chamo conversação o fluir, no conversar, em uma rede particular de linguajar e emocionar (Maturana, 2002, p. 172).

Desta forma, existimos na linguagem por sermos seres humanos, e nossa interação com o outro se dá através dela. Maturana (2001) também afirma que a linguagem não é um “sistema de operação com símbolos abstratos na comunicação” (p. 131); os sinais não existem antes da linguagem, e sim a partir dela, com diferenciações feitas pelo observador em sua trajetória histórica. O observador realiza distinções que se encontram na práxis de seu viver, o que é assimilado pela corporalidade, e esta se expressa nas ações.

O que o observador percebe que é teor do linguajar é a diferenciação na linguagem das relações de um processo em uma rede de linguagem. Não só existimos na linguagem, como também no fluxo de nossas maneiras distintas de conversações, nos diferentes modos de agir, determinado por uma maneira própria de confirmação.

Sob esta ótica, a ciência também é considerada uma rede de conversações. Para caracterizar-se como um *domínio cognitivo*, compõe-se de confirmações científicas embasadas de experiências comprovadas pelos observadores que delas se utilizam com critério de validação próprio. Todos os domínios cognitivos se compõem desta forma.

O conhecimento científico deve ser legitimado apenas em seu meio, onde os observadores se utilizam do mesmo tipo de análise, e não de modo total. A ciência também não difere de outros domínios quando falamos em “universalidade e objetividade”, já que são conceitos próprios de cada âmbito, assim como as ações e experiências do observador são próprias. O observador-cientista a que Maturana (2001) se refere denominarei, acompanhando Maraschin (2004), como pesquisador.

Ao formular as indagações, enquanto pesquisador e pesquisadora, não nos distanciamos de nossa emoção, pois mudamos, pensamos, experimentamos e perguntamos movidos por nossa emoção. A ciência igualmente segue através uma *rede de conversações*, produzida por nossa linguagem e emoção, sendo que as indagações não são externas a nós. A este processo que envolve tal complexidade de aspectos, colocando-os em análise, chamarei, através do Institucionalismo, de *análise de implicação*.

Deste modo, segundo Maturana (2001), as noções de progresso, responsabilidade social e ética, não definem a ciência como domínio cognitivo, e sim pertencem às ações humanas em geral. Somos constituídos por diversas emoções e linguagens sucessivas na interação com outras pessoas enquanto observadores. Progresso se caracteriza por atitudes que pensamos serem boas para todos; responsabilidade social é a capacidade de responder ou não pelos nossos atos; e ética, a preocupação com as conseqüências de nossos atos para a vida de outras pessoas que convivem conosco.

O deslocamento da ciência se dá nas alterações dos questionamentos realizados pelo pesquisador, que também se altera conforme sua prática de trabalho, assim como a “corporalidade” e a linguagem se alteram reciprocamente, tornando-se o teórico e o prático ligados nas ações do pesquisador, ou seja, na rede de interações que estabelece.

Com Lourau (2000), enfatizamos que “este proceso de analisis de nuestras implicaciones no está muy extendido en las ciencias sociales, incluyendo la psicología social y la psicoanálisis”²⁶ (p. 303). Refiro-me à análise de minha implicação na temática que nasce de uma vivência movida por inquietações diante da ineficácia das redes. Propagadas pelas políticas públicas, encontram-se burocratizadas. O debate sobre a

²⁶ Tradução livre: “Este processo de análise das nossas implicações não está muito contemplado nas ciências sociais, incluindo a psicologia social e a psicanálise”.

concepção é escasso, mesmo na Psicologia Social e, em grande parte, conduzido para a importância das redes ou simplesmente para a sua inoperância.

A análise cartográfica exige absoluta coerência com seu maior preceito que é o de acompanhar processos na medida em que ocorrem, construindo uma elucidação de modos de subjetivação. Exige, sob este enfoque, que não se realizem interpretações estáticas, nem universalistas, pois se acredita que a existência com suas conexões afetivas e transferenciais não pode ser captada somente por métodos racionalistas, que Guattari (2000) denomina de *racionalismo limitado*, aquele que mantém um desconhecimento de tudo que se apresenta incerto, aleatório e vago. Esta é uma via metodológica da Análise Institucional que, se considerada em seu rigor, supõe uma elaboração singular das condições metodológicas.

Neste trabalho de pesquisa, os conceitos são empregados como ferramentas que lançam luz sobre a gênese, a história e as forças atuantes que configuram determinada situação; no entanto, não basta detalhar o presente. Ao compreender esta trajetória, pode-se depreender as potencialidades ainda adormecidas. Em outras palavras, ao analisarmos, por exemplo, um grupo, saberemos de suas origens, o caminho que tem trilhado, seu alcance, seus limites, e teremos indicativos de como se posiciona frente a outros grupos ou organizações, se busca, ou não, tornar visíveis seus obstáculos sem submeter-se. O que deve ser primordial, para Guattari, (1992), não é chegar um resultado, mas compreender o método cartográfico sendo coexistente com os processos de subjetivação. Ao tomá-lo desta forma, propicia-se a autopoiese²⁷ e a reapropriação dos modos de produção de subjetividade. À dimensão analítico-institucional é atribuído, neste estudo, o movimento cartográfico. Além disso, exige acompanhar e analisar o que Maturana (2002) chama mecanismo e o Institucionalismo de processos de institucionalização.

²⁷ Autopoiese, para Maturana e Varela (1997), é definida como a possibilidade de auto-produção, diferentemente de reprodução.

Em outras palavras, Maturana (2002) dirá que o pesquisador compõe novos olhares, através das alterações produzidas em si mesmo, pela linguagem que mantém e de seu trabalho. As explicações científicas trazem para o pesquisador o âmbito da existência, por aparecer e persistir em nosso meio como seres vivos, retomando que não são verdadeiras – como verdade definitiva – objetivas e imutáveis.

Neste movimento, Maturana (2001) referiu que a ciência não está relacionada ao conceito de verdade; ela é autônoma na maneira de confirmar as explicações científicas, e o conceito de verdade é relativo, pois ao afirmar algo na ciência, trata-se de interpretação.

Nossa construção subjetiva ocorre o tempo todo na linguagem como algo efetivo, como base para fazer ciência, convertendo-se em existência. Assim, a produção da ciência está relacionada à percepção que temos de nossa experiência como pessoas, utilizando considerações na linguagem e, para isso, é fundamental desfazer as separações do objeto. O distanciamento do objeto como dominado justificaria o controle, situando-o como algo distinto de nós mesmos.

Nos esclarecimentos científicos, segundo o autor, o observador expõe uma teoria que explique a experiência cotidiana, não estando fora do real. Mesmo que seja fora do comum, se um “mecanismo” é legitimado pelo método, que conta com a observação e reflexão e se encontra na linguagem, ele entra para o âmbito das ações de nossa prática de vida, na área em que é confirmado.

Nesta tese, a elaboração do *corpus* para a análise contou com a construção de três imagens como recurso metodológico; os pressupostos compostos por uma série de conceitos; e dispositivos, como espaços de conversação, que permitissem reconhecer, no material, sua potência de oferecer sentidos.

6.2 A Construção de Redes de Relações e a Posição de Observador

A tarefa de analisar este material através da rede de relações, com desenhos e escrita, consiste em sistematizá-lo dentro da perspectiva de *posição do observador* quanto ao lugar que cada sujeito ocupa. Todo participante é visto também como um observador e alguém que observa de uma posição. Este lugar provém da convivência, das diferentes redes de conversação que se instituem no cotidiano e que colocam o outro como legítimo outro, partindo da aceitação de si mesmo, como um legítimo si mesmo, ou instauram a negação de si para aceitação passiva do outro.

Por solicitação nossa, seis desenhos partem do observador – criança e jovem – que especificam seus espaços territoriais descrevendo, conforme Maturana (2002), seus componentes através de suas interações mostrando, através de desenhos, o que lhes remete às situações de educação, saúde e relacionamentos.

* Nos desenhos 1 e 2 estão indicadas as referências – um domínio de descrições – relativas à educação e o que lhes oferece um possível suporte, servindo como referência de apoio. A pergunta era: “Se, naquela situação precisassem recorrer a alguém ou a algum lugar, o que fariam?”.

* Nos desenhos 3 e 4 estão indicadas as referências relativas à saúde, e quem e o que lhes oferece um possível suporte, servindo como referência de apoio.

* Nos desenhos 5 e 6 estão indicadas as referências relativas às relações que vivenciam no cotidiano, e quem e o que lhes oferece um possível suporte, como referência de apoio.

Nos seis mosaicos a seguir, como está especificado, encontraremos o agrupamento dos desenhos por temática. Esta operacionalização permitiu a contextualização da produção do grupo, descrita aqui:

Mosaico 1

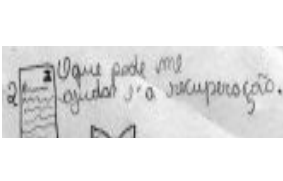
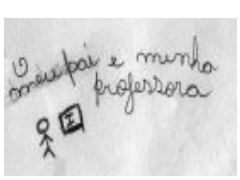
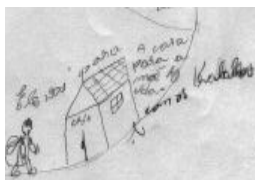
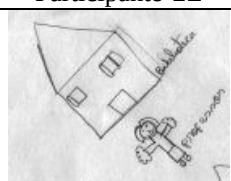
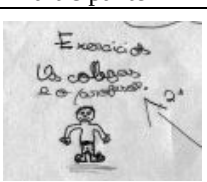
Situação: Estudo/Educação

Participante. 01	Participante 02	Participante 03	Participante 04
Participante 05	Participante 06	Participante 07	Participante 08
Participante 09	Participante 10	Participante 11	Participante 12
Participante 13	Participante 14	Participante 15	Participante 16
Participante 17	Participante 18	Participante 19	Participante 20

Neste mosaico, estão indicadas as referências – um domínio de descrições – relativas à educação e estudos.

Mosaico 2

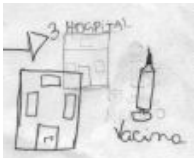
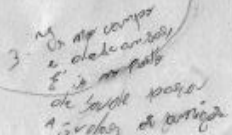
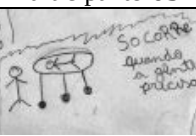
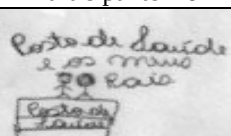
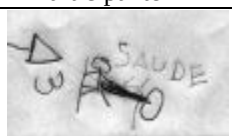
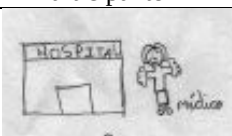
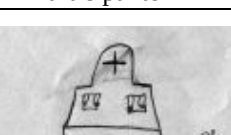
Situação: Estudo/Educação

			
Participante 01	Participante 02	Participante 03	Participante 04
			
Participante 05	Participante 06	Participante 07	Participante 08
			
Participante 09	Participante 10	Participante 11	Participante 12
			
Participante 13	Participante 14	Participante 15	Participante 16
			
Participante 17	Participante 18	Participante 19	Participante 20

O que lhes oferece um possível suporte, servindo como referência de apoio: Se, naquela situação, precisassem recorrer a alguém ou a algum lugar, o que fariam?

Mosaico 3

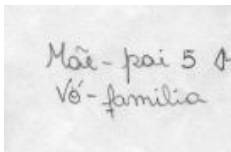
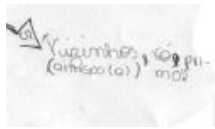
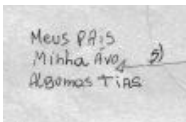
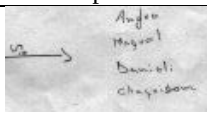
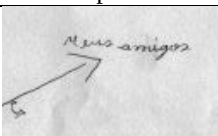
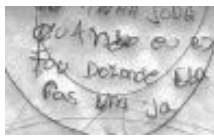
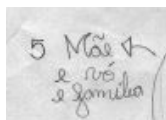
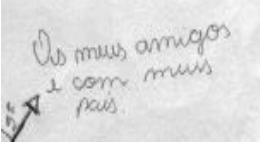
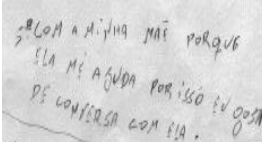
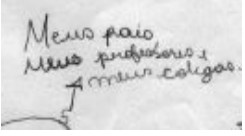
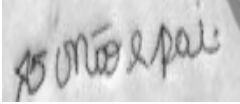
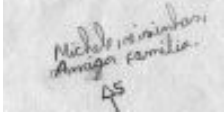
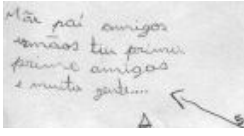
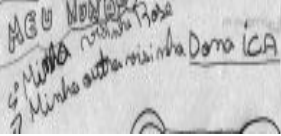
Situação: Saúde

			
Participante 01	Participante 02	Participante 03	Participante 04
			
Participante 05	Participante 06	Participante 07	Participante 08
			
Participante 09	Participante 10	Participante 11	Participante 12
			
Participante 13	Participante 14	Participante 15	Participante 16
			
Participante 17	Participante 18	Participante 19	Participante 20

Neste mosaico, estão indicadas as referências – um domínio de descrições – relativas à saúde

Mosaico 5

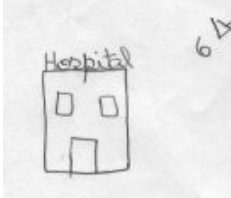
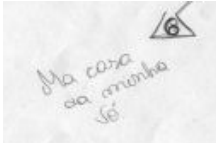
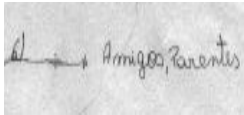
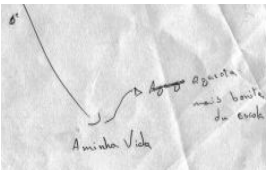
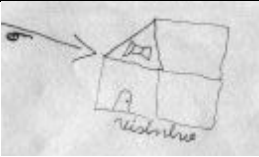
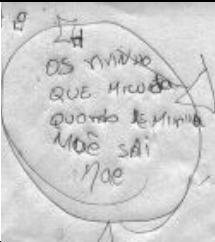
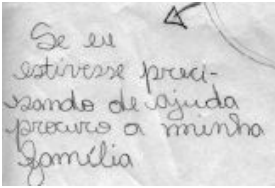
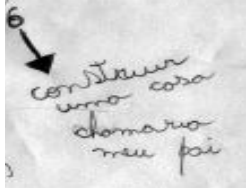
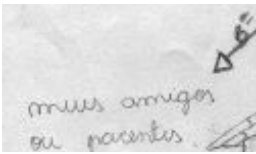
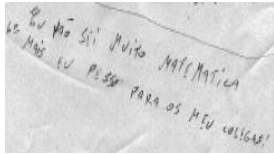
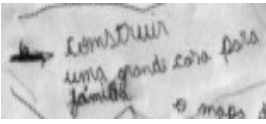
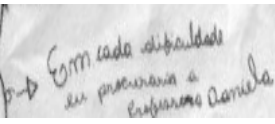
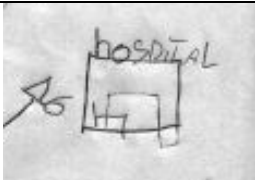
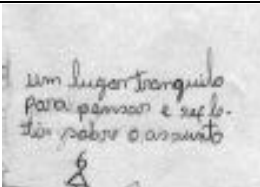
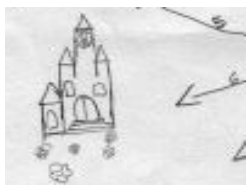
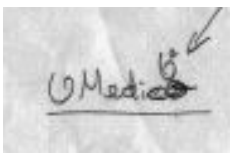
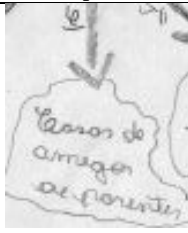
Situação: Relacionamentos

			
Participante 01	Participante 02	Participante 03	Participante 04
			
Participante 05	Participante 06	Participante 07	Participante 08
			XXX
Participante 09	Participante 10	Participante 11	Participante 12
			
Participante 13	Participante 14	Participante 15	Participante 16
			
Participante 17	Participante 18	Participante 19	Participante 20

Neste mosaico, estão indicadas as referências – um domínio de descrições – relativas às relações que vivenciam no cotidiano.

Mosaico 6

Situação: Relacionamentos/Locais

			
Participante 01	Participante 02	Participante 03	Participante 04
			
Participante 05	Participante 06	Participante 07	Participante 08
			xxx
Participante 09	Participante 10	Participante 11	Participante 12
			
Participante 13	Participante 14	Participante 15	Participante 16
			
Participante 17	Participante 18	Participante 19	Participante 20

Quem e o que lhes oferece um possível suporte, como referência de apoio.

As divisões foram delineadas para dar especificidade às formas de compreender as redes através das imagens de redes topológicas, redes de sociabilidade e rede na dimensão analítico-institucional. Esta última pretende oferecer-se como um diferente ângulo de um espectro, lembrando que a criança/adolescente encontra-se na posição de observador, ou seja, como registra sua pertença nestas redes propostas.

Estas três dimensões – educação, saúde, e relacionamentos – foram escolhidas a partir de direitos fundamentais da criança e adolescente contidos no ECA, e para as quais está prevista, em diferentes graus, uma rede de atenção, apoio e assistência, com mecanismos governamentais e não-governamentais convergindo para os mesmos.

Para trabalhar simultaneamente a) a rede de conversações de cada participante em sua coexistência comunitária; e b) os elementos que o observador considera como fonte de seu repertório de referências, proponho a leitura do material objetivando uma tradução do entrelaçamento do linguajar e do emocionar. Ou seja, parto do pressuposto de que as grafias adquirem sentido ao serem movidas por emoções. Assim, cada desenho pode ser visto como um pequeno nó, para onde confluíram ação e emoção constituídas na rede de interações na qual a criança/adolescente participa.

Nos desenhos individuais, é perceptível uma articulação entre instâncias e pessoas que se efetua em uma micro-rede. Instantaneamente as micro-redes constituem complexas redes.

Como acompanhamos nos mosaicos, na situação *educação* (1 e 2), estão ilustrados objetos, frases e desenhos de espaços físicos destinados aos estudos. Apareceram mochila, cadernos, lápis, borracha, livros, tesourinha, lanche, pé com chuteiras e bola, uma classe com um ou uma jovem, uma sala de aula com classes,

quadro, mesa de professor e sem pessoas, um ou uma jovem caminhando para a escola, prédio da escola.

Têm, como referências, em caso de necessitarem auxílio ou apoio na situação educação (2), professora ou professor e família, biblioteca, exercícios, colegas, pessoa escrevendo ou estudando, a recuperação escolar, caderno, diretora, meu colega, professora com uma prova, um computador, pai e professora, livro de matemática, a escola, para casa para a mãe ajudar, os pais.

Chamo a atenção para as redes topológicas que dão sustentação para o encontro entre pessoas, e as mais destacadas são: escola, biblioteca, hospital, igreja e posto de saúde. Fundamental é lembrar que o sentimento de pertença como ser humano se origina dos laços e do reconhecimento pelo outro. Assim, temos mais pessoas retratadas e nomeadas nos desenhos (2), o que, de alguma forma, convoca as imagens de sociabilidade.

Para a compreensão do material em uma perspectiva coletiva, realizei um recorte de cada desenho em sua temática, para que acompanhássemos o conjunto de referências dos sujeitos para uma determinada situação e, lançando mão da rede *para* análise, verificamos quão instituído está o lugar da educação. É como se estudar fosse restrito ao espaço escolar. Abrindo o foco da imagem analítico-institucional, pinçamos o atravessamento predominante da escola formal. Até mesmo as vivências no projeto de extensão, que têm propósito educativo, não são mencionadas.

Na situação *saúde* (3 e 4), retrataram uma pessoa segurando outra, um prédio como posto de saúde, posto de saúde e os pais, prédio do hospital, uma pessoa e outra na maca, reunião de agentes de saúde, vacinas, médico e maca com pessoa. Destes, se sobressaem os desenhos (3) representando hospitais e médicos como saúde; outros, o

posto, ou unidades básicas de saúde. Foram incluídos os pais; também “ir ao campo e descansar” significa saúde.

O posto, ou Unidade Básica de Saúde, é referido muitas vezes estabelecendo-se como rede topológica, potencialmente *instituinte*. No entanto, denota funcionar em seu avesso, pois oferece baixa resolutividade em seu propósito de consolidar o fácil acesso ao atendimento básico em saúde – para os atendimentos que demandam maiores recursos deve haver o encaminhamento para serviços chamados de maior complexidade, tal fluxo operando em rede: “Aqui não dá, vou direto ao Postão” e “aqui tem muita fila, o atendimento é ruim” são falas que remetem às redes de sociabilidade, constatando-se ali falhas que interrompem qualquer conexão ao inviabilizarem, inclusive, o posicionamento dos sujeitos. Despotencializados, vêem-se na construção de um domínio de realidade que pode se configurar como auto-negação.

Quanto a referências a quem recorreriam na situação saúde (4), estão escritos ou desenhados: mãe, avó, médico, “quem cuida da minha saúde é eu, mas em primeiro lugar é Deus”, um anjo, família. Praticamente a metade registra a mãe, a avó e a vizinha como referência e, em seguida, aparece o médico.

Na situação *relacionamentos* (5 e 6) – pessoas mais próximas – os desenhos (5) mostram mãe, pai, amigos, irmãos, tios, primos e “muita gente”, pais, professores, colegas, nomes de amigos, avós, vizinhos.

Como principal referência de proximidade, relacionamentos e em caso de solicitar ajuda (6), os desenhos mostram: “um lugar tranquilo para pensar e refletir sobre o assunto”, amigos, parentes, família, casa da avó, vizinha, hospital, casa de amigos ou parentes, igreja, pedir ajuda para os colegas, procuraria a professora.

Toda a rede de conversações, como o material produzido pelo grupo de crianças/adolescentes, quando examinado a partir de outra perspectiva, que não unicamente a constatação de seus instituídos, pode trazer diferentes interpretações. Neste caso (6) as redes de sociabilidade têm maior relevo, suprem muitas vezes as falhas dos diferentes sistemas formalizados e, conseqüentemente podem encontrar-se sobrecarregadas. Ou seja, as famílias em função de sua situação sócio-econômica incerta e frágil têm direito, conforme o ECA no Capítulo III – Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária em seu artigo 23, parágrafo único, podem contar com a inserção em programas oficiais de auxílio.

Cabe ponderar se este encaminhamento demarca uma circunstância atípica para que se restabeleça a emancipação ou, se institui a sujeição da família ao Estado. Nesta última posição teríamos uma rede topológica saturada – como se observa nas filas, listas de espera, demandas reprimidas – sem que se efetue o exercício da reflexão, na dimensão analítico-institucional, do que a própria rede produz.

3. 6.2.1 Painéis: Uma Confecção em Rede

Ao longo da confecção de painéis realizados coletivamente que retratassem as referências nas situações educação, saúde e relacionamentos, através de desenhos e escrita, as falas de dois subgrupos foram gravadas. Estas, transcritas, nos aproximam de como se posicionam, percebendo-se na rede, e como percebem o outro – as imagens como projeções de um lugar ocupado.

Vive-se como ser humano participando, ao mesmo tempo e sucessivamente, de muitas conversações, como afirma Maturana (2002). “Nossa existência comunitária efetiva se move na medida em que a frente mutável de uma rede de conversações na qual

diferentes coordenações de ações presentes e futuras imbricadas se entrelaçam com diferentes fluxos emocionais consensuais” (p. 284).

Estas redes ganham especificidades em seu teor nos diferentes sistemas de coexistência, gerando vários tipos de *redes de conversação*. Ele exemplifica, para maior compreensão, algumas das possíveis conversações: De ações presentes e futuras, de queixas e desculpas por acordos desfeitos, de desejos e expectativas, de mando e obediência, de caracterizações, atribuições e avaliações, de expectativas não correspondidas, e de co-inspiração, entre outras que poderiam ser traçadas. Neste percurso de análise, as redes de conversação podem ser tomadas como circuitos perpassados por atravessamentos institucionais, como veremos.

No primeiro grupo – transcrição da gravação durante a realização do painel coletivo

A saúde vinculada à idéia de “eu vou fazer um hospital... vou fazer uma cama aqui que é do hospital” traz a imagem do observador que está atrelada à imagem topológica, o local de tratamento. Saúde, em geral, é igualada à doença, sendo esta última a referência maior. A saúde fica em seu pólo oposto, pois ainda não se constituiu um olhar para ela, e sim para a doença: “eu vou fazer um médico puxando um doente”. Novamente evade a saúde.

Levando em conta que, até o advento do SUS, a saúde era completamente centralizada e não representava um direito de todos, aparece “um médico dando injeção num doente”, e outra fala repete que “tem que desenhar o hospital”. A figura do médico e do hospital revelam a síntese do que as crianças e os adolescentes entendem como saúde e que se encontra cristalizado. “Escreve saúde no hospital e o médico fazendo uma cirurgia”. Este instituído mostra uma força de conservação que coloca a saúde como

instituição em tensão, de um modelo convergente e centralizador para um modelo de saúde integral e em rede de atendimento.

Quanto ao lugar em que se situam como observadores, posicionam-se autorizando-se algumas escolhas: “Eu não quero desenhar; quero escrever”, o que é rebatido com outra posição “todo mundo tem que desenhar”.

Durante o trabalho, não ocorre a simples obediência, ou submetimento ao outro, pois todos continuam participando ativamente; no entanto, a atitude em alguns momentos é autoritária e desqualifica a produção do outro conforme se captou: “O que tu tá fazendo, meu? Apaga isso!” e “ele só estraga, não avacalha”. Este pequeno diálogo traz um laivo de emoção e de individualismo que cessa por instantes a produção conjunta havendo na conversação um entrelaçamento de negação recíproca e de auto-negação, pois correspondem, obedecendo ao pedido do outro, confirmando sua superioridade – mesmo que momentânea. Retomam, perguntando: “Tu consegue fazer um médico fazendo cirurgia?”, “Acho que não”.

Nas imagens de sociabilidade, vemos o oscilar do encontro e desencontro, o que não quer dizer que se interrompam os fluxos, porém percebe-se que são modulados a cada momento nesta relação do pequeno grupo.

A rede na qual se vêem inseridos no âmbito da saúde está circunscrita a uma lógica médico-hospitalocêntrica, significando possível delegação hierárquica de poder.

No mesmo grupo, na situação *educação*, as falas são: “Eu vou fazer um computador” e “vou fazer uma professora escrevendo no quadro”. Inclui-se nestas imagens topológicas o instrumento computador, mesmo que estes adolescentes não o encontrem na escola. “Coloca aí do lado uma professora e um quadro”. Mostra que há uma busca por organização, e as coordenações de ações e emoções encaminham o desejo

de alcançar algo em comum, através da conversação de co-inspiração em que prevalecem o respeito e a dignidade mútuos que, neste caso, prioriza o critério de habilidade individual: “Ele desenha a professora porque ele sabe desenhar bem, e eu desenho o quadro” ou “não precisa fazer perfeito”.

“Por que tu não vai fazendo o teclado do computador?”, “por que fazer computador?”, podem ser pensadas como imagens em construção: “No computador, tem que colocar que é estudo”. Esta afirmação tanto pode mostrar que ainda não há clareza a respeito do significado de computador vinculado a estudos, como se pode perceber que um adolescente coloca o outro no lugar de atender a sua solicitação através de conversações que têm como base emocional reclamações e expectativas: “Vai escrevendo aí, senão, não vai dar tempo”, “tu não colocou procurar o médico? Coloca assim, procurar o médico”, “escreve assim: Lugares que eu procuro quando preciso”, ao que o outro responde: “aqui que eu escrevo saúde?”, “É”. “Casa, amigos, vizinhos” são as referências que constaram no painel. Vemos a sua ligação com as imagens topológicas, como a moradia e as pessoas próximas.

No segundo grupo – transcrição da gravação durante a realização do painel coletivo

Iniciam definindo os desenhos para a situação *educação e saúde*: “Oh, aqui a gente faz uma professora e uma biblioteca”, “aqui vai ser o de saúde porque o D. já está desenhando”. Uma pequena rede de interações segue-se quando combinam: “Eu desenho a professora”, “eu desenho a biblioteca”, “eu pinto”, “não! Tu desenhavas a professora e eu a biblioteca, tá?”, “tá, eu adoro, obrigada!”.

Parece estar acordado o conteúdo do que será representado **no desenho**; o que é colocado em questão são as ações, para as quais se posicionam dialogando e buscando as possíveis afinidades.

Na sequência: “Dá oi para o gravador” e “não me filma não, porque ‘ele’ já tá me gravando!”. No diálogo sobre as relações com as pessoas: “É convivência porque é a mesma coisa”, “é relação”, “convivência é a mesma coisa que relação”, “bota entre parênteses a relação”. Escapa um palavrão e a exclamação: “Ai, meu Deus... vão escutar”. O fluxo da atividade é entrecortado pelos sentimentos que a filmagem e a gravação suscitam junto à discussão que se desenrolava.

Riem e falam em tom de brincadeira sobre um casal beijando-se para desenhar a convivência-relação. Cantam: “Tanto faz, é você quem determina, tanto faz, vai de álcool ou gasolina” e “redondo é o sol, redondo é o prazer, eu tenho uma skol”. Mescla-se um *jingle* de propaganda de bebida alcoólica, cerveja, veiculada na televisão. Entre o grupo, uma rede de linguajar se estende e, neste trajeto, se encontram atravessamentos da mídia, que tendem a reproduzir, neste caso, lugares instituídos em que a mulher é vinculada a prazer, sendo o outro visto como ‘objeto’.

Concomitantemente, está disposto em lei, pelo ECA, no art. 79, que revistas e publicações destinadas aos jovens não poderão fazer menção a bebidas alcoólicas. Entretanto, diariamente os diferentes meios de comunicação de massa os divulgam. Neste atravessamento institucional – mídia – se evidencia a contradição, no país, entre legislação e prática cotidiana, denotando que políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes foram de encontro com as políticas da comunicação.

“Tem que escrever, né? Alguém escreve aqui no nosso”, “este casal está discutindo a sua relação que estava quase acabando, daí eles conversaram e vão conviver

juntos novamente”, “por causa dos seus filhos”, “pois tinham os filhos pra criar”. A família, nesta ilustração, se compõe como a família afetiva de hoje, que está centrada no cuidado dos filhos, idealmente reproduzida, pois se sabe que 28% (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) das famílias brasileiras estão sendo ‘chefiadas’ por mulheres. A família diminuta é oriunda do projeto moderno e sobre ela recai a responsabilidade sobre os filhos. As falas seguem: “...e acharam melhor ficar juntos, pois tinham os filhos para criar, e cada criança tem direito a ter uma família e dever de respeitar os pais”. Cabe registrar que estas crianças já tiveram atividades que trabalharam com o ECA e se apropriaram deste pressuposto, posicionando-se. Por outro lado, vemos como atravessamento institucional da família tradicional – o conceito de família não se restringe a pais e filhos, e é amplamente discutido que novas configurações familiares existem junto à tradicional.

Na apresentação dos painéis – transcrição da gravação durante a apresentação dos painéis coletivos

“Sem o estudo ninguém consegue nada no futuro. O estudo é importante para a vida”. A frase dita sobre os estudos remete a um conceito que reproduz a educação como um valor, ao passo que as políticas públicas educacionais se mostram muito aquém para concretizar boa qualidade no ensino. Com “Saúde é muito importante, sem saúde ninguém vive” e “Hospital, saúde”, afirmam a saúde como algo importante, mas imediatamente, também neste grupo, está relacionada a hospital.

Na apresentação do painel, comentam: “A gente botou aqui, que no estudo computador e, na saúde, o médico fazendo cirurgia. Tu aprendendo tudo pelo computador”!

As imagens de redes topológicas e redes de sociabilidade estão imbricadas, há uma intersecção entre saúde e educação. No desenho feito, onde está a tela do computador/educação, aparece uma figura de cirurgia/saúde.

Outro grupo apresenta que “é muito importante cuidar no trânsito... Na escola os alunos, quando saem, é perigoso, os carros pegam e atropelam eles”. Oferecem uma visão de risco e cuidado. A escola situa-se na avenida principal, única via asfaltada, em que carros e ônibus trafegam em alta velocidade. É uma lembrança que explicita uma contextualização e, por sua abrangência, pode levar à dimensão de coletividade.

Outras falas: “é importante cuidar da natureza... porque muita gente corta as árvores, daí os passarinhos não têm como, não tem nenhuma sombra...”; “aqui é sobre poluição” e “é sobre os índios... porque muitos índios já morreram por causa do frio e da alimentação”, denotam a posição de observadores que se posicionam reconhecendo no outro alguém destituído de direitos.

4. 6.2.2 Um Passeio pelo Cotidiano

Na pergunta aberta sobre o que a criança/adolescente faz no seu cotidiano durante a semana, mapeiam-se as relações mais próximas que abarcam os estudos, as tarefas domésticas, o trabalho, a subsistência, as atividades educativas e de lazer, vividas no dia-a-dia: “Lavo louça, faço sapatos, durmo e como”, “jogo bola, estudo, brinco”, “Serviço em casa”, “estudo, limpo a casa, ajudo no jantar, escuto música, danço”, “faço meus serviços e estudo, depois jogo bola na rua” e “toco violão, vendo pão”.

Estes jovens, de 11, 12, 14 anos, respectivamente, assumem compromissos em relação aos afazeres da casa que denotam ajuda e compartilhamento de tarefas com a família, ou assumindo-as quase exclusivamente, como diz uma adolescente de 15 anos:

“Faço tudo o que tiver para fazer dentro de casa. Só a mãe que, de vez em quando, lava a roupa, o resto eu é que faço tudo. Porque eu lavo as minhas... Mas eu faço tudo dentro de casa”. Percebe-se descrições de atribuições que se mostram entrelaçadas emocionalmente com aceitação, rejeição e prazer: “Faço tudo!”.

“Fazer sapatos e vender pão” indica o atravessamento da instituição trabalho, para além dos afazeres domésticos. Surge o trabalho remunerado, que faz o jovem incorporar as feições da vida adulta, também referido pela adolescente: “Do lado da minha casa. Daí eu ganhava e dava cinquenta para a mãe, cinquenta para mim. A mãe ficava feliz comigo porque eu dava dinheiro para ela”.

Cabe lembrar que o fato de não haver educação infantil para a grande maioria das crianças nesta localidade, faz com que a quase totalidade cuide de seus irmãos, de parentes e vizinhos menores se os pais trabalharem, ou mesmo que estes estejam desempregados. Este fato é confirmado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE²⁸ em que, no Rio Grande do Sul, 48,6% das crianças de 4 a 6 anos não está na escola em geral por falta de oferta de escola infantil.

Além disso, 2,1% de crianças/adolescentes de 7 a 14, também no Estado, sendo a média no país de 2,9%, não está na escola, tendo como motivo ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho, “Por aí, eu tinha uns seis ou sete anos e foi eu que criei eles. Quem vê diz que eu sou a mãe deles. Aquela ali, a pequena, perguntaram se eu era a mãe dela! Eu disse que não. Eu sou a tia. Para ir no médico, eu que levo quando precisa. Eles atendem ali. Tudo o que a mãe não pode fazer eu vou e faço. Vou e ajudo”.

Um dos possíveis atravessamentos da família brasileira de outrora traz consigo o lastro de colonialismo, ainda mantido, em que os filhos representam um incremento na

²⁸ Dados do PNAD de 2004 – IBGE. Site para consulta: www.ibge.gov.br

capacidade produtiva do núcleo familiar, como conta uma adolescente: “Eu pediria uma casa. Só uma casa. Que está difícil a coisa ali. Agora com os meus irmãos trabalhando, vai dar para fazer uma para nós”. Necessariamente, partindo da desigualdade de nosso país, estes atravessamentos institucionais se distinguem entre os segmentos da população, pelas diferentes possibilidades de acesso que têm a bens culturais, econômicos, educacionais.

Deste modo, nas camadas sócio-econômicas com maior poder aquisitivo, os filhos são preparados para a inserção em trabalhos que exigem maior qualificação e que são melhor remunerados. Nesta condição, também se produz maior adesão aos modelos sócio-econômicos vigentes e instituídos na sociedade.

Opostamente, nas camadas de baixo poder aquisitivo e com menor acesso aos bens mencionados, convive-se em maior escala com a naturalização da lógica do *mais um* para ajudar a família. Incluímos nisso o aspecto relativo a gênero, em que a grande parte dos cuidados de crianças pequenas fica a cargo de meninas orientadas por suas próprias mães, avós, vizinhas, como disse uma adolescente: “Vou tentar ser professora. Vou tentar. Para mim, acho que não precisava me dar nada. Menos criança para eu cuidar. Porque cansa. Só. Não, enquanto vir criança, deixa vir, eu cuido. Só. Para mim não precisa fazer nada”.

A situação levantada está claramente revelada no filme documentário realizado nos três estados brasileiros Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia, “A Invenção da Infância”²⁹. Registra crianças trabalhadoras de segmentos economicamente pobres, com pouco tempo e espaço para os estudos e o brincar, e crianças com condições econômicas favoráveis que têm nos estudos e cursos preparatórios igualmente uma sobrecarga. No

²⁹ Filme “A Invenção da Infância”, dirigido por Liliana Sulzbach, produzido por M. Schmiedt Produções, 2000.

entanto, ao tomar rumos tão distintos, produzem-se subjetividades que vinculam à cidadania diferentes formas de apropriação desta como um direito.

Quando as crianças referem os acontecimentos mais importantes de suas vidas, elegem situações que indicam a presença do emocional perpassando a práxis do viver: “Ter chegado na 8ª série com a minha vontade e esforço”, “o nascimento de minha sobrinha foi um momento marcante para mim”, “vir no Sapecca”, “eu entrar no Sapecca foi muito importante para mim”, “ganhar o meu computador e conhecer o grupo do Sapecca”. A imagem de sociabilidade está em relevo quando as crianças/adolescentes expressam as interações vividas junto aos outros, “a amizade”, como conversações que se passam em diversos domínios de relações como família, escola, Sapecca. Aparece como importante a vivência em grupos como no caso das oficinas realizadas no projeto de extensão, pois nestas redes de conversação se avistam laços sociais imprescindíveis para a manutenção da filiação.

Retomando Castel (2000), a desfiliação é um processo de sucessivos rompimentos e, se tomarmos estes como interrupções no fluxo das redes de sociabilidade, testemunharemos que, mesmo na presença de redes topológicas, não se efetiva, em grande parte, a proteção. O que significa que assegurar redes materializadas – conselhos tutelares, escola, unidade básica de saúde – e *esperar* que destas resultem vínculos é insuficiente para operacionalizar políticas públicas sociais em rede. Novas coerências podem se constituir ao acompanhar atentamente os meandros dos processos de interação.

Ainda como momentos mais importantes que aparecem na conversação, encontramos marcas de tristeza por perdas de pessoas: “Meu irmão, morreu afogado quando era pequeno”, “o avô morreu, gostava muito dele”. E o registro do enamorar próprio, mas não exclusivo, da adolescência: “quando fiquei com a V.”, “quando eu

conheci o meu amor”, “quando encontrei alguém especial”, “quando fiquei com a primeira guria”.

O aspecto religioso também é contemplado como experiência relevante “eu fui à igreja”. São diferentes rotas que, de modo rizomático, estabelecem processos de subjetivação e que no linguajar ganham um lugar passível de desdobramentos.

No cotidiano, as maiores dificuldades estão referidas quanto à “falta de tempo e espaço”, “muito poucos amigos”, “só os estudos”, “dinheiro e família”, “amigos e estudos”, “dinheiro”, “nas provas”, “os colegas com quem estudo” e “os colegas só implicam botando apelido como quatro-olho”. Aqui podemos recorrer à rede analítico-institucional para efetuar uma análise de demandas, pois as crianças/adolescentes apresentam situações para as quais provavelmente necessitam de auxílio. Que locais ou espaços e que pessoas podem oferecer apoio, escuta, laços afetivos, para que se retomem os fluxos, são interrogações para instalar a reflexão *na* rede – rede que produz análise.

Neste sentido, em suas respostas, as pessoas com as quais mais podem contar são: “Para a minha mãe”, “os professores”, “os pais”, “mãe e professores”, “amigos”. Explicita-se tanto uma rede na qual se configura um lugar de pertença do observador criança/adolescente, que pode e tem a quem recorrer em sua comunidade para estabelecer novas coordenações de ações e emoções, como quando não se percebe inserido em rede alguma: “Para ninguém [pedir ajuda]”, o que denota maior grau de desafiliação.

Na instituição família, destaca-se a mãe como principal referência de proteção, reproduzindo-se o seu lugar instituído de cuidados. O contato com a figura do pai é praticamente nulo no projeto de extensão, o que também é mencionado pelas professoras na escola e pelas agentes de saúde do PSF – Programa de Saúde da Família. Se tocarmos na imagem da rede de sociabilidade, no campo desta pesquisa, veremos mais mulheres,

teremos um maior comprometimento das mulheres, elas atenderão mais facilmente a um chamado. Entretanto, é um dado reconhecido como se fosse natural.

Este modelo instituído de gênero se perpetua em redes de conversação que mantêm pactos em sua coexistência como, por exemplo, no relacionamento conjugal, acreditando tratar-se de acordos legítimos. Nesta micro-rede, o movimento analítico-institucional abrirá espaço para alterar um domínio particular através do exercício da autonomia do observador e da observadora que pode expressar, perante o outro, seus limites e seus desejos. Ao invés de acordos desiguais, mas tácitos, visa-se a acordos construídos sem a auto-negação, que é o que torna legítima a superioridade do outro, isto é, buscar espaços de problematização destes lugares de gênero e de atribuições instituídos histórica e culturalmente para que os sujeitos se apropriem outorgando novos sentidos para a conjugalidade.

A construção de acordos é atravessada por relações de poder que, nas palavras de Foucault (1986), é uma espécie de feixe de relações mais ou menos coordenado. E, sendo um feixe relativamente aberto “...então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações de poder” (p.248). Este pensamento configura a microfísica do poder que se produz nas relações cotidianas, nos corpos, na linguagem, nas relações locais.

Nas pequenas redes de conversação, podemos descobrir a atenção voltada para desejos e expectativas futuras vinculadas às imagens topológicas que identificarei com fatos que denotam, nas palavras de Maturana (2001), um fluir emocional, como projetar-se em determinado lugar social como: “Ser advogado particular”, “eu queria ser médica”, “eu queria ser veterinária”, “ser professora, e minha família ser feliz”, percebe-se um fluir nas conversações enquanto um fluir do emocional.

Este fluir se estende entrelaçado às redes de sociabilidade: “eu queria que parasse com a violência”, “que não haja mais discriminação social e nem racista”, “o que poderia ser diferente aqui era o negócio da droga. Porque aqui é o que mais acontece”.

Encontramos, nestas falas, referências da dimensão de coexistência comunitária que geram *interações recorrentes*, que produzem um modo de vida no qual se dá o linguajar.

Com efeito, as palavras estão carregadas da vivência das crianças e dos adolescentes nesta sociedade: “Casar, ter filhos, me formar em engenharia e ter dinheiro”, “casar de véu e grinalda”. Para o alcance de algumas das expectativas levantadas, atribuem aos estudos um passaporte que pode garantir o acesso a novas perspectivas.

Mencionar os estudos consiste em uma coordenação de ações movidas pelo emocionar, que estão voltadas para um investimento: “terminar o estudo e fazer uma faculdade”, “aprender a ler com a irmã”, “conseguir terminar o ensino médio e conseguir entrar na faculdade”. Chama a atenção a palavra *conseguir* repetida, como que dando ênfase a um esforço. Vemos um maior detalhamento na frase “estudar em uma escola militar, fazer um curso de piloto de caça, daí completar os estudos preparatórios”.

Seguindo a viabilização destas expectativas relatadas, existe uma constelação em torno da qual pessoas e condições podem contribuir ou dificultar sua realização. O que ou quem contribui: “Meu pai e mãe”, “pais, porque querem um futuro melhor para mim”, “minha mãe”, “minha irmã”, “minha tia”, “amigos”, “meu irmão diz para eu comprar uma moto; ele me dá força”.

Há conversações de aprovação e aposta em relação a si mesmo como: “A gente mesmo [contribui]”, “nada [dificulta], porque eu me esforço, e consigo”, “meus pais e a

minha vontade de alcançar meus objetivos”, “ninguém”. Outro percurso pode ser acompanhado, em que é vivida uma interseção de emoções de crédito e descrédito, pois surgem *domínios contraditórios de ações*, como se infere: “pelo meu esforço de estudar, talvez eu consiga”. Não há certeza, como em uma límpida aposta, mas não é descartado que seja possível alcançar as expectativas.

Resposta diferente se encontra em um linguajar próximo do auto-depreciativo (Maturana, 2002): “A burrice” ou “não fui mais à escola”, denotando que isto poderá trazer dificuldades. Ainda pode ocorrer, na fala, uma contextualização de onde se depreende uma mescla de aceitação e frustração e, assim, o que pode trazer obstáculos é: “poderia dificultar a falta de dinheiro”, “a sociedade”, “a própria violência”, “falta de dinheiro”. E a criança/adolescente que provavelmente ainda não considerou estes aspectos em sua configuração particular de linguajar disse: “sei lá”.

Ao recorrermos à imagem topológica, é possível apreender a rede – através da constelação já referida – que emerge nas conversações das crianças/adolescentes abrangendo escola, faculdade, estudos preparatórios e pessoas, mãe, pai, familiares, amigos, que imediatamente nos remetem à imagem de redes de sociabilidade que se forjam no próprio linguajar: “Na sala onde eu estudo, é difícil de ter um relacionamento certo porque eles não respeitam os outros. Em outros lugares, eu consigo me relacionar bem”.

Aqui pretendo frisar o encontro das imagens topológica e de sociabilidade para operar a imagem analítico-institucional. A escola e a sala de aula propiciam encontros que podem ser geradores de processos de ensino-aprendizagem, e representam a concretização da imagem topológica da rede escolar, proveniente das políticas públicas educacionais. No entanto, quando as conversações ocorrem mediante sentimentos de

superioridade e negação do outro (*não respeitam os outros*), confrontamo-nos com empecilhos que se tornam barreira para os fluxos de sociabilidade.

Como decorrência, a imagem da rede de sociabilidade começa a se desfocar e, ao ficar imprecisa, corta este fluir. Apaga-se um traço da rede. Maraschin (2004) refere-se à importância de conhecer como se operam os mecanismos que geram um fenômeno ao exemplificar: “assim, precisamos não de uma lista de possíveis causas e sua probabilidade de causalidade, mas compreender como se vive em uma escola, como as relações se instituem, como se organiza uma experiência vital que constrói modos de viver, sentir, pensar de tal ou qual tipo” (p. 101). Este é o propósito da construção da rede analítico-institucional para que este saber seja compartilhado por seus participantes.

Lembrando que as imagens podem ter movimento ou congelarem-se, em outra manifestação encontramos a imagem de sociabilidade em andamento: “na escola é o lugar ótimo para fazer amizades e me relacionar com as outras pessoas”. A rede topológica – local, escola – neste caso, pode significar lugar de passagem para redes de sociabilidade que, para as crianças/adolescentes, podem configurar interações das quais podem resultar novas leituras sobre um domínio de realidade: “conversamos em grupo no Sapecca”, “conversamos sobre tudo, sobre todos os assuntos”. A respeito deste outro olhar que pode ser lançado sobre um domínio de descrições, ele pode ocorrer quando, entre integrantes de uma *comunidade linguajante*, surgem as conversações, que favorecem o observar de seus próprios estados. Quer dizer que o conversar pode gerar novas circunstâncias de apropriação, que trazem. Ao mesmo tempo, neste processo, pode haver a manutenção de instituídos.

Percebe-se também nas falas a lógica instituída do trabalho vinculado a consumo de bens, como as expectativas despertadas pelos desejos de aquisição material: “Ter um

carro” ou “comprar uma moto”. O projeto futuro está atrelado ao trabalho: “Eu quero ter um trabalho, quero ser modelo”, “um serviço”.

Resquícios do modelo de desenvolvimento capitalista, as formas de subjetivação são atravessadas pela dobradinha estudo e trabalho como fórmula para a ascensão econômica, “ser engenheiro e ter dinheiro”. Se mergulharmos nesta afirmação levando em conta que sustentamos tal modelo, devemos revisar como se organiza a sociedade em termos de políticas públicas que assegurem o direito de acesso aos seus meios.

Como exemplo, havia no ano de 2005, cinco turmas de 1ª série do ensino fundamental e uma turma de 8ª série, que é última série oferecida na escola para esta comunidade. Este fato é comum nas escolas especialmente nas escolas públicas e aqui representa um recorte, em que se avista a imagem de uma rede – topológica e de sociabilidade – que deixou escapar praticamente 4/5 de seus estudantes. Corrobora-se a incerteza com o índice no RS, de 17,6% de alunos entre 15 e 17 anos excluídos da escola (idem PNAD IBGE).

Se lançarmos luz sobre a imagem da rede analítico-institucional, veremos que ela não havia sido utilizada, criara teias! A captura que a teia provoca é a de manter o instituído da naturalização da situação do ensino com sua evasão escolar. Ninguém questionou e avaliou quais impedimentos e estorvos não puderam ser transpostos, que outros pontos da rede poderiam ter sido convocados e que outras redes não deram proteção suficiente para que as crianças/adolescentes permanecessem na escola.

5. 6.2.3 O Momento de Reencontro com o seu Filme

A atividade que ocorreu como parte de uma oficina das atividades de extensão, foi a de assistir ao *seu* filme/vídeo projetado em telão, em um espaço físico da

universidade, em função da disponibilidade de equipamento. Assistir ao vídeo das atividades anteriores havia sido combinado com o grupo, pois desejavam *ver-se*. Como novo dispositivo³⁰ para a pesquisa e para trabalhar a demanda de expectativa em relação ao que estava registrado, filmou-se este momento para acompanhar o reencontro: Crianças/adolescentes e sua produção filmada.

Praticamente o mesmo grupo de participantes assistiu ao vídeo. Havia muita expectativa, sentaram-se e, assim que iniciou a apresentação, logo sorriram identificando os colegas e a si próprios. Ao longo da mesma, apontavam constantemente para a tela, chamavam um ao outro, tocavam-se para mostrar alguma passagem onde apareciam. Ficaram muito atentos.

Esta experiência tornou-se um outro patamar do qual vemos a possibilidade de um desenlace: Ao ocorrer à *restituição*. Sua potencialidade é de restaurar um saber que pertence ao grupo; seus gestos, palavras, olhares, risos ficaram retidos por uma lente e microfones. No grupo, puderam vivenciar processos singulares, restabelecer uma rede de conversações e resgatá-la com outros elementos talvez despercebidos até então. A forma como se vêem e vêem ao outro, como se dirigem, respondem e correspondem neste interagir, ganha novas peças para repercutir em seus processos de subjetivação, como a construção do lugar social através do fluir neste linguajar. Deste modo, a restituição proposta por Lourau (1993) passa a ser um dos alicerces sobre o qual se instala a autogestão ao permitir a apropriação dos atravessamentos que incidem nas relações. Segundo Foucault (1986) “o dito e o não-dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (p. 244).

³⁰ Dispositivo, segundo Lourau (1993), é o que permite funcionar a prática, entendendo-se que favorece a desinstitucionalização; segundo Foucault (1986) “o dito e o não-dito são os elementos do dispositivos. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Para isso, faz-se necessário buscar contemplar as redes em suas múltiplas expressões, procurando dar visibilidade para seus processos. Na pesquisa desta tese, busquei apreender, através dos painéis, das redes de relações, do questionário aberto e do mosaico, as imagens das redes topológicas que trouxeram a dimensão concreta; as imagens das redes de sociabilidade que indicaram as possibilidades de encontro, ligações e apoio no cotidiano para as crianças e adolescentes. Em seguida, levantando as possibilidades de leitura para que na rede, portanto em uma rede de conversações, se instale uma reflexão analítico-institucional.

TECENDO AS LINHAS FINAIS

Ao longo da elaboração da tese, encontramos-nos como parte de uma rede, de fluxos, conversações, de implicações; virtual, presencial, afetiva. Cada vivência, contato e leitura remetem a muitas outras e, invariavelmente, deparamo-nos com uma ontologia do humano, concebido e forjado em redes. Produz-se a subjetividade nas filigranas do cotidiano, nos múltiplos entrelaçamentos que não cessam – é o que faz perdurar a vida.

Partindo desta reflexão, o tema *rede* foi escolhido para ser extraído de seu curso. Considero que esteja naturalizado, e é com o recrudescimento do capitalismo desde a década de 80, no final do século XX, que se intensifica o uso do conceito e de estratégias em rede. Este pode ser um analisador? Por que a concepção de redes se difunde neste momento? Na era da informação, velocidade e tecnologia encontra-se o terreno fecundo para que se propague esta idéia.

Outros sinalizadores que trazem a marca deste momento de novo liberalismo são o enfraquecimento do Estado e a hegemonia da política econômica em detrimento das políticas sociais, o crescente hiato econômico entre os segmentos da população, gerando grave desigualdade no acesso à cidadania e, desta forma, estendendo a vulnerabilidade social. Defrontamo-nos ainda com as demissões em massa, que deixam os trabalhadores desempregados por longos períodos, a crise da segurança e a violência. Fundou-se uma lógica de *desresponsabilização social*, não só no Brasil como no mundo, que se institui

quando não se identificam mais os princípios, setores e as pessoas de onde provém “a nova ordem mundial”³¹, neste caso, atribuída à rede. Esta se mostra tão abrangente que tudo abarca e, de tão vasta, é inalcançável e incompreensível para a coletividade. Quando mencionamos o sistema, nomeamos a virtualidade em malha – o sistema falhou, solicitou, caiu, saiu *do ar* – como um substitutivo dos sistemas políticos e como não endereçamento.

A sua universalização minimiza as singularidades locais. Isto nos leva ao entendimento de uma hegemonia que tem como principal alicerce o descaso com a reflexão de seus processos, amortecendo-as como possíveis analisadores. Estes são alguns dos elementos que se apresentam como perspectiva na qual crianças e adolescentes deverão se amparar para a construção de projetos futuros. Em paralelo, há o avanço do conhecimento e as possibilidades de sua democratização através da complexa informatização que deve reverter ao bem de todos. A Psicologia Social é aqui convocada para o trabalho nesta confluência, na construção de dispositivos de resignificação e de intervenção.

A noção de rede perpassa estas situações, no entanto, o que seu conteúdo vem produzindo, em grande parte, reporta a um de seus sentidos etimológicos – da teia-sedução, armadilha – ao acenar com um provável desempenho de imediatismo e competência, ou seja, tudo interligado comunica-se eficientemente. Entretanto, no âmbito da infância e adolescência, não se realiza esta proposição. Tendo como evidência a falta de perspectivas para os jovens, o abandono e a negligência geram crescente *desafiliação* de uma significativa parcela da juventude. As crianças/adolescentes apreendem enquanto vivem em redes de conversações, porém muda a cultura se alterarem suas redes

³¹ Referência à música “Fora de Ordem” de Caetano Veloso.

atribuindo-lhes a possibilidade de serem dispositivos, escolas, mídias, serviços, Ongs, entre tantos.

Quando analisamos este contexto, o vemos engendrando subjetividades em que se produzem o individualismo – a superioridade do individual é constantemente reafirmada em detrimento da coletividade –, a competitividade, o sofrimento psíquico com quadros clínicos complexos, como extensas e finas redes, que trazem combinações de sintomas como se deslizassem sem destino rumo à euforia e mania, à depressão, às drogas, ao pânico, como se fossem sempre vividos em recortes individualizados.

Deste modo, permite conhecer as formas de organização de uma sociedade como a do Brasil, que aprova constitucionalmente, tanto o seu funcionamento jurídico-administrativo operando em rede – através das diferentes instâncias criadas visando à descentralização – como credita nestas a possibilidade de proteção e apoio.

Tal contradição se mostra um analisador, quando percebemos que o termo rede está capturado gerando a ilusão de que bastam as redes topológicas e de sociabilidade, contando com sua espontaneidade, para o efetivo fruir de ações e políticas.

Quando estabelecida esta lógica, passa a exercer-se como de anti-produção, isto é, as redes como potências instituintes são cooptadas pela lógica de manutenção, reprodução e predominantemente de controle. Tornam-se assim um paradigma conciliado ao tempo em que emerge onde não há investimentos nos processos de apropriação.

Todavia, enquanto potência, podemos trabalhar a partir da concepção de redes justamente visualizando e intervindo em seus processos. Caberá assumir a necessidade de examinar constantemente quais os princípios mais atuantes que regem as *propostas em rede*, como os princípios de Estado, através das políticas públicas; e de mercado,

através da globalização. Entre um regime de direitos e o mercado capitalista que se utiliza da legitimidade do Estado para corresponder a interesses econômicos, instalar-se-á processos de análise para que as significações possam ser reapropriados pelos sujeitos observadores nas esferas da vida social.

Por analogia, podemos mencionar que as redes estão para o contemporâneo assim como a família em sua configuração nuclear surgiu na virada do século XVIII para o XIX em decorrência de novas organizações sociais exigidas por aquela conjuntura, como também os grupos passam a ser nomeados para distinguir um arranjo do pequeno coletivo.

A sua presença através da materialidade dos serviços – unidades básicas de saúde, postos, escolas, conselhos tutelares, conselhos municipais, estaduais e federais – não assegura que nelas se operem fluxos se os observadores encontram-se *desafiliados*, perdendo a posição de cidadania, como mostraram as falas de jovens que trabalham, ou que deixaram de estudar. Nas redes, por constarem como tal, produz-se a desresponsabilização. Os *nós* podem transformar-se em dispositivos que fazem funcionar a autoria e autonomia, e poderão ser resignificados através de intervenções para que seja possível se reaninhar instando o sentido da rede-proteção.

Nos mosaicos, vemos a presença destes estabelecimentos ao mesmo tempo em que, na forma de naturalizações, se tornam obstáculo para conexão nas redes de sociabilidade. Na educação como na saúde, a responsabilidade é individualizada, lembrando do lugar da família hoje. Quando crianças adoecem, repetem séries e evadem da escola, recaem sobre elas e suas famílias tanto a culpabilização como a possibilidade de apoio.

As dificuldades se agigantam e seguem o caminho instituído do mero encaminhamento que requereria outras intervenções pontuais, visualizadas na imagem da rede de sociabilidade e previstas nas políticas públicas, como o apoio sócio-familiar.

Para que isto se efetive, destaco que a rede adquire fluxo quando se propiciam, nas interações com outros, o compartilhamento das vicissitudes e a constante restituição do material gerado em uma configuração. Dito de outro modo, em determinada situação vivida por crianças e adolescentes, não se aciona toda a rede existente para aquele segmento; então, será necessário *configurar* a extensão da rede para que possa produzir um dispositivo de análise dos obstáculos, inércias que despotencializam alternativas que poderiam ser geradas *entre*.

Devemos explicitar: A rede tende a ser vivenciada como isenção ou diluição de responsabilidades, no caso da fragilidade de políticas sociais, ou da família, mas é preciso chegar à clara atribuição de lugares que devem ser acionados para que os fluxos se reconectem. Não bastam as avaliações quantitativas e numéricas; é preciso acompanhar as condições em que os fluxos foram interrompidos.

As recorrências de comportamentos e de linguajar podem disponibilizar os elementos para a compreensão do que falha e do que pode ser alterado no trajeto obstaculizado de determinadas redes.

As redes analítico-institucionais – a terceira imagem descrita – são geradas a partir da *intencionalidade de emancipação*, são propositivas, o que significa que devem ser produzidas a partir de dispositivos como um *lançar facho de luz* sobre as redes topológicas e de sociabilidade para reconhecer e distinguir quais as condições de produção de um linguajar diferente, contrastante com o instituído. Redes muitas vezes criam teias: quando é rarefeita a sociabilidade, laço ou vínculo, e quando não ocorre

qualquer movimento de indagação a respeito do que é vivido. Desta forma, têm sentido de captura e manutenção – estar numa rede sem fim, ser eternamente encaminhado/a.

Assim, vemos o movimento/mecanismo de redes nas políticas públicas preponderantemente derivando apenas de prescrições e encaminhamentos por estarem permanentemente sobrecarregadas. A precarização e conseqüente naturalização deste modelo ocorre em redes de conversação de negação recíproca compreendendo-se que os sujeitos apenas circulam, movem-se desencorajados e desanimados entre as redes topológicas.

No estudo, constata-se a importância da solidariedade, afetividade e das emoções produzindo as redes de sociabilidade. Estas têm sido as redes enfatizadas por diferentes abordagens tanto na Psicologia como em outros domínios. Nas referências vinculadas a humanos e não-humanos, crianças e adolescentes atribuem a pessoas, objetos e espaços que se constituem em híbridos encontrados nos painéis coletivos e desenhos.

A subjetividade produz-se em um impasse diante da *sociedade em rede* de controle junto às redes de reconhecimento de si como outro digno. E é neste aspecto que nossa organização social se fragiliza.

As *mega redes* não são projetadas unicamente para conduzir todos à cidadania. Em seu formato hegemônico e globalizado, cumprem o propósito neoliberal fundamentado na massificação e no controle. Sem dúvida, podem ser potencializadoras de novas perspectivas de sociedade mais justas; no entanto, são inúmeros seus atravessamentos.

O estudo apontou que, em parte, as redes estão implantadas em suas dimensões topológicas através das entidades como conselhos, locais e serviços, e as redes de sociabilidade emergem dos encontros nas redes de conversações. No entanto, o seu

funcionamento novamente tende a restringir-se a encaminhamentos, tornando-se uma rede que infla seus próprios pontos, sem que permita passagem para que os cidadãos e cidadãs, pesquisadores, gestores e profissionais criem novas trajetórias para conversações que signifiquem a erupção de novos sentidos para o que está naturalizado. Vimos que as crianças e adolescentes têm sonhos e traçam projetos

A reflexão propiciada pela construção da terceira imagem dependerá da disponibilidade em interferir fazendo expressarem-se elementos do saber naturalizado e do não-saber criando novos repertórios para as redes de conversações. Se prezamos a diversidade, não proporemos um modelo em rede; outrossim, proporemos que não cesse a possibilidade para que os fluxos instituintes tenham espaço nas redes de conversação e que se realize a análise de implicação. O linguajar de cada coletivo é peculiar, suas demandas são distintas e seu reconhecimento se dá até onde se é reconhecido pelo outro.

O hibridismo e o interjogo de poderes constam em todas as instituições, incidindo nas redes topológicas e de sociabilidade e se constituem em atravessamentos que se pretendem conservar. São, deste modo, processos de subjetivação. Enquanto houver conversações recorrentes respaldadas na negação mútua, não haverá cidadania. E ainda, para haver igualdade e liberdade, não bastará a concessão de benefícios esporádicos ou calcados em interesses corporativistas que se afastam das políticas públicas sociais. O que quer dizer que o conceito de rede se concebe e se desdobra nas políticas públicas enquanto nos subjetiva.

Apresentei nesta tese uma proposta teórico-metodológica em que as imagens da dimensão analítico-institucional se constroem e operam a partir de um encontro fecundo de noções, cuja pesquisa deve ser seguida. Conta-se ainda com ferramentas como os dispositivos grupais, para constituir o espaço coletivo que ausculta o não-saber e o não-dito presente nas interações e que interroga sobre as relações baseadas na heteronomia.

Vemos que o desenho da rede é micropolítico, mesmo que tenha movimentos de abrangência mundial e, nesta direção a Psicologia Social reafirma seu compromisso ético de exercitar a problematização de como emergem os diferentes modos de existência como o submetimento, a desafiliação e exclusão social, para que cada intervenção potencialize a autonomia e emancipação.

REFERÊNCIAS

- Altoé, S. (Org.). (2004). René Lourau: Analista institucional em tempo integral. São Paulo, SP: HUCITEC. 287p.
- Arruda Jr., E. L. & Ramos, A. L. (Orgs.). (1998). Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho. Curitiba, PR: IBEJ. 300p.
- Barembliitt, G. (2003). Compêndio de análise institucional e outras correntes. Belo Horizonte, MG: Ed. Fundação Felix Guattari,
- Barros, R. B. (2004). Institucionalismo e dispositivo grupal. Em H. B. C. Rodrigues & S. Altoé (Orgs.). Saúdeloucura nº 8. Análise institucional. (pp. 65-78). São Paulo, SP: Hucitec.
- Bauer, M. W., Gaskell, G. A. & N., Allum (2003). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático. (P. A. Guareschi, Trad.). (2ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes. 516p.
- Baumgarten, M. & Freitas, C. (2005). Conhecimento e redes: Sociedade, política e inovação. Apoio de ALAS Asociación Latino Americana de Sociologia. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS.
- Benevides de Barros, R. (1994). Grupos: A afirmação de um simulacro. Tese de Doutorado não publicada. Curso de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.
- Birman, J. (2001). Mal-estar na atualidade. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. 304p.

Bauman, Z. (2003). Em busca da política. (M. Penchel, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. 213 p.

Calvino, I. (1994). Palomar. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Callon, M. (2001). Redes tecno-económicas e irreversibilidad. Redes: Revista de Estudios Sociales de la Ciencia, 8, (17), 85-126.

Câmara, M. (1987). História da psicoterapia de grupo. Em L. A. Py (Org.) Grupo sobre grupo. Rio de Janeiro, RJ: Rocco. 205 p.

Campos, G. W. S. (1997). Reforma da reforma – repensando a saúde. (2ª ed). São Paulo, SP: HUCITEC. 220 p.

Capra, F. (1996). A teia da vida – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo, SP: Cultrix.

Castel, R., Bógus, L., Yazbek, M. C. & Wanderley, M. B. (Orgs.). (2000). Desigualdade e a questão social. São Paulo, SP: EDUC. 272 p.

Castells, M. (2000). A sociedade em rede – a era da informação: Economia, sociedade e cultura. São Paulo, SP: Paz e Terra.

Coimbra, C. M. B. (1995) Os Caminhos de Lapassade e da análise institucional: Uma empresa possível?. Revista do Departamento de Psicologia – UFF, 7, (1), 52-80.

Constituição Federal. (1988). Brasília, DF: Senado Federal, Brasil.

Costa, B. L. D. (2000). As mudanças na agenda das políticas sociais no Brasil e os desafios da inovação. Em A. Carvalho, F. Salles, M. Guimarães & W. Ude (Orgs). Políticas públicas. (pp 27-57). Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG; PROEX, 142 p.

Cunha, E. & Cunha, E. (2003) Políticas públicas sociais. Em A. Carvalho, F. Salles, M. Guimarães & W. Ude (Orgs). Políticas públicas. (pp. 11-25). Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG; PROEX, 142 p.

Deleuze, G. (1992). Conversações. (P. P. Pelbart, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Editora 34. 226 p.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1977). Rizoma (introducción). Valencia: Pré-textos.

Depraz, N. (2003). Outrem: Outrem e o altruísmo. Em M. Canto-Sperber (Org.). Dicionário de ética e filosofia moral. (Vol. 1-2, pp. 274-278). São Leopoldo, RS: Unisinos.

Fernández, A. M. (2002). El campo grupal: Notas para una genealogía. Buenos Aires: Nueva Visión. 182 p.

Ferreira, A. B. H. (2004). Dicionário digital Aurélio. (3ª ed.). Positivo Dicionários.

Foucault, M. (1986). Microfísica do poder. (6ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Graal.

Foucault, M. (1991). Tecnologías del yo y otros textos afines. Barcelona: Paidós.

Foucault, M. (1998). A ordem do discurso. (4ª ed.). São Paulo, SP: Edições Loyola.

Freitas, C. (2005). A inteligência artificial e os desafios às ciências sociais. Em M. Baumgarten & C. Freitas (Orgs.). Conhecimento e redes: Sociedade, política e inovação. Apoio de ALAS Asociación Latino Americana de Sociología. (pp. 39-60). Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS.

Freud, S. (1976). Psicologia de grupo e a análise do ego. Em S. Freud (Org.). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Vol. 18, pp. 89-179). Rio de Janeiro, RJ: Imago (Original publicado em 1921).

Frota, M. G. (2003). A cidadania da infância e da adolescência da situação irregular à proteção integral. Em A. Carvalho, F. Salles, M. Guimarães & W. Ude (Orgs). Políticas Públicas. (pp.59-85). Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG; PROEX, 142 p.

Furtado, O. & Rey, F. L. G. (2001). La subjetividad: Su significación para la ciência psicológica. Em O. Furtado & F. L. G. Rey (Orgs.). Por uma epistemologia da subjetividade: Um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. (pp. 19-42). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Gallio, G. & Constantino, M. (1994). François Tosquelles: A escola de liberdade Em A. Lancetti (Org.). Saúdeloucura: Grupos e coletivos nº 4. (pp. 85-128). São Paulo, SP: Hucitec.

Guattari, F. (1992). Caosmose – um novo paradigma estético. (A. L. Oliveira & L. C. Leão, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Editora 34.

Honneth, A. (2003). Comunidade. Em M. Canto-Sperber (Org.). Dicionário de ética e filosofia moral. (Vol. 1-2, pp. 288-292). São Leopoldo, RS: Editora Unisinos.

Houaiss. Dicionário eletrônico da língua portuguesa. (2001). Versão 1.0 Dezembro de Copyright Instituto Antônio Houaiss.

Lane, S. T. M. & Araújo, Y. (Orgs.). (2000a). Arqueologia das emoções. Petrópolis, RJ: Vozes. 126p.

Lane, S. T. M. & Codo W. (1984). Psicologia social o homem em movimento. São Paulo, SP: Editora Brasiliense. 220 p.

Lane, S. T. M. & Freitas, M. F. Q. (1997). Processo grupal na perspectiva de Ignacio Martin-Baró: Reflexões acerca de seis contextos concretos. Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology, 31, (2), 293-308.

Lane, S. T. M. (2000b). A Psicologia Social na América Latina: Por uma ética do conhecimento. Em R. Campos & P. Guareschi (Orgs.). Paradigmas em psicologia social: A perspectiva latino-americana. (pp. 58-69). Petrópolis, RJ: Vozes.

Lapassade, G. (1983). Grupos, organizações e instituições. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves. 316 p.

Latour, B. (1994). Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica. (C. I. Costa, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Editora 34. 152 p.

Latour, B. (2000). Ciência em ação. São Paulo, SP: Unesp. 438 p.

Lei Federal 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente, Brasil. (13 de julho de 1990).

Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Em Diário Oficial da União. Brasília, (p. 018055), Brasil. (20 de setembro de 1990).

Lei 8.142/90, de 28 de dezembro de 1990. Sistema Único de Saúde – SUS. Em Diário Oficial da União, Brasília, (p. 025694), Brasil. (31 de dezembro de 1990).

Lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases. Em Diário Oficial da União, Brasília. (20 de dezembro de 1996).

Lévy, P. (1998) A inteligência coletiva – por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo, SP: Edições Loyola.

Lipovetsky, G. (2004). Os tempos hipermodernos. São Paulo, SP: Barcarolla. 129 p.

Lourau, R. (1975). El análisis institucional. Buenos Aires: Amorrortu. 294 p.

Lourau, R. (2000). Grupos e institución Em E. Pavlovsky & J. De Brasi. Lo grupal – história devenires. (pp. 299-307). Buenos Aires: Galerna y Búsqueda de Ayllu. 349 p.

Lourau, R. & Ardoino, J. (2003). As pedagogias institucionais. São Carlos: RiMa. 105p.

Lourau, R. (1993). René Lourau na UERJ Análise institucional e práticas de pesquisa. H. B. C. Rodrigues (Org.). Análise institucional e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro, RJ: UERJ. 117 p.

Lourau, R. (2004). Analista institucional em tempo integral. S. Altoé (org.). São Paulo, SP: Hucitec.

Luz, M. T. (2004) A contribuição de René Lourau para uma sociologia crítica das instituições. Em H. B. C. Rodrigues & S. Altoé (Orgs.). Saúdeloucura nº 8. Análise institucional. (pp. 21-27). São Paulo, SP: Hucitec.

Mance, E. A. (2003). Como organizar redes solidárias. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, FASE, IFIL.

Maraschin, C. (2004). Pesquisa e intervir. Psicologia & Sociedade – Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO. Práticas Avaliativas e Produção de Conhecimento, 16, (1), 98-107.

Maturana, H. & Varela, F. (1997). De máquinas e seres vivos – autopoiese: A organização do vivo. (J. A. Llorens, Trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. 138 p.

Maturana, H. (2001). Cognição, ciência e vida cotidiana. C. Magro & V. Paredes (Orgs.). Belo Horizonte, MG: Editora UFMG. 203 p.

Maturana, H. (2002). A ontologia da realidade. C. Magro, M. Graciano & N. Vaz (Orgs.). Belo Horizonte, MG: Editora UFMG. 350 p.

Melucci, A. (2004). O jogo do eu – a mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos. 184 p.

Morin, E. (2001). A cabeça bem-feita: Repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil. 128 p.

Musso, P. (2004). A filosofia da rede. Em A. Parente (Org.). Tramas da rede – novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. (pp. 17-38). Porto Alegre, RS: Sulina.

Myers, G. (2003). Análise da conversação e da fala. Em: Bauer, M. W., Gaskell, G. A. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático. (P. A. Guareschi, Trad.). (pp. 271-292). (2ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes. 516p.

Parente, A. (Org.). (2004). Tramas da rede – novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre, RS: Sulina. 303 p.

Pichon-Rivière, E. (2000). O processo grupal. (M. A. F. Velloso, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes. 239p.

Pontes, R. N. (1997). Mediação e Serviço Social: Um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. (2ª ed.). São Paulo, SP: Cortez. 198 p.

PROAME – Programa de Apoio a Meninos e Meninas. Crianças e adolescentes em situação de rua. (2004). Pesquisa publicada na Série Cadernos – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Bertholdo Weber. 103 p.

Relatório de Pesquisa cadastrada na UNISINOS: Análise das Entidades de Atendimento Infanto-Juvenil no Município de São Leopoldo (2002). Não publicado.

Rodrigues, H. B. C. & Altoé, S. (Orgs.) (2004). Saúdeloucura nº 8. Análise institucional. São Paulo, SP: Hucitec.

Roger, A. (2003). Relações interpessoais. Em M. Canto-Sperber (Org.) Dicionário de ética e filosofia moral. (Vol. 1-2, pp. 485-490). São Leopoldo, RS: Editora Unisinos.

Saidón, O. (1995). Las redes: Pensar de otro modo. Em E. Dabas & D. Najmanovich (Orgs.). Redes el lenguaje de los vínculos – hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil. (pp. 203-207). Buenos Aires: Editorial Paidós.

Saidón, O. (2004). Análise Institucional e política hoje. Em H. B. C. Rodrigues & S. Altoé (Orgs.). Saúdeloucura nº 8. Análise institucional. (pp. 229-239). São Paulo, SP: Hucitec.

Santos, B. de S. (2002). A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência. (4ª ed.). São Paulo, SP: Cortez. 415p.

Santos, B.de S. (2003). Um discurso sobre as ciências. São Paulo, SP: Cortez. 92 p.

Scarpato, H. (Org.). (2000). Pesquisa em psicologia: Perspectivas metodológicas. Porto Alegre, RS: Sulina.

Sawaia, B. B. (2001) As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes.

Serres, M. (1996). La comunicación. Buenos Aires: Editorial Almagesto. 300p .

Silva, R. N. (2005). A invenção da Psicologia Social. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 132 p.

Sluzki, C. E. (1997). A rede social na prática sistêmica – alternativas terapêuticas. (3ª ed.). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. 145p.

Souza, R. (2003). Emoções: As emoções morais. Em M. Canto-Sperber (Org.) Dicionário de ética e filosofia moral. (Vol. 1-2, pp. 514-521). São Leopoldo, RS: Editora Unisinos.

Trigueiros, M. G. S. (2005). A abordagem de redes para a avaliação da prática biotecnológica. (pp. 89-104) Em M. Baumgarten & C. Freitas. Conhecimento e redes: Sociedade, política e inovação. Apoio de ALAS Asociación Latino Americana de Sociologia. (pp. 89-104). Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS.

Tschiedel, R. G. (1998). O grupo como espaço de construção: Da heterogeneidade à heterogênese. Dissertação de Mestrado não publicada. Curso de Pós-graduação em Psicologia Social e da Personalidade, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

Türk, M. G M. G. (2002). Rede interna e rede social: O desafio permanente na teia das relações sociais. (2º ed.). Porto Alegre, RS: Tomo Editorial, 63 p.

Ude, W. (2003). Redes sociais possibilidade metodológica para uma prática inclusiva. Em A. Carvalho, F. Salles, M. Guimarães & W. Ude. (Orgs.). Políticas Públicas. (pp. 127-139). Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG; PROEX, 142 p.

Vergnaud, G. (2004). Lev Vigotski – pedagogo e pensador do nosso tempo. (A. K. de Aguiar, Trad.). Porto Alegre, RS: GEEMPA. 109p.

Vigotski, L. S. (2000a). Pensamento e linguagem. (J. Camargo, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes. 194p.

Vigotski, L. S. (2000b). A formação social da mente – o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. (J. Cipolla Neto, L. Mena Barreto & S. Afeche, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes. 191p.

ANEXO 1**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Protocolo: _____

Esta Pesquisa está vinculada à minha Tese de Doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP e tem como objetivos: analisar e intervir nos processos de constituição de redes de relações nos territórios/comunidades, vinculadas ou não, às políticas públicas sociais; mapear esta rede especialmente no que se refere a laços sociais; e propiciar dados para a discussão e para a construção coletiva de espaços de acolhimento nas diversas organizações sociais.

Neste Estudo, os dados serão coletados através de entrevistas, observações, grupos de discussão. Informa-se que a sua contribuição à Pesquisa é voluntária e pode ser interrompida a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou punição; podendo solicitar informações sobre procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo. Assegura-se o sigilo das informações, preservando a identidade dos participantes, bem como de organizações envolvidas. Dados individuais dos participantes, levantados no decorrer do processo, não serão informados às organizações envolvidas ou aos familiares e demais pessoas. Caso se avalie como necessário, poderá ser indicado encaminhamento adequado dos participantes deste estudo. Desde já agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta Pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Psic. Rosemarie Gärtner Tschiedel

CRP 07/03692

Frente ao que foi anteriormente exposto, expresso meu consentimento em relação à participação de meu (minha) filho (filha) _____ nesta pesquisa e autorizo a utilização de sua imagem para finalidade acadêmica.

_____, ____ de _____ de 200__.

Nome e Assinatura do Participante ou Responsável

Nome e Assinatura do Responsável pela entrevista

ANEXO 2

- 1) Idade: _____ anos
 - 2) Sexo: f () m ()
 - 3) Escolaridade: ensino fundamental-série() ensino médio-série() ensino superior
incompl.() completo()
 - 4) Município onde mora: _____ há quanto tempo: _____
 - 5) Mora com que familiares/pessoas: Pai() Mãe() Avô mat.() Avó mat.()
Avô pat.() Avó pat.() Irmãos idades() Irmãs idades()
 - 6) Outros quem: _____
 - 7) O que você faz no seu dia-a-dia, toda semana? _____

 - 8) Com quem estas atividades são compartilhadas? _____

 - 9) Em que lugares são realizadas? _____
 - 10) Quais as maiores dificuldades encontradas no seu dia-a-dia (relacionamentos,
estudos, trabalho, amigos, família, namoro, dependências, dinheiro, saúde, entre
outros): _____

 - 11) Para quem é possível pedir ajuda a respeito destas dificuldades? _____

 - 12) Que pessoas podem ajudar você em momentos de dificuldade? _____

 - 13) Quais e como foram os acontecimentos mais importantes de sua vida?

 - 14) Que perspectivas/desejos e necessidades você tem para os próximos anos e para o
futuro? _____

 - 15) Quem, ou o quê mais dificulta para você alcançar estas expectativas/desejos e por
quê: _____
 - 16) Quem ou o quê vem contribuindo mais para você alcançar expectativas/desejos e
porquê? _____
- Escreva ou desenhe como são, para você, as relações com e entre as pessoas e lugares:
-

ANEXO 3

Como as crianças/adolescentes nomearam o trabalho que realizaram – rede de relações através de desenhos: *Pessoas do meu mundo*

As pessoas que eu preciso

O mapa dos educadores

Mapa mundi

Mapa da minha vida loka

Ajuda rápida

Mapa do meu destino

O mapa do Sapecca

Mapa da escola

Mapa da vida

Planeta perdido

Mapa já deu os nomes

O mapa da minha vida

Meu mundo

A minha vida

As minhas situações

O mapa da sorte

Coisas ao redor de mim

Mapa da vida